

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 012.1.52.E

DATA: 11/07/03

TURNO: Matutino

TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 9h16min

TÉRMINO: 14h48min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 012ª Sessão, em 11 de julho de 2003

Presidência dos Srs.
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ÀS 9 HORAS E 16 MINUTOS COMPARECEM OS SRS.:

João Paulo Cunha
Inocêncio Oliveira
Luiz Piauhyllino
Geddel Vieira Lima
Severino Cavalcanti
Nilton Capixaba
Ciro Nogueira
Gonzaga Patriota
Wilson Santos
Confúcio Moura
João Caldas



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Não havendo *quorum* regimental para abertura da sessão, nos termos do § 3º do art. 79 do Regimento Interno, aguardaremos até meia hora para que ele se complete.

Vale salientar que, na última sexta-feira, neste mesmo horário, havia 38 Srs. Parlamentares e, às 9h17min, completamos o *quorum* de 52 Parlamentares. Portanto, tenho plena certeza de que vamos ter *quorum* para realizar nossa sessão.



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Havendo número regimental, presentes 52 Srs. Deputados, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. JOÃO CALDAS, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR., servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Finda a leitura do expediente,
passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra à Sra. Deputada Ann Pontes.



A SRA. ANN PONTES (PMDB-PA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dentre todas as formas de violência contra crianças e adolescentes — como, por exemplo, a falta de acesso aos serviços de saúde, educação, lazer e, principalmente, ao direito de ser simplesmente criança —, a exploração sexual de meninos e meninas, numa faixa etária que começa aos 9, 10 anos de idade, é, sem dúvida, a mais sórdida.

A criança ou adolescente, explorados sexualmente, carregarão consigo uma marca emocional capaz de mudar sua personalidade para o resto da vida e, provavelmente, esse constrangimento por eles sofrida acabará gerando mais violência no futuro.

É com muita vontade de mudar esse quadro que, exercendo meu primeiro mandato nesta Casa, tenho oportunidade de participar da CPI Mista, que reúne Deputados e Senadores na luta contra a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil. Uma tarefa árdua, tendo em vista o avanço das redes de prostituição e do crime organizado que transformam seres humanos, crianças, Sr. Presidente, em objeto de comércio.

O crime de exploração infanto-juvenil para fins de comércio sexual passou a ter maior visibilidade a partir da implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 90.

Apesar de ter sido uma grande conquista — domingo, por sinal, o ECA completará 13 anos de existência —, ele, por si só, não conseguiu impedir o acirramento da exclusão e das desigualdades sociais no Brasil, alguns dos motivos que levam à proliferação de crianças e adolescentes vagando pelas ruas e calçadas do País, ao invés de estarem nas escolas.



Ao mesmo tempo em que a luta avançava, engajando cada vez mais Governo e ONGs em favor do futuro do Brasil, a criminalidade também criava novos mecanismos, sofisticava seus métodos de aliciamento.

Hoje, a exploração sexual se dá de diversas formas: além da violência sexual doméstica e da prostituição — vale aqui ressaltar que crianças e adolescentes, dada a sua condição de vulnerabilidade, são considerados prostituídos e não prostitutas —, temos também o turismo sexual, o tráfico de pessoas para fins sexuais, a pornografia infanto-juvenil, que infesta a Internet, entre outras.

A CPI Mista tem o objetivo de investigar e identificar essas situações de violência, bem como enfrentar a impunidade, responsabilizando pessoas e organizações que participam ou contribuem, de alguma forma, para esse tipo de crime. Além disso, a CPI também fará proposições no sentido de melhorar o ECA e a legislação vigente.

Esta semana, a Câmara dos Deputados deu exemplo e aprovou projeto de lei que aumenta em dois terços a pena para quem utilizar crianças em televisão, filmes, fotografia, entre outros meios de comunicação, em cenas de sexo explícito ou pornográfico. Tenho certeza de que outras propostas virão no sentido de melhorar ainda mais o Estatuto. E não é tudo. Mais do que nunca nota-se a importância de garantir o acesso a políticas sociais eficientes e de qualidade.

É nossa intenção municiar o Governo para aprimorar esse mecanismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já começamos os trabalhos e estamos tendo a oportunidade de ouvir pesquisadores e especialistas. Temos também um Disque-Denúncia que eu gostaria de divulgar, porque sabemos que a



sociedade sempre participa quando é convocada a dar sua contribuição. O número é: 0800-612211.

Em breve, esta Comissão seguirá para outros Estados, pois sabemos da importância de estabelecermos, em âmbito nacional, a discussão dessa repugnante e vergonhosa prática.

É minha intenção fazer com que a CPI Mista chegue até o Estado do Pará.

No próximo dia 27 de agosto vai acontecer, em Belém, o julgamento dos 5 acusados do crime de emasculação de crianças, delito que deixou assombrada a população de Altamira e de todo o Pará. Esse julgamento terá repercussão internacional, e é importante que a CPI esteja presente.

Srs. Parlamentares, não é a primeira vez que esta Casa aborda o tema e se propõe a lutar em defesa das nossas crianças e adolescentes. Talvez não seja a última. Mas o importante é não fechar os olhos, é não banalizar esse tipo de violência que, repito, é a mais sórdida que uma criança ou adolescente pode sofrer.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil* e no *Jornal da Câmara*.

Muito obrigada.



O SR. GONZAGA MOTA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, recentemente li e analisei, mais uma vez, a conhecida obra de Alvin Toffler, autor e conferencista consagrado, responsável por livros como *O Choque do Futuro*, *A Terceira Onda*, *Previsões e Premissas*.

O conhecimento do pensamento de Toffler é importante para aquelas pessoas que desejam entender os processos histórico, econômico, social e político. De acordo com sua linha de raciocínio, a primeira onda de mudança na sociedade ocorreu há 10 mil anos com a Revolução Agrícola. Posteriormente, há pouco mais de 300 anos, ocorria a Revolução Industrial, motivando conflitos sociais e políticos, o que causou a segunda onda de mudança.

E agora estamos vivendo nova e complicada transição, levando-se em conta os aspectos contemporâneos da tecnologia, do conhecimento, das fontes energéticas, do narcotráfico, da ausência de paz, da violência, do crescente desajuste familiar, da falta de solidariedade, das desigualdades, enfim, de fatores que nos conduzem a uma outra ruptura.

Essas idéias vêm provocando tanto controvérsias como aceitação, o que gera, em consequência, desavenças sociais e pessoais imprevisíveis.

Alvin Toffler não se apóia em bases ideológicas. Contudo, cita a falência do capitalismo e o fracasso do comunismo; defende transformações econômicas de largo alcance, bem como os direitos das mulheres e a valorização das minorias em busca de igualdade. Ademais, ressalta que os conceitos de política esquerda/direita estão superados, principalmente em razão do rápido desenvolvimento tecnológico. Por sua vez, ressalta com ênfase: *“O futuro do mundo permanece ligado ao progresso da democracia”*.



Diante das idéias “tofflianas”, podemos deduzir questionamentos extremamente preocupantes, entre os quais merecem destaque: 1) a diferença de renda entre as regiões mais pobres (África Tropical, Ásia do Sul, países andinos, Nordeste brasileiro, etc.) e as ricas da OCDE, que não pára de aumentar, o que torna o mundo inaceitável; 2) o endividamento de todos os países pobres leva-nos à conclusão de que é preciso, cada vez mais, uma sólida união, bem como uma atuação em bloco; 3) a educação é uma política primordial, sem a qual não há democracia, esperança de desenvolvimento econômico integrado e sustentável, emprego e redução dos níveis de concentração de renda. Sem dúvida, quem não recebeu o mínimo de instrução não é uma pessoa livre; 4) para nós, brasileiros, cerca de 50% dos 170 milhões de habitantes estão fora da sociedade moderna e um terço de nossa população tem renda abaixo de um salário mínimo.

Sr. Presidente, vivemos num mundo cheio de incertezas, injustiças e conflitos inadmissíveis, em razão, creio eu, da supervalorização dos valores materiais e do reduzido nível de sentimento espiritual.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gonzaga Mota, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Caldas, 4º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Tarcisio Zimmermann.

O SR. TARCISIO ZIMMERMANN (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das grandes esperanças despertadas pela eleição do Presidente Lula foi a de que este País — das Capitanias Hereditárias, das terras griladas, dos grandes latifúndios, onde não existe qualquer limite para o direito à propriedade da terra — teria uma reforma agrária capaz de atender à população excluída do campo, de impulsionar o desenvolvimento nacional rumo à justiça social e à soberania.

O Presidente Lula, ao longo desses 6 meses, tem reafirmado seu compromisso: a meta de assentamento de 60 mil famílias em 2003; além da recuperação dos assentamentos daqueles tantos que eram sem terra e que, por conta de uma política equivocada de assentamentos, ficaram sem assistência técnica, estrada, energia elétrica e água.

Portanto, o compromisso de recuperação dos assentamentos, feito em anos anteriores, animou-nos a dizer que estamos, sim, às vésperas de cumprir um dos grandes desafios deste País, a democratização da propriedade da terra.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero exprimir minha profunda preocupação com algumas manifestações do Ministro da Agricultura, Sr. Roberto Rodrigues. Na sexta-feira da semana passada, navegando pela Internet e verificando os noticiários de última hora, deparei-me com uma notícia que gelou meu sangue, em que o Ministro Roberto Rodrigues defendia o direito de o latifundiário formar milícias privadas para proteger sua terra.

Consultei vários *sites* e em vários deles encontrei a mesma notícia.



Evidentemente, atribuí a essas notícias os tão comuns equívocos de interpretação. Concluí que se tratava de uma notícia grave que merecia, de nossa parte, todo o repúdio, mas, mesmo assim, conferi a ela uma má interpretação da fala de S.Exa.

Pois nesta semana, o mesmo Ministro disse na imprensa que as mobilizações do MST afastam investimentos no campo. Saiba o Ministro Rodrigues que é exatamente o medo da reforma agrária que tem feito com que muitos latifúndios improdutivos tornem-se produtivos. É exatamente o temor da desapropriação de terras consideradas improdutivas que faz com que latifundiários cedam suas terras e permitam, portanto, que elas contribuam para o desenvolvimento do País.

Não sei se também devo creditar à segunda afirmação um eventual mal-entendido da imprensa ou o fato de que o Ministro, que aparecia como um moderno empreendedor do campo, tenha-se tornado um estancieiro.

Sr. Presidente, o compromisso do Presidente Lula de garantir a reforma agrária é o melhor caminho para a paz no campo. Acredito que esse compromisso será materializado com o assentamento das milhares e milhares de famílias que estão hoje às margens das rodovias e com a garantia da recuperação dos assentamentos hoje dilapidados.

Tenho certeza de que este Governo haverá de conseguir os recursos necessários, porque não basta uma meta. É também essencial que o Ministério do Desenvolvimento Agrário disponha de recursos orçamentários para atender ao clamor por justiça social.



A reforma agrária é uma necessidade do País, é um compromisso do Governo Lula e certamente será uma conquista do povo brasileiro na luta pela soberania e justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DR. ROSINHA (PT-PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na Legislatura passada, fui membro da CPI CBF/Nike, cujo Relator foi o Deputado Sílvio Torres, e o Presidente, o Deputado Aldo Rebelo. Durante essa CPI, investigamos os bastidores do futebol brasileiro, da CBF às federações.

Não fizemos nenhuma investigação sobre clubes de futebol, mas a que realizamos a respeito da CBF e das federações mostrou-nos que a grande maioria das entidades é um antro de ilegalidade, em que a fraude e a falsidade imperam.

Para nós, os trabalhos da CPI da Nike, na Câmara, e da CPI do Futebol, no Senado, poderiam contribuir para moralização do futebol profissional brasileiro. Mas houve certa lentidão do Ministério Público e do Poder Judiciário na análise de todas as denúncias que lhes foram entregues. E para piorar a situação houve também a pouca vergonha dos dirigentes do futebol brasileiro que contribuíram novamente para a reeleição do Sr. Ricardo Teixeira, à frente da CBF.

Falta vergonha na cara dos principais dirigentes do futebol e dos Presidentes dos clubes, com as raras exceções do Presidente do São Paulo, que votou em branco; do Presidente do Vitória, da Bahia, que anulou o seu voto; e do Presidente da Federação Pernambucana, Sr. Carlos Alberto de Oliveira, candidato de oposição. Se essas são as exceções, o resto é resto: foi omissos e está envolvido nos crimes cometidos pelas federações e pela CBF.

Se o futebol brasileiro, pela grandeza dos seus jogadores, ganha campeonatos de âmbito internacional, podemos ter absoluta certeza de que, por trás dos craques, não existem dirigentes competentes, mas que se utilizam do futebol para ascensão e riqueza pessoal.



Ao analisar as contas da CBF — e isso foi constatado e registrado no relatório do ex-Deputado Sílvio Torres —, percebe-se que havia lavagem e desvio de dinheiro e ganho pessoal com os recursos financeiros da Confederação. Não pode o futebol brasileiro viver por muitos anos sob a égide de tais dirigentes.

Felizmente, determinado juiz do Estado de Minas Gerais concedeu liminar para que as eleições não fossem realizadas. Porém, outro juiz, do Rio de Janeiro, admite ser legal a eleição de Ricardo Teixeira.

Se o que digo desta tribuna por acaso chegar aos ouvidos do Poder Judiciário ou dos juízes, peço-lhes que, por favor, analisem o relatório que tramita no Ministério Público Federal do Rio de Janeiro e vejam quem é Ricardo Teixeira. Assim, contribuirão para a moralidade do futebol, não permitindo que esse senhor possa candidatar-se à reeleição.

Além disso, está na chapa de Ricardo Teixeira, para concorrer à vice-presidência, nada mais do que Nabi Abi Chedid, que sabemos quem é no futebol de São Paulo e de que maneira atuou em âmbito nacional, favorecendo-se com os bingos e a fraude de lavagem de dinheiro.

Portanto, o futebol brasileiro e seus grandes craques não podem ficar na mão de pessoas que falseiam, fraudam e praticam corrupção.



O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a abordar nesta tribuna a questão da radiodifusão comunitária no País, elemento central no embate para a democratização da sociedade brasileira.

Ao longo da minha vida tenho participado da Frente Nacional pela Democratização da Comunicação. Trata-se de luta histórica, com vitórias nesta Casa. Uma delas foi o projeto que instituiu as rádios comunitárias, de autoria de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores.

No último período, temos experimentado a ação cada vez mais, diria, insana, por parte da Agência Nacional de Telecomunicações. Aliás, a atitude da Agência tem sido permanente e até “eficiente” — entre aspas —, porque ela não reclama de ausência de pessoal, de qualquer inviabilidade, de problemas estruturais, mas age com rigor no combate às rádios comunitárias.

Se a Agência tivesse a mesma disposição para combater os abusos na área de serviços, a sociedade brasileira estaria sobejamente bem servida pelo órgão constituído para defender os interesses do povo brasileiro. Mas a sua ação é, repito, permanente contra as rádios comunitárias.

Sr. Presidente, temos de desenvolver mecanismos que garantam a qualidade e a universalização dos serviços do setor, para que, uma vez universalizados e com qualidade, alcancem o cidadão mais pobre deste País. Em decorrência de tal necessidade, a peça central do embate que se trava hoje no País e nesta Casa é sobre a questão do preço das tarifas, quando alguns tentam justificar o entendimento daqueles que defendiam a privatização do sistema.



No tão anunciado tripé do sistema, um dos pés seria a competição. Teríamos competição no mercado, mas caminhamos para o monopólio na área. O segundo, a universalização. Em termos quantitativos, temos vários terminais de serviços, não vou dizer disponíveis, porque a população não tem como acessá-los, mas em condições de serem disponibilizados. Nesse sentido, houve esforço brutal e investimento no que se refere à universalização. O terceiro, os preços das tarifas, exatamente o que é inviável. Não adianta oferecer o serviço se ele continua caro, e a população não tem condições de utilizá-lo.

Ora, a Agência deveria ter a capacidade de conciliar o seu papel de fiscalização, de defesa dos interesses de serviço essencial para a economia e para o cidadão. Não é possível estabelecer qualquer modelo econômico viável sem os serviços de comunicação, peça estrutural, de caráter decisivo para que haja crescimento econômico. Assim, é impossível falar em alavancagem.

A Agência negligencia o seu papel, mas, por outro lado, é eficiente, contundente, e até abusiva na hora de atuar contra as rádios comunitárias. Temos notícia, inclusive, de que a Agência trabalha em parceria com a Polícia Federal há muitos anos. Em algumas diligências, pessoas foram espancadas, rádios fechadas e equipamentos apreendidos. Ocorreram ações brutais, desrespeitosas e ilegais. Tais procedimentos são ilegais, porque há decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o funcionamento de tais instâncias.

Sr. Presidente, tenho em mãos a decisão proferida ontem pelo Superior Tribunal de Justiça, em que nega o pedido da Agência Nacional de Telecomunicações para suspender serviços de determinada rádio na cidade de



Porto Alegre. Diz o Ministro que não vê — a ANATEL percebe a situação com outros olhos —, de forma nenhuma, lesão à segurança e à economia pública.

Diz a decisão do Superior Tribunal de Justiça:

“Não vislumbro lesão à segurança e à economia públicas, uma vez que o regular funcionamento, fiscalização e cobrança de exações dependem da resposta à postulação da associação (...)”.

Ou seja, em clara tradução, a ANATEL alega ter tido prejuízos, sofrido lesões que o Supremo Tribunal não depara. E mais: um integrante do Judiciário brasileiro, ao analisar essas questões, afirma que só caberia a suspensão dos serviços se houvesse grave afronta a valores tutelados, como ordem, saúde, segurança e economias públicas. O Tribunal, portanto, negou esse absurdo pleito.

Por isso, Sr. Presidente, é importante solicitarmos ao Superior Tribunal de Justiça a adoção da mesma prática com as centenas de rádios comunitárias, vítimas dessa ação ilegal e insana da Agência Nacional de Telecomunicações.

Muito obrigado.



A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as atividades da SERASA S/A iniciou a fase de coleta de depoimentos. Até o momento foram ouvidos o repórter da *TV Bandeirantes*, Sr. Sandro Barboza de Araújo; os advogados, Srs. Edilson Galdino Vilela de Souza e Edson Galdino Vilela de Souza; o tabelião de Curitiba, Paraná, Sr. Ângelo Volpi Neto; o Sr. Etelvino Luiz Garcia, médico em Sinop, Mato Grosso; e o Sr. Adão de Assunção Duarte, Juiz Federal aposentado, advogado e professor universitário em Salvador, Bahia.

Os fatos relatados expõem uma faceta perversa do mercado brasileiro — excludente, ilegal e sonegador. Essa face negra é patrocinada pelo Credit Bureau Serasa, instrumento de apoio para empresas ligadas à gestão de crédito de pessoas físicas.

A SERASA é o primeiro cadastro de pessoas físicas e um dos maiores bancos de dados do País, com informações positivas e negativas de crédito sobre 116 milhões de pessoas.

Esse sistema de cadastro teria como objetivo maximizar as oportunidades de negócios e minimizar os riscos envolvidos. No entanto pode, segundo denúncias, tornar-se um verdadeiro estado de exceção e de exclusão social.

Um sistema de mercado excludente. Hoje as informações prestadas pelo SERASA são utilizadas pelas empresas privadas como critério para a contratação de trabalhadores; pela Caixa Econômica como exigência na aprovação de financiamentos relativos à aquisição da casa própria; na participação em concursos públicos em diversas instituições; necessário como condição de acesso das



pequenas e microempresas aos recursos do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Estar inscrito na SERASA com restrições cadastrais significa não ter acesso ao primeiro emprego, a concursos públicos, à casa própria. Os negativados da SERASA são uma modalidade de novos excluídos. A SERASA tem uma verdadeira lista negra! A lista dos marcados! Marcados à exclusão social! Marcados ao constrangimento!

Os programas do Governo Lula de combate à miséria e ao desemprego estão gravemente comprometidos. Não atingirão o cidadão necessitado, pois na sua maioria enfrentam problemas de crédito no mercado, possuem dívidas, estão negativados, estão excluídos, estão na tal lista negra da SERASA.

Nobres pares, a gravidade das atividades da SERASA torna-se ainda mais clara quando existem indícios de que as informações constantes dos seus bancos de dados não podem ser comprovadas pela mesma. A SERASA recebe as informações, segundo os denunciantes, das instituições filiadas, que, através de uma senha de acesso, as inserem. Na verdade, qualquer cidadão pertencente a uma das 560 mil empresas cadastradas pode negatar um outro cidadão. Não é exigido, por parte da SERASA, uma comprovação incontestável da dívida, um título protestado, uma cópia da documentação que comprove a dívida. Acusa-se, pune-se o cidadão, sem o direito à defesa. A SERASA pode estar lucrando exatamente por vender falsas informações.

É uma verdadeira afronta ao Estado de Direito! Essa empresa, Sr. Presidente, tem atualmente mais poderes do que a Justiça brasileira! Seu comportamento, a partir dos depoimentos, demonstra isso!



E não pára por aí. A SERASA, hoje, possui um convênio com a União, no mínimo duvidoso. A Receita Federal transfere o cadastro de pessoas físicas e jurídicas do Fisco (milhões de contribuintes), de graça, para a SERASA. E esta, por sua vez, vende essas informações a seus clientes. Precisamos verificar a legalidade desse convênio, Sr. Presidente.

Há indícios de sonegação de Imposto de Renda, podendo chegar a R\$ 50 bilhões por ano, conforme oitivas na CPI. Aprofundando nossa análise, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Carta maior do País, a Constituição, afirma que nenhum cidadão pode ser punido duas vezes pelo mesmo crime! A SERASA, no entanto, colocando-se acima da lei, vende os produtos: Cheque Scoring e Collection Scoring, que estabelecem uma probabilidade estatística, respectivamente de 6 meses e de 1 ano, de inadimplência futura com base nos dados passados do cliente. Se um cidadão foi negativado anteriormente, seja por qualquer razão, ele permanecerá um mau cliente. É o que podemos chamar de dupla punição ou prisão antes do próximo delito!

Pelo exposto, pedimos a esta digníssima Casa que fique alerta à CPI da SERASA. Poderemos estar desvendando um verdadeiro atentado à democracia! Nossa intenção é melhorar a vida de milhões de negativados, de excluídos do crédito e dos excluídos dos programas sociais do Governo Lula.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Itamaraty, às Forças Armadas e, principalmente, ao Exército brasileiro por terem atendido aos nossos apelos.

Na Foz do Breu, próximo ao Município de Marechal Taumaturgo, em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá, na divisa com o Peru, há comissão do Exército brasileiro fazendo estudos e levantamentos para promover a verdadeira demarcação da área



fronteira entre o Brasil e o Peru, fruto do trabalho que estamos hoje desenvolvendo com os Ministérios.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Perpétua Almeida, o Sr. João Caldas, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Concedo a palavra ao Deputado João Caldas, Presidente até poucos instantes desta sessão e ilustre representante de Alagoas.

O SR. JOÃO CALDAS (PL-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito este momento, em que falo da tribuna desta Casa, para discordar de alguns aspectos das notícias veiculadas hoje na imprensa brasileira e na mídia internacional.

Pertenço ao Partido Liberal e posso afirmar que fizemos aqui responsável Oposição ao Governo Fernando Henrique Cardoso. Aliás, sempre demos liberdade à bancada para votar com discernimento do que era ou não bom para o País em relação às reformas que avançavam, às reformas que patinavam e não saíam do lugar, como cadeira de balanço, às reformas que muitas vezes surgiam como pano de fundo para ganhar tempo no Governo anterior. Particularmente, nos pontos cruciais, determinantes da vida do País, votei com a bancada do Governo, fiz coro com o Governo FHC, para que o Brasil desse certo.

Parabenizo o Vice-Presidente da República, José Alencar, pela postura e pela atuação na interinidade, dando maior envergadura ao cargo que recebeu dos brasileiros por eleição direta.

Sr. Presidente, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em hipótese alguma, pode criticar o Programa Fome Zero, dizer que ele é demagógico. Demagogia havia em seu governo, quando era vergonhoso falar da fome. Os intérpretes da “ação social” — entre aspas — eram os burocratas de nariz arrebitado. Digo isso como Presidente da Frente Parlamentar de Combate à Fome, à Pobreza e à Miséria, instalada nesta Casa há mais de 3 anos.



À época, estivemos com S.Exa. e sugerimos a criação do Ministério de Combate à Fome, Pobreza e Miséria e que também envidasse esforços para criar política social arrojada, que fosse aos bolsões de miséria e enfrentasse a questão da fome como problema social de governo.

Estive com S.Exa. e com o Líder do Governo, Arnaldo Madeira, algumas vezes, e — pasmem, senhores! — o único interlocutor do Governo FHC que nos atendeu, liberou recursos para os programas sociais foi o Ministro Pedro Sampaio Malan. Com ele a Frente Parlamentar teve interlocução, quando da inclusão do Fundo de Combate à Pobreza. Na Comissão de Orçamento, pudemos contar com seu apoio e esforço para a implementação dos programas sociais, como, por exemplo, o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e os de municipalização e universalização da merenda escolar e os repasses sociais.

A verdade deve ser dita. Em alguns pontos o ex-Presidente está certo, quando afirma que o PT tomou posturas adversas para boicotar algumas reformas. Isso é tão verdadeiro como é falsa a premissa de que o Programa Fome Zero é eleitoreiro, um *slogan* do PT e um programa demagógico. O ex-Presidente está equivocado e não deveria ter feito esse comentário. Deveria sim redimir-se e sentir-se culpado pelos 8 anos em que deu as costas ao problema e ficou com vergonha de falar da fome nas cerimônias pomposas do Palácio do Planalto. Faço esta crítica veemente porque, por diversas vezes, demos apoio incondicional ao seu governo.

Reitero nosso apoio irrestrito ao Presidente Lula, eleito pelo povo, pelo bem do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Caldas, 4º Suplente de Secretário.



O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o contingenciamento de recursos federais vem criando sérios embaraços aos órgãos públicos vinculados à União que reclamam para que, neste segundo semestre, comecem a ser procedidas as liberações no sentido de evitar que perdure a paralisação de serviços essenciais, os quais permanecem à espera de que a Fazenda e o Planejamento levem a efeito a sustação desse processo restritivo, contra o que já nos manifestamos desta mesma tribuna, clamando até pela intervenção direta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva nessa questão.

Todas estas considerações, Sr. Presidente, vêm a propósito da verba destinada à priorização do PROFAA — Programa Federal de Auxílio a Aeroportos que se acha retida por decisão da equipe econômica, gerando impasses insuperáveis, com incalculáveis prejuízos à população.

Veja-se, por exemplo, que as obras de recuperação do Aeroporto de Juazeiro do Norte se mantêm paralisadas, à espera de que uma providência concreta, por parte dos setores governamentais competentes, seja posta em prática, com o reclamado descontinenciamento do total de 31 milhões de reais, postulados pela área oficial a que o assunto é pertinente.

Ressalte-se — segundo informações transmitidas por empresários e outros segmentos sociais da terra do Padre Cícero — que as grandes aeronaves não mais incluíram aquela cidade na rota de seus vôos, acarretando, com isso, insatisfação



generalizada, que requer a adoção de medida urgente a fim de que se ponha termo a essa despropositada deliberação.

Mencione-se, por oportuno, também, que o Estado do Ceará dispõe-se a cooperar com a contrapartida que lhe é atribuída, no montante de 4 milhões e 500 mil reais, faltando apenas o Executivo Federal sinalizar para a assinatura do convênio, a fim de que o depósito correspondente seja efetuado por ordem do Governador Lúcio Alcântara.

Numa época em que o turismo religioso é apontado como alternativa para estimular as atividades da região do Cariri, o Aeroporto apenas recebe aviões de pequeno porte, o que é um desapreço em relação àquela faixa geográfica do Ceará.

Diante disso, entendi de meu dever, como representante do povo cearense nesta Casa, apelar para os Ministros Antonio Palocci e Guido Mantega no sentido de que diligenciem a liberação dos 31 milhões destinados ao PROFAA. Dessa forma, sem mais delongas, poderá tornar-se realidade a restauração do Aeroporto de Juazeiro do Norte — cidade-pólo de uma das mais importantes regiões de meu Estado.

Se o Governo local deixou patente o seu propósito de efetuar o imediato desembolso da contrapartida, não há por que a União recusar-se a fazer o mesmo, depositando a quantia aludida, arbitrada em apenas 31 milhões de reais.

É a solicitação empenhada que entendi de meu dever dirigir ao Poder Executivo, na expectativa de que se deslinde essa questão o mais rápido possível, ainda mais porque envolve importância irrelevante para os cofres do Tesouro.



É preciso, pois, que as obras sejam urgentemente retomadas, num ritmo que assegure o breve restabelecimento do tráfego de aeronaves comerciais naquela região do Ceará.



O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Júlio Cesar, para uma Comunicação de Liderança, pelo PFL.

O SR. JÚLIO CESAR (PFL-PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o advento da Constituição de 1988, os Municípios que tinham, àquela época, apenas 17% do IPI, do Imposto de Renda, tiveram esse percentual aumentado para 20%, em 1989, chegando aos 22,5% em 1993.

Naquela época, Sr. Presidente, esse percentual representou 65% das receitas compartilhadas da União com os outros entes, Estados e Municípios, e o Brasil tinha apenas em torno de 4 mil Municípios. Hoje, possui 5.561. Foi exatamente nesse período, de 1993 até então, que a União começou a criar as contribuições para desviar o compartilhamento das receitas com Estados e Municípios. Hoje, a cada dia que passa, os Municípios estão recebendo menos do que em 1993.

Na Comissão da reforma tributária apresentamos duas emendas que visam corrigir essas distorções. A primeira, coloca no bolo da distribuição todos os tributos — que no ano passado somaram em torno de 107 bilhões de reais — e as principais contribuições que não são compartilhadas, como COFINS, CPMF, CIDE e CSLL. Com isso se chegará ao montante de mais de 200 bilhões, se for aprovada, que serão compartilhados com Estados e Municípios.

Apresentamos a Emenda nº 1, sobre a divisão de todos os tributos e dessas 4 contribuições com Estados e Municípios, diminuindo seu percentual.

Os percentuais do IPI e do Imposto de Renda, de 22,5% para os Municípios e 21,5% para os Estados, cairiam para 12,5% para os Estados e 13,5% para os Municípios. E os Fundos de Desenvolvimento Regional contam apenas com 2%.



Isso significa, se for aprovado, que a redistribuição de renda privilegiaria aqueles que mais necessitam dos recursos federais.

Temos um estudo que faz a análise de todos os tributos e fundos dos Estados. O Estado de São Paulo, que arrecadou mais de 33 bilhões de reais de ICMS no ano passado — fora os novos Estados, como Amapá, Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins —, tem a maior participação *per capita* no ICMS brasileiro. Naquele Estado há dois extremos: a maior percentagem *per capita*, e o Município de Borá, que possui a maior renda *per capita* do FPM. Aquele Município tem apenas 807 habitantes e recebe, por ano, *per capita*, do FPM, mais de 2 mil reais, quando a própria Capital do Estado de São Paulo recebe apenas 5 reais.

Por isso, apresentamos duas emendas que tratam da distribuição de todos os tributos e contribuições principais e também da tributação do ICMS no destino, que, aliás, é desejo da maioria dos Governadores, com compensação para aqueles que possam perder mais na distribuição desses recursos.

Sr. Presidente, estou certo de que, se a nossa emenda for aprovada, vamos fazer realmente a distribuição compensatória de renda, para dar mais a quem é mais pobre e menos a quem é mais rico. Aliás, esse é o espírito dos fundos constitucionais dos Estados, das Capitais e dos grandes Municípios, aqueles que têm o fundo de reserva criado pelo Decreto-Lei nº 1.881. Esses são aquinhoados pelo inverso da proporcionalidade da renda *per capita*. Por isso, São Paulo recebe menos e os Estados das Regiões Norte e Nordeste recebem mais. O Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste recebem em torno de 85% do FPE, os Estados do Sul e Sudeste apenas 15%.



Quero crer que com essas duas emendas que apresentamos, com o espírito que há na Comissão e com o próprio compromisso do Presidente da República de diminuir as desigualdades regionais existentes em todo o País, onde os mais ricos ficam cada dia mais ricos e os pobres cada dia mais pobres, haveremos de ter oportunidade, na reforma tributária, de corrigir essas distorções.

Sr. Presidente, o Presidente Lula almoçou com os membros da bancada do Nordeste, na semana passada. S.Exa. foi claro. Disse que os Prefeitos e os Governadores querem resolver os problemas de seus Estados e Municípios dentro da reforma tributária e criticou aqueles que defendem a solução dos seus problemas com a aprovação da reforma tributária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não vejo momento mais apropriado para os Prefeitos discutirem as distorções existentes na reforma tributária do nosso País, em tramitação nesta Casa. O apelo que faço a V.Exas. é no sentido de que revejam os números e percebam essas distorções, pois há Municípios que recebem mais de 2 mil reais por habitante/ano e outros que recebem apenas 5 reais por habitante/ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Mourão.

O SR. NILSON MOURÃO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a imprensa do Acre, através do jornal *A Tribuna*, acaba de divulgar matéria que merece reflexão: os Vereadores e a Promotoria Pública de Sena Madureira levaram ao conhecimento do IBAMA local denúncias de exploração ilegal de madeira numa área vizinha ao Município de Sena Madureira, no Acre, na região de Boca do Acre, no Amazonas, na Fazenda Novo Macapá.

O superintendente do órgão no Acre, Anselmo Forneck, destacou imediatamente para a área um helicóptero para fiscalizar. Misteriosamente, o helicóptero sofreu um acidente e a fiscalização ficou prejudicada.

Sr. Presidente, diz a matéria textualmente:

A queda, ocorrida no seringal-fazenda Novo Macapá, já na área de Boca do Acre (AM), está sendo considerada suspeita não exatamente pelo que esconde, mas pelo que revela: milhares de metros cúbicos de madeira de lei estão espalhados por 199.881.113 dos 248.644.803 hectares de área total que a área possui.

As toras, imensas e variadas (aguana, cedro, mogno, cerejeira, entre outras) são cadastradas como integrantes de um projeto de manejo florestal, mas, além das denúncias graves levantadas pela opinião pública sena-madureirense, a análise simples da madeira revela a ausência de qualquer identificação ou selo de



identificação de manejo florestal. A área pertence a Moacyr Crocetta Batista, dono de uma poderosa rede de marcenaria com filiais do Paraná a Vilhena (RO).

Sr. Presidente, estamos diante de um grande desafio para o Governo Lula, particularmente, para nossa querida Ministra Marina Silva: o combate à exploração ilegal da madeira.

É fato que empresas e pessoas sem escrúpulos vêm a madeira da Amazônia como a grande oportunidade de enriquecimento rápido. Para sua ação fazem qualquer coisa: corrompem servidores; mentem; distribuem propinas; falsificam documentos em cartórios, inclusive deformam seus projetos de manejo florestal. São projetos de mentira. Fazem projetos de manejo florestal, mas, na verdade, praticam a política da terra arrasada. Nada importa. Tudo que cientistas, pesquisadores, universidades têm debatido e acumulado sobre a Amazônia brasileira, sua importância estratégica, a questão ambiental, nada importa. O que importa é botar abaixo toda essa riqueza de modo ilegal e criminoso, como está ocorrendo nesse caso do Acre que está sendo investigado pelo IBAMA. Esse é apenas um exemplo do que está ocorrendo pelo Brasil inteiro e, particularmente, na Amazônia. A irresponsabilidade é grande.

Lamentavelmente, ainda lidamos com setores empresariais sem escrúpulo, sem caráter e sem patriotismo, incapazes de fazer seus projetos e de cumprir exatamente o que está no papel. Ludibriam o Governo, mentem e subornam. Diante desse quadro, Sr. Presidente, é previsível que de fato aumente o desmatamento, como a imprensa tem amplamente divulgado.



Acredito no Governo Lula e, sobretudo, na Ministra Marina Silva, que é capaz, inteligente e já alocou recursos para resolver esse problema. S.Exa. fará tudo o que for preciso no seu Ministério e no IBAMA, por intermédio do Presidente Marcus Barros, para combater esses crimes ambientais, fazer com que a exploração da madeira no Brasil seja realizada de modo sustentável e que os projetos de manejo e as cláusulas ali presentes sejam cumpridos de maneira efetiva.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, que fatos dessa natureza ainda aconteçam nos Estados do Acre e do Amazonas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Srs. Deputados, devido à falta de *quorum* regimental no princípio da sessão, a Mesa aguardou alguns minutos para que os Srs. Deputados comparecessem ao plenário.

Como há ainda um grande número de oradores para falarem no Pequeno Expediente, informo que reduziremos o tempo dos pronunciamentos para 3 minutos. Dessa forma, todos poderão se manifestar. Peço aos inscritos no Grande Expediente e aos demais Deputados que tenham compreensão.



O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Carlos Abicalil.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha cara Deputada Fátima Bezerra, vou fazer um pequeno balanço desta semana profícua de acontecimentos e demonstrações inequívocas do papel desta Casa e de um governo democrático e popular, que tem atenção para as grandes demandas do País em todos os seus segmentos.

Sr. Presidente, Sras. Srs. Deputados, registro, com alegria, informação a nós repassada pelo Sr. Paulo Heineck, Coordenador de Relações Parlamentares do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sobre a inclusão de ações de etnodesenvolvimento para os indígenas brasileiros no Plano Plurianual daquele Ministério, evitando-se um grave problema que vem ocorrendo diuturnamente na Reserva do Xingu, situada no Estado do Mato Grosso, que é o tráfico de madeiras nobres — e isso se conecta com o que trouxe o Deputado Nilson Mourão. Nesse sentido, cumprimento o Ministério do Desenvolvimento Agrário por ter incluído no PPA, como tarefa sua, também esse aspecto.

Assim, aquele Plano Plurianual — PPA, que se encontra em período de avaliação, devido ao seminário de discussão com representantes indígenas, o qual deverá ocorrer até o final de julho, apresenta, enfaticamente, a preocupação com as populações indígenas.

As proposições do Ministério do Desenvolvimento Agrário têm apoio nos principais pleitos que os movimentos indígenas brasileiros vêm apresentando, tais como os produzidos no seminário Respeito aos Povos Indígenas no Encontro Nacional dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil e no Encontro dos Povos



Indígenas Resistentes, realizados em março, abril e maio deste ano de 2003, respectivamente.

Pautam-se aquelas proposições em 4 diretrizes às ações voltadas para as populações indígenas, em especial no Programa de Ações Afirmativas. São elas: a organização e o apoio à produção; a promoção do acesso à terra e a equipamentos de infra-estrutura; o fortalecimento e a ampliação da cidadania; a articulação interinstitucional.

Essas diretrizes deverão se concretizar por meio das seguintes estratégias: inclusão do etnodesenvolvimento nas políticas públicas para a pequena agricultura; reconhecimento e promoção da garantia dos territórios indígenas, considerando a necessidade de preservação da biodiversidade e a valorização dos conhecimentos locais; articulação de ações interinstitucionais para a promoção da educação e da saúde diferenciadas e a resolução de conflitos no campo, com a garantia do respeito às especificidades culturais.

Acredita o Ministério do Desenvolvimento Agrário que tais procedimentos concretizem uma política pautada pelo respeito às etnias, além de considerar os principais problemas que os povos indígenas têm enfrentado, que são a base de tantos outros, como o absurdo número de 15 assassinatos de índios motivados pelo conflito fundiário, apenas no primeiro semestre de 2003.

No programa apresentado, o MDA dá ênfase à elaboração e ao refinamento de linhas de crédito que atendam às demandas indígenas e à articulação interinstitucional para garantir o manejo de suas terras, contribuindo para um maior controle territorial das populações.



Espero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em breve, voltar a esta tribuna para anunciar o fruto dessa política proposta pelo MDA, em minha opinião acertada e dirigida a minimizar a dívida social que a Nação brasileira acumulou com nossas populações indígenas.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. É com alegria que registro, nos Anais desta Casa, os resultados de uma inspeção judicial realizada no início de julho em 3 das várias fazendas presentes na área do quilombo Mato Cavalo, Município de Nossa Senhora do Livramento, em meu Estado do Mato Grosso. Mata Cavalo, comunidade de remanescentes de escravos, local que recentemente recebeu a visita da Secretária Especial de Promoção da Igualdade Social, Matilde Ribeiro, é um exemplo de resistência das populações originárias desse nosso imenso País.

Pela inspeção judicial, Carlos Maciel, da Fazenda São Carlos, está obrigado a permitir que os quilombolas tenham acesso à água de um rio que passa nessa fazenda. Até então, a comunidade tinha que percorrer aproximadamente 10 quilômetros para chegar ao local. A grande distância era exigida porque o fazendeiro não permitia a passagem dos negros por uma outra via de acesso, mais próxima da fonte.

Ao visitar o local, o juiz da 2ª Vara da Justiça Federal em Mato Grosso, Paulo Cézar Alves Sodré, verificou a importância de se reduzir em pelo menos 9 quilômetros a caminhada até a água. Mediante a decisão, Carlos Maciel será obrigado a deixar os trabalhadores usarem esse segundo caminho. A comunidade deverá respeitar decisão anterior do mesmo magistrado, que estabelece que os quilombolas devam ficar distantes 1,5 quilômetro da sede da fazenda.



No momento do despacho, o juiz considerou a presença de patrimônio arqueológico no local, próximo à fonte da água. Trata-se de um fornalha, então utilizada pelos escravos para o cozimento e preparo de alimentos em grande quantidade.

Com relação à reforma da Previdência, as notícias dos últimos dias demonstram a disposição do Governo de que a proposta seja debatida nesta Casa com autonomia, seriedade e sinceridade. A evolução do debate se pautará, sem dúvida nenhuma, pelo respeito aos direitos adquiridos e pela formulação de um Estado brasileiro que promova a ampliação das oportunidades à população brasileira e a valorização do serviço público.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também trago ao conhecimento da Casa que neste momento, em Mato Grosso, estamos nos preparando para a assinatura com o Ministério da Justiça, no próximo dia 5 de agosto, de documento que nos insere no Sistema Único de Segurança Pública, pelo que, desde o mês de fevereiro, tenho-me empenhado muito. O Ministro Márcio Thomaz Bastos confirmou que o Plano de Segurança Pública do Estado será firmado definitivamente no próximo dia 5, o que para nós é importante, tendo em vista as enormes suspeitas de envolvimento de órgãos estaduais em corrupção — os processos verificados até então mostram que cerca de 65 milhões de reais da Assembléia Legislativa vieram do crime organizado de 1996 a 2002.

Portanto, Sr. Presidente, esta semana, rica de conteúdo para o debate da Casa, também promete, para os próximos dias, soluções que vêm ao encontro dos interesses de diversas categorias de brasileiros: indígenas, negros e negras, servidores públicos, população desassistida. Isso, sem dúvida nenhuma, mostra que



o Governo Lula está fazendo e fará as mudanças com que se comprometeu nas últimas eleições.

Muito obrigado.



O SR. ZONTA (PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, funcionárias e funcionários da Câmara dos Deputados, ocupo a tribuna para pedir apoio à Casa para uma iniciativa tomada no Governo Esperidião Amin que, por estar dando certo, pode se estender ao restante do País. Trata-se do programa de reflorestamento com garantia de renda mínima. O pequeno agricultor pode inscrever-se no programa para reflorestar até 2 hectares da sua propriedade durante 4 anos, meio hectare por ano, e receberá, a cada 60 dias, o correspondente a um salário mínimo por mês.

Esse programa, que já atinge cerca de 14.000 famílias, modificou o pensamento de muitos pequenos agricultores e ajudou-os na decisão de se fixarem na terra e ainda beneficia o meio ambiente. O Deputado Ivan Ranzolin e outros colegas catarinenses têm conhecimento do efeito social desse programa. Ainda mais, faz o programa com que as famílias dos agricultores passem a pensar a médio e longo prazos, preparar uma poupança verde que lhes permita ter, no futuro, uma reserva que pode ser disponibilizada num sistema de rodízio, garantindo-lhes uma renda, além de valorizar a propriedade.

O programa pode ser aplicado em todo o Brasil, e já foi incluído no Programa Fome Zero. Em vez de dar o dinheiro simplesmente, que se estenda esse plano para o meio rural. Nesse sentido encaminho projeto, para que ao receber cada meio salário mínimo o pequeno agricultor plante árvores. O projeto de lei está pronto para ser apresentado a esta Casa, instituindo o programa de reflorestamento com garantia de renda mínima em âmbito nacional, respeitando as peculiaridades de cada Estado quanto às espécies a serem plantadas.



É o verdadeiro, único e legítimo programa de adiantamento de renda mínima em vigor no Brasil. Por isso serve como modelo para o País.

Informamos, portanto, aos nobres colegas, que encaminharemos à Casa projeto de lei instituindo o programa de reflorestamento do minifúndio ou da agricultura familiar com adiantamento de renda mínima.



O SR. LINDBERG FARIAS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ocupo novamente a tribuna, a exemplo do que fiz no dia de ontem, para defender o acordo conduzido por esta Casa em relação à reforma da Previdência, acordo esse que contou com a participação do Presidente da Casa, o Deputado João Paulo Cunha, do Líder do Governo, o Deputado Aldo Rebelo, e de todos os Líderes dos partidos da base aliada. Venho hoje defender dos ataques que vêm de todos os lados essa proposta que é fruto de acordo.

Começo dialogando com alguns companheiros do PT que se manifestaram contrários ao acordo. Entendo que esses Parlamentares, por terem saído com força em defesa do projeto original do Governo, sintam-se magoados ao se verem diante um acordo do qual não participaram, mas eles precisam entender que o acordo possibilita a pacificação com os servidores públicos, que estão mobilizados e se encontram em greve. É hora de buscar a unidade partidária. O PT tem de estar unido para patrocinar o projeto de mudança deste País, e o acordo é a base de tudo.

Confesso, Sr. Presidente, que não concordo com todos os termos do acordo. Discordo de vários pontos dele. Por exemplo, ainda se pretende instituir a contribuição dos inativos. Mas esse acordo é o início de um processo importante. Aos companheiros do PT que o têm atacado, quero lembrar que ataques como esses são típicos de membros da Direita, de reacionários como aqueles que atacaram Lula quando colocou o boné do MST, os mesmos que aplaudem o Governo quando anuncia o aumento do superávit primário ou qualquer medida que beneficie seus interesses, mas atacam o Presidente quando cede numa negociação.

Estão equivocados os que dizem que o Presidente Lula cedeu apenas ao Judiciário, porque os Líderes governistas disseram que não aceitariam qualquer



medida exclusivamente para os integrantes desse Poder. Sabemos que a pressão não é só do Judiciário. A pressão é dos servidores públicos. E havia um constrangimento na base aliada.

Aproveito para desmentir algumas matérias de jornais que afirmam que o acordo fracassou. Vários jornais noticiam que o mercado vê o recuo do Governo como uma demonstração de fragilidade. Que fragilidade? Negociação com os amplos setores envolvidos nessa questão não é fragilidade. Fragilidade seria recuarmos agora, após lançados os termos do acordo. Esse comportamento, sim, desmoralizaria esta Casa e o Presidente João Paulo Cunha, que conduziu o acordo e empenhou sua palavra. E sabemos de quem são as pressões. Elas são conduzidas pelo sistema financeiro, pelos bancos, em especial pelas seguradoras, que estavam de olho nesse mercado; queriam o estabelecimento do teto agora para que se expandisse a previdência complementar privada.

Esta Casa, Sr. Presidente, não pode recuar. Digo mais: esta Casa vai construir um grande acordo, que possa pacificar a relação do Governo com os servidores públicos federais.

Quanto ao PT, quero comunicar que haverá uma reunião do Diretório Nacional, quando teremos a maior oportunidade já surgida desde o início do Governo para construir a unidade partidária. Vamos propor, nessa reunião, um grande acordo do Diretório Nacional, a partir do acordo conduzido nesta Casa pelo Presidente João Paulo Cunha.

Muito obrigado.



O SR. B. SÁ (PSDB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem, a bancada do Nordeste, como vem acontecendo nas quintas-feiras desde praticamente o início do ano, fez uma reunião, dessa feita com a Dra. Tânia Bacelar, que tem a responsabilidade — missão que lhe foi conferida pelo Governo Lula — de trabalhar a reestruturação da SUDENE.

Não se sabe se a SUDENE continuará com este nome ou se vai adotar a nova designação ADENE, nem se será criada por medida provisória ou por projeto de lei complementar. O que importa é que a Dra. Tânia Bacelar, com seu consabido conhecimento de causa e competência, fez explanação didática de como está sendo imaginada a nova SUDENE.

Tive oportunidade de pedir-lhe encarecidamente que, da mesma forma como está sendo reestruturada a nova SUDENE, se fizesse o mesmo com o Banco do Nordeste e o DNOCS para promover o desenvolvimento da Região Nordeste. Não dá mais para suportar o desequilíbrio intra-regional que, infelizmente, tem havido ao longo das últimas décadas, fomentado pelas agências responsáveis pelo desenvolvimento regional. O que aconteceu ultimamente foram investimentos prioritários em alguns Estados em detrimento de outros, particularmente do meu Piauí.

De sorte que fiz essas observações à Dra. Tânia em cima do conceito que ela frisou de que a nova SUDENE se comportará de maneira oblíqua no planejamento estratégico da região; de que a SUDENE vai procurar, dentro de um orçamento participativo, ouvir as bases de cada Estado da Região Nordeste.

Assegurou-nos também que não haverá mais a situação ocorrida, infelizmente, nesses últimos anos, qual seja de privilégio desse ou daquele Estado,



com prejuízos para os demais. Cito o Estado do Piauí, que tem necessidades brutais em termos infra-estruturais. As regiões economicamente deprimidas precisam da presença do Estado.

Confiamos neste Governo, que, além de tudo, é tocado por um nordestino da região semi-árida.

Sr. Presidente, estamos de acordo com que se faça a reestruturação da SUDENE, mas que o novo órgão venha com novos ventos para tratar a região de maneira equânime, universal, sem privilégio desse ou daquele Estado.

Muito obrigado.



O SR. ADELOR VIEIRA (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade, quero falar sobre a reforma tributária e vou me servir de um setor importantíssimo da nossa economia: os atacadistas-distribuidores.

O setor atacadista-distribuidor exerce uma grande função social para o nosso País, levando suprimentos e alimentos às diversas regiões brasileiras, abastecendo a população situada nos diversos caminhos que o setor percorre.

Os principais anseios da nossa sociedade são também os dos atacadistas-distribuidores: uma reforma tributária justa. Assim, desejam a redução da carga vigente nesse ramo de atividade, o que, além de proporcionar diretamente uma tributação mais justa, indiretamente causaria impacto na criação de novos empregos, uma vez que hoje grande parte do setor tem dificuldade de arcar com o ônus tributário sobre sua atividade.

Ademais, Sr. Presidente, vale ressaltar que o âmbito tributário está regido por leis arcaicas que não condizem mais com a nossa realidade social e econômica, haja vista que a lei usualmente denominada Código Tributário Nacional foi promulgada em 1966.

Outro embasamento importante é o da simplicidade administrativa, pois, do contrário, criando-se leis e regulamentações complexas, esbarra-se na facilidade de seu descumprimento, seja pela dificuldade de compreensão dos contribuintes, seja até mesmo pela administração pública exercer a atividade fiscalizadora.

Precisamos promover uma reforma tributária descentralizadora e justa, porque o problema está afetando não só o segmento atacadista-distribuidor, mas também toda a sociedade brasileira.



Esta é uma oportunidade para nossa Casa proporcionar condições ao Governo de alavancar o desenvolvimento tão esperado e de promover mais justiça para a nossa sociedade.

Sr. Presidente, diria ser de bom alvitre que não fossem tributados os alimentos, porque são imprescindíveis. A isenção de tributação dos alimentos seria uma grande contribuição para a melhoria da condição de vida do nosso povo. Se assim procedermos, tenho certeza de que estaremos fazendo uma reforma tributária capaz de alavancar o desenvolvimento do nosso País.

No Brasil os atacadistas-distribuidores são onerados com bitributação, uma vez que os tributos são pagos pela indústria, pelo atacadista e distribuidor e pelo consumidor, diferentemente dos outros países, onde o imposto é cobrado somente do consumidor final. Outro problema encontrado é a diferença do ICMS cobrado em cada Estado.

Esse problema afeta todo o segmento de atacadista-distribuidor, uma vez que existem 27 regulamentos diferentes, sendo que alguns têm em sua estrutura mais de mil artigos.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, os atacadistas e distribuidores atuam em todo o Brasil, independentemente de sua localidade, sofrendo com a interpretação de um número excessivo de regulamentos, alguns, inclusive, contraditórios, o que ocasiona reflexos negativos no setor e na distorção dos preços.

Assim, de acordo com a proposta de reforma tributária apresentada, a federalização da tributação do ICMS, com a instituição de uma legislação federal única que regule a sistemática de apuração e de cumprimento das obrigações acessórias a serem efetuadas pelos contribuintes, merece especial atenção.



Frise-se que, atualmente, existem diversas alíquotas diferentes do ICMS e com a reforma tributária poderemos estar diante de no máximo 5 (cinco) alíquotas, o que facilitaria o cálculo do tributo devido nessas operações e manteria a competição entre o setor.

Na análise da legislação do ICMS vigente, o princípio da seletividade é pouco respeitado, apesar de sua contemplação constitucional, ou seja, hoje os produtos essenciais à sobrevivência dos cidadãos são tão onerados pela tributação do ICMS quanto àqueles tidos como supérfluos.

Dessa Forma, Sr. Presidente, defendo a isenção, por lei federal, de todos os produtos que integram a cesta básica, evitando, assim, que os consumidores finais sejam onerados com a alta tributação que incide nesses produtos, o que seria de uma importância para o setor, visto que dessa forma o valor dos produtos poderiam ser reduzidos na venda final, em face do recolhimento do ICMS.

Inúmeros Estados-membros da Federação têm adotado a substituição tributária, no âmbito do ICMS, o que significa que apenas um contribuinte da cadeia recolhe esse imposto em nome dos demais, levando em conta uma margem de lucro que o produto deveria proporcionar a cada um dos contribuintes que compõem a cadeia até o destinatário final. Outro ponto a ser observado é que apenas alguns Estados possuem essa substituição, que gera um fator competitivo desleal, pois os contribuintes desses Estados terão maior poder de negociação em seus produtos, gerando preços distorcidos.

Frise-se que a substituição tributária, além de beneficiar a sistemática de apuração do ICMS, evita que haja, na cadeia de produção, um alto índice de sonegação, visto que, havendo o recolhimento por um único contribuinte, via de



regra a indústria, o Fisco tem maior controle e poder de fiscalização. Para isto, a substituição precisa ser instituída em todos os Estados da tributação.

Sr. Presidente, de acordo com a legislação vigente a substituição tributária ocasiona inúmeros problemas aos contribuintes, visto que, apesar de depender de regulamentação do CONFAZ, cada Estado se vale de sua autonomia legislativa para dispor dos produtos e da forma que irá incorrer no cálculo da substituição tributária, prejudicando operações entre Estados diversos.

Por essas e por tantas outras razões é que julgo necessária e imprescindível a reforma tributária, ouvindo, todavia, a sociedade e sobretudo os segmentos diretamente atingidos como neste exemplo, Sr. Presidente, os atacadistas-distribuidores.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PAULO AFONSO (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho sido procurado ao longo destes primeiros meses do meu início de vida de Parlamentar Federal por inúmeros Prefeitos catarinenses. E em incontáveis vezes eles têm-se manifestado mais uma vez preocupados com os rumos que a reforma tributária está tomando, principalmente no que diz respeito ao repasse de recursos para os Municípios.

Dados apresentados por eles e à disposição na Federação Catarinense dos Municípios — FECAM mostram que, em 1989, as Prefeituras recebiam 16,4% dos recursos arrecadados pela União. Hoje, este percentual é significativamente menor. Caiu para 14,3%. Não podemos permanecer inertes a esse fato e ficar passivos à perda cada vez maior da arrecadação municipal.

Senhores, a tendência é de que esta Casa apresente emendas à reforma tributária para evitar que isso continue a acontecer. Além do pouco que recebem do Governo Federal, atualmente as Prefeituras têm direito a 25% da arrecadação do ICMS, que é um imposto estadual. Esses 25% são divididos de acordo com a movimentação econômica de cada localidade: se o Município tem uma grande produção e venda de produtos e serviços, ou se incorpora mais valor aos produtos, têm mais recursos do ICMS a receber.

Na condição de titular da Comissão de Tributação e Finanças e estudioso do assunto, até pela condição de ex-Governador, afirmo que isso é muito pouco. É preciso que os Municípios sejam mais bem valorizados, que passem a ter uma fatia maior do bolo arrecadado pela União. É importante nos empenharmos para realmente fazer uma reforma tributária neste País, uma vez que a proposta



apresentada pelo Governo Federal consiste, no meu entender, apenas em um ajuste do atual sistema.

Volto a salientar que o Governo Federal está equivocado em centrar o foco dos problemas sociais do País na guerra fiscal existente entre Estados e Municípios. Sabidamente, não é isso que causa o desemprego e a má distribuição de renda. Senão bastaria unificar as alíquotas do ICMS para que todos os problemas se resolvessem. O fato é que durante estes anos todos a União concentrou no seu caixa o grosso dos recursos, não repassando para as Unidades da Federação o percentual que considero justo. A reforma tem de seguir outra vereda, tem de achar o caminho certo para devolver às administrações municipais e estaduais os recursos para que elas sejam responsáveis pela execução dos investimentos necessários, principalmente no que diz respeito a obras de infra-estrutura.

Defendo a tese de que o Brasil irá se modernizar e se desenvolver mais rapidamente a partir do momento em que os Municípios passarem a ter uma participação mais efetiva na vida do País. É necessário que se façam reformas profundas e não apenas remendos na atual política tributária nacional. Proponho, entre outras coisas, que parte do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, a CPMF, seja revertida para as administrações municipais.

A preocupação trazida até mim pelos Prefeitos catarinenses tem de ser levada mais a sério, até porque ela diz respeito a todos os 5.561 Municípios brasileiros.

São vários os motivos que me levam a defender a tese de que o municipalismo será um grande avanço para todos nós.



O primeiro é o exemplo prático do qual eu mesmo tive participação. Durante 4 anos, entre 1995 e 1998, na condição de Governador de Santa Catarina, implantei um sistema de parcerias com as Prefeituras, a Viva o Município.

Era uma parceria simples, mas de eficácia gigantesca e quase sem burocracia. Consistia em repassar recursos dos cofres do Estado para que os Municípios executassem as obras de maior urgência, como a construção de pontes, a abertura de estradas vicinais ou calçamento de ruas urbanas.

Tão importante quanto estabelecer essa prática era fazer com que ela fosse estendida a todos, sem discriminação partidária. E assim foi feito. Mesmo os Prefeitos que eram meus adversários políticos tinham suas reivindicações atendidas. Hoje digo com orgulho que todos os 293 Municípios catarinenses, sem exceção, tiveram ao menos uma importante obra de minha administração, sempre resultando no aumento da qualidade de vida dos munícipes. E a maior prova de que o sistema dava resultado é o fato de o partido ao qual sou filiado, o PMDB, ter vencido as eleições municipais de 1996 em 130 cidades, metade dos Municípios existentes no Estado naquela época.

Há inúmeras vantagens em se repassar os recursos para os Municípios. A primeira é o fato de que ninguém melhor que os Prefeitos para saber quais as necessidades mais urgentes dos seus Municípios, e muitos de nós aqui já foram administradores municipais. Com uma melhor avaliação feita por pessoas que conhecem a região, pode-se estabelecer prioridades e, como sabidamente não há recursos para se fazer tudo o que é necessário, é possível estabelecer critérios mais adequados para se optar, por exemplo, por uma obra que atenda o maior número possível de pessoas.



Com base na experiência que relatei anteriormente e ainda no que diz respeito ao melhor aproveitamento dos recursos, o repasse permite às administrações municipais executar obras com até 25% de economia. Essa diminuição se dá pela maior fiscalização do cronograma e melhor acompanhamento durante a execução dos projetos.

Além disso, a descentralização dos recursos permite a contratação de mão-de-obra local, diminuindo os problemas de desemprego no próprio Município. Afinal, é justo que pessoas da localidade executem essas obras.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é indispensável que passemos realmente a fazer uma reforma tributária mais equilibrada e que sirva de alavanca para o progresso desta Nação.

Muito obrigado.



O SR. PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA (PRONA-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este mês é de reformas. A esse respeito muito bem falou o ex-Governador e atual Deputado Paulo Afonso ao mencionar a reforma tributária, que nada mais é do que reforma arrecadadora, reforma fiscal. Por minha vez, tratarei da reforma política, que, em princípio, deveria ser debatida. Entretanto, ainda não sabemos se efetivamente a discutiremos em plenário neste mês de julho.

Quero apenas deixar claro o significado da postura adotada pelo Parlamentar ao ocupar a tribuna. No sistema proporcional eleitoral vigente no País, o Deputado representa o número de votos de todo o seu partido. Conseqüentemente, ao falar da tribuna, o faz em nome de todas aquelas pessoas que acreditaram no conjunto de idéias do partido a que pertence.

Digo isso, Sr. Presidente, tendo em vista discurso que proferi ontem a respeito da atitude do Procurador-Geral ao falar da invasão de terras improdutivas. Hoje quero deixar bem claro que minha postura é ideológica, reflete um conjunto de idéias.

Seguimos o que prega a Constituição, ou seja, respeito à propriedade privada. Conseqüentemente, as propriedades que estão em poder de algumas pessoas devem ser respeitadas até que seja feita a reforma agrária, que, embora acreditemos necessária, tem de ser realizada de forma ordeira e não com badernas, com ataques e choques entre pessoas armadas — fazendeiros e os que almejam ter sua terra para plantar.

Cremos, sim, na necessidade da reforma agrária, mas não na incitação ao choque entre brasileiros. Terras são, pela Constituição, direito de cada um que as



tem. É o direito da propriedade privada. Os mesmos que hoje almejam ter suas terras, no dia em que as tiverem, receberão essas mesmas garantias. Portanto, que a reforma agrária seja feita ordeiramente e que não se incite cada vez mais o choque entre pessoas.

Sr. Presidente, tendo em vista o pouco tempo de que dispomos hoje, não me alongarei, mas acredito que poderei voltar mais tarde à tribuna para falar pela Liderança do partido e continuar meu raciocínio.

Muito obrigado.



O SR. WASNY DE ROURE (PT-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, creio que Brasília, como Capital da República, está perplexa e vive momento de profunda angústia, quando observa que um dos membros do Parlamento local é preso por motivo de grilagem, por motivo de apropriação de bem público e por sua comercialização, o que não apenas compromete o planejamento urbano da cidade, mas também todo o processo de venda de terras nesta Capital, que deve ser transparente. Além do mais, o produto inerente à negociação deve ser destinado ao interesse público e não ao bolso deste ou daquele Parlamentar.

O Brasil foi surpreendido com o envolvimento de mais um Parlamentar em práticas lesivas ao patrimônio público. No dia de ontem, em Brasília, assistimos à prisão do Deputado Distrital José Edmar, do PMDB, identificado pela Polícia Federal como envolvido em venda irregular de patrimônio público.

Sr. Presidente, reporto-me a outra questão extremamente grave com a qual temos convivido em Brasília: a postura adotada pela ANATEL, que, de maneira discriminadora, vem atuando no sentido de perseguir as rádios comunitárias. Sabemos que o Governo, responsável pela regularização do setor, vem, há anos e anos, procrastinando. Ainda que o próprio Ministro Miro Teixeira tenha tentado, com agilidade, encontrar uma solução para o processo, a ANATEL, de maneira inexplicável, juntamente com a Polícia, vem perseguindo as rádios comunitárias. Sua ação deveria ser muito mais propositiva, na perspectiva de regularizá-las. Não se trata de marginais, mas de homens e mulheres que querem firmar relação de comunicação com a sociedade. Para tal, a ANATEL, na condição de agência do Governo, tem de desempenhar papel construtivo, regularizando as rádios



comunitárias e não simplesmente punindo-as, como recentemente aconteceu na cidade de Riacho Fundo.

Muito obrigado.



O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para falar de nossa felicidade com o Presidente Lula por sua orientação no sentido de inserir a reforma agrária na pauta do Governo.

Essa é uma luta nossa. O Deputado Adão Pretto, presente a esta sessão, membro do Núcleo Agrário, sabe o quanto temos batalhado nesse sentido. Evidentemente, nesse contexto, também lutamos por outras medidas que beneficiem o meio rural.

Recentemente, tivemos quase resolvida a questão do endividamento agrícola. O nobre Presidente sabe que o Nordeste foi beneficiado, e muito, com o projeto de lei de conversão que tratou do endividamento, agora transformado em lei.

Já tivemos com o MST várias reuniões, mas ontem tivemos a satisfação de contar com a presença do Deputado João Paulo Cunha, Presidente da Casa, em reunião na qual propusemos a realização de um grande debate sobre o processo de reforma agrária. Estão querendo desmerecer a reforma agrária simplesmente porque o Presidente usou o boné do movimento que, na nossa avaliação, com todo o respeito que temos aos movimentos ligados à terra, é um dos mais expressivos no âmbito nacional e reconhecido internacionalmente. Em razão do episódio, a bancada ruralista está querendo impedir a reforma agrária.

Tive oportunidade de estar com o Presidente Lula em vários eventos. Nas feiras agropecuárias, por exemplo, S.Exa. usou o boné de agremiações patronais de latifundiários e ninguém contestou o gesto.



A UDR não vai condicionar a reforma agrária ao fato de o Presidente da República ter usado o boné do MST, movimento que respeitamos e no qual acreditamos.

Defendemos o Governo Lula porque o consideramos diferente dos que até agora comandaram este País. Ele tem rumos diferentes e, por isso, certamente fará a reforma agrária, a fim de abranger milhares de pessoas que estão fora da produção e têm inclusive passado necessidades.

Estamos felizes, Sr. Presidente, porque a reforma agrária está sendo pautada por este Governo entre seus objetivos.

Muito obrigado.



O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para manifestar meu repúdio pela ação do Ministro da Agricultura, com quem está sendo difícil a convivência neste Governo, cuja proposta é de mudança, de transformação.

Estive com o companheiro Lula num acampamento dos sem-terra antes de ele ser candidato a Presidente da República — era apenas o presidente do nosso partido. Lula queria falar para as crianças, porque os adultos já conheciam sua história, e dizia: *“Se algum dia eu for alguém no Brasil e não puder fazer mais nada, pelo menos a reforma agrária eu quero fazer”*. E dizia isso com lágrimas nos olhos.

Também estive com o companheiro Lula em vários atos públicos depois que ele assumiu a Presidência, prezado amigo e companheiro Deputado João Grandão, e ainda não ouvi nenhum discurso oficial do Presidente em que não citasse a reforma agrária.

Como pode o Ministro da Agricultura dizer que é legítimo os fazendeiros defenderem suas propriedades, inclusive com armas? Como podemos conviver com um Ministro assim?

Como pode um Ministro que considera a propriedade sagrada ser a favor dos transgênicos? S.Exa. foi ao Rio Grande do Sul e comeu uma folha de soja transgênica diante das câmeras de televisão para dizer que ela não faz mal, quando, na verdade, é proibido plantá-la no Brasil. A semente desenvolvida no Brasil é propriedade do povo brasileiro, e essa propriedade não vale nada para o Ministro, porque, segundo ele, a terra de que muitos grandes fazendeiros se adonaram tem que ser defendida, inclusive com armas.

Sr. Presidente, é o manifesto que faço desta tribuna, em repúdio às declarações do Ministro da Agricultura.



O SR. ZÉ LIMA (PP-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para falar um pouco sobre o Governo do Estado do Pará que desenvolveu notável trabalho, que resultou em proposta a ser apreciada pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, objetivando à incorporação de área do Estado à zona livre de febre aftosa com vacinação. Com isso, o Pará contribui de maneira mais efetiva para a execução do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, dando um salto de qualidade no setor da pecuária regional.

A referida proposta, Sr. Presidente, é fruto de amplo debate realizado com as entidades mais representativas desse importante segmento de nossa economia.

De fato, representantes da Federação da Agricultura, do Fundo de Desenvolvimento da Pecuária, da Agência de Defesa Agropecuária do Pará — ADEPARÁ, enfim, pecuaristas, técnicos e outros profissionais ligados à atividade discutiram democraticamente a questão e definiram, em exitosa experiência de parceria entre a iniciativa privada e o setor público, a ampliação de área do Pará que irá permitir um novo passo para a definitiva erradicação daquela doença no Estado.

Mais da metade do território estadual, concentrando 67% das propriedades rurais cadastradas e 75% dos rebanhos bovino e bubalino, terá tratamento prioritário na luta contra a febre aftosa.

Nesse sentido, a proposta divide o Pará em 4 grandes áreas, de conformidade com a classificação nacional de risco para a febre aftosa. E considerando o objetivo de erradicação gradual da doença no Pará, estabeleceu-se que esforços para o fortalecimento do sistema de vigilância e defesa sanitária animal



se realizem inicialmente nas regiões onde se encontram 94% dos rebanhos cadastrados no Estado.

Foram considerados, para a definição das áreas prioritárias, Sr. Presidente, os fluxos predominantes de comercialização bovina, as barreiras naturais disponíveis e as vias de acesso existentes, tanto terrestres quanto fluviais.

A proposta envolve 43 Municípios, dos quais compõem a Zona II integrante do novo cenário proposto para a regionalização do combate à febre aftosa no Estado, com meta de erradicação completa até o ano de 2005 os seguintes: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Itaituba, Itupiranga, Jacareacanga, Medicilândia, Novo Repartimento, Pacajá, Placas, Rurópolis, Senador José Porfírio, Trairão, Tucuruí, Uruará e Vitória do Xingu.

Portanto, a determinação do Governo do Pará, sob a firme condução do Governador Simão Jatene, merece todo o apoio e o aplauso dos paraenses, pelo caráter abrangente e profundo das medidas que vêm sendo adotadas em benefício da pecuária regional.

Para este ano, foram estabelecidas importantes metas de fortalecimento da vigilância sanitária, inclusive, com a ampliação e capacitação do quadro de recursos humanos e o aumento na frota de veículos, além da implantação de novos postos de fiscalização em pontos estratégicos.

Congratulo-me, pois, com todos os responsáveis por esse magnífico trabalho, que visa a proteger os rebanhos bovino, em torno de 14 milhões de cabeças, e bubalino, com cerca de 280.000 cabeças, para que o Estado do Pará possa receber o certificado de reconhecimento de área plenamente livre da febre aftosa,



documento relevante não somente no âmbito nacional como também no contexto internacional.

Congratulo-me igualmente com todas as comunidades paraenses engajadas nesse esforço, em especial aquelas por mim relacionadas, que tenho a elevada honra de representar e defender na Câmara dos Deputados.

Faço veemente apelo às autoridades do Governo Federal, no sentido de que procedam ao devido reconhecimento desse trabalho desenvolvido no Pará, comprovadamente voltado para atender aos elevados interesses do País, a fim de que o Estado não continue a sofrer as restrições que o impedem de realizar exportações de carne de acordo com o crescente potencial do seu setor pecuário.



O SR. VALDENOR GUEDES (PP-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz hoje à tribuna é a necessidade de falar sobre a visita que fizemos à região do Jari, especialmente a 2 Municípios, Vitória do Jari e Laranjal do Jari.

Do lado do Amapá existe muita pobreza e do lado do Pará, a riqueza de uma grande empresa de fabricação de celulose — não de papel, somente de celulose —, a Jari Celulose.

Essa empresa tem poluído muito a região e, acima de tudo, causado astronômico prejuízo à saúde da população. Uma pessoa ligada à área da saúde, a qual não posso nomear para preservar seu emprego, disse-me que de cada 10 pessoas que vão às consultas, 2 estão cancerosas.

Isso chama minha atenção para a necessidade de esta Casa formar uma Comissão que verifique *in loco* a difícil situação por que passa aquela população.

Os produtos usados pela empresa, principalmente a soda cáustica, têm causado grande prejuízo à saúde das pessoas da região. Sabemos que em decorrência do processo de fabricação da celulose ocorrem reações similares à fotossíntese — em que há a participação da clorofila e da luz solar e, na sua falta, da energia latente.

Portanto, faço um apelo a esta Casa no sentido de que seja criada uma Comissão para tomar as providências necessárias à solução desses problemas.

Era o que tinha a dizer.



A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT-RN. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, comunico a esta Casa que estou solicitando ao Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, audiência para tratar de um importante assunto, relativo à Barragem de Poço Branco, situada no Rio Grande do Norte, a 60 quilômetros de Natal, no Município de mesmo nome.

Para V.Exas. terem uma idéia da importância dessa barragem para meu Estado, especificamente para a região do Mato Grande, informo-lhes que se trata do quarto maior reservatório de água do Rio Grande do Norte, com capacidade para armazenar 138 milhões de metros cúbicos de água. É oportuno ressaltar ainda que ela foi construída pelo extinto DNOS para evitar inundações no Vale do Rio Ceará-Mirim, garantir abastecimento de água e permitir o desenvolvimento da pesca e das culturas agrícolas de vazantes.

Ocorre que, com a extinção do DNOS, a barragem vem passando por uma série de problemas. Por não ter sido incorporada como um bem daquele antigo órgão, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas não pôde assumir a responsabilidade por ela. Em consequência disso, nos últimos 13 anos essa barragem não vem sendo administrada por nenhum órgão federal, apesar de ser um patrimônio da União. Em consequência desse fato, a área seca desse reservatório vem sendo ocupada irregularmente por viveiros para criação de camarão, fazendas e tanques-rede, atividades que colocam a própria barragem em risco. Além disso, como não responde legalmente pela obra, o DNOCS não pode cuidar da sua manutenção nem realizar os necessários melhoramentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqueles que sobrevivem da barragem, a exemplo dos pescadores e pequenos lavradores, estão apreensivos



com a ocupação irregular da área seca para criação de camarão, e exigem uma solução para o problema. Em audiência realizada no dia 19 de junho no Município de Poço Branco, a direção do DNOCS no Rio Grande do Norte já demonstrou interesse em assumir legalmente a posse do reservatório; para isso é necessário apenas que o Ministério da Integração Nacional decida sobre essa questão.

Quero salientar, Sr. Presidente, que, pela proximidade com a região metropolitana de Natal, que tem cerca de 1,2 milhão de habitantes e um mercado consumidor crescente, as terras em torno da Barragem de Poço Branco podem ser usadas para um grande projeto de produção de frutas e verduras, além do pescado. Para que tudo isso seja concretizado, porém, é necessário que a questão dominial do reservatório e de seu entorno seja resolvida. Tenho certeza de que o Governo Federal, por intermédio do Exmo. Sr. Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, decidirá sobre essa questão que há tanto tempo se arrasta.

Mais uma vez, reafirmo meu compromisso com o povo de Poço Branco. Vamos acompanhar o tratamento dessa questão. Estamos cobrando do Ministro essa audiência, para que providências sejam tomadas.

Sr. Presidente, com a sua aquiescência, informo também a esta Casa que segunda-feira, em Natal, será realizado um importante seminário de âmbito internacional sobre a questão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. O evento contará com participação da Ministra Emília Fernandes, que vai proferir a palestra de abertura e cumprir uma agenda igualmente importante, pois vai encontrar-se com a Governadora e tomar café da manhã com integrantes do Partido dos Trabalhadores, e às 10h participará de audiência pública na Assembléia



Legislativa para participar das discussões dos movimentos de mulheres do Estado com os Conselhos Estaduais e Municipais de defesa dos interesses da mulher.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos dias 7 e 8 de julho estive acompanhando a Ministra Chefe da Secretaria Nacional de Assistência Social, Benedita da Silva, em visita à cidade de Natal, no meu Estado, o Rio Grande do Norte. Na segunda-feira a Ministra reuniu-se com a Governadora do Estado, Wilma de Faria, com o Prefeito da cidade, Carlos Eduardo Alves, e com dirigentes do Partido dos Trabalhadores. Na terça-feira, participou da abertura da 17ª Edição do Fórum de Participação Social, que discute o Plano Plurianual — PPA para o período 2004/2007, e reuniu-se com representantes da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte e com presidentes de associações de Municípios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os fóruns de participação social que estão acontecendo em todo o País baseiam-se na experiência do Orçamento Participativo realizada pelas administrações públicas do PT. Esses fóruns têm sido um importante espaço de articulação entre os mais diferentes segmentos sociais e o Governo, garantindo aos cidadãos a possibilidade de indicar as políticas públicas que devem ser priorizadas na gestão do Presidente Lula.

Antes do Governo Lula, o PPA era apenas submetido ao Congresso Nacional, sem participação efetiva da sociedade em sua elaboração. No PPA que está sendo discutido, nossa principal missão é enfrentar o desafio histórico de eliminar a fome e a miséria que atingem milhares de brasileiros, envergonhando a nossa Nação. Promover o desenvolvimento sustentado com equidade social requer uma grande união de esforços e a mobilização da sociedade brasileira; para isso, é necessário que o Estado utilize todos os instrumentos e recursos disponíveis para dar o impulso



indispensável à retomada do desenvolvimento, e o PPA que está sendo elaborado pelo Governo e pela sociedade é um desses instrumentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a implementação do plano plurianual que está sendo elaborado, vamos inaugurar um modelo de desenvolvimento de longo prazo, um modelo que vai promover transformações estruturais na nossa sociedade. Sabemos que o PPA é a peça-chave do planejamento socioeconômico do Governo brasileiro, já que estabelece o horizonte para o qual se vai dirigir o Orçamento, definindo os programas prioritários na área social, os programas de investimento em infra-estrutura e em setores geradores das divisas necessárias à sustentação do crescimento do País, e isso está sendo feito, de forma inédita, com a participação dos mais diferentes segmentos da sociedade.

O caráter participativo desse PPA, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, só vem fortalecer o planejamento e a gestão do Governo Federal, conferindo-lhe maior transparência e eficácia. Em outros Governos, a ausência de um projeto de desenvolvimento e de políticas setoriais resultou na falta de foco dos planos anteriores. No setor social, por exemplo, acumularam-se programas superpostos, com poucos resultados práticos. Hoje podemos dizer que o PPA é uma atividade de planejamento, com coordenação e articulação dos interesses públicos e privados, no sentido de diminuir a pobreza da população, minimizar as desigualdades sociais e regionais, redistribuir renda, reduzir o desemprego, superar a escassez de financiamento, reduzir incertezas e elevar o investimento público e privado.

Entre as principais estratégias estão as de inclusão social, não-concentração da renda, crescimento ambientalmente sustentável redutor das disparidades regionais e diminuição da vulnerabilidade externa por meio da expansão de atividades competitivas que viabilizem esse crescimento sustentado.

É o que tenho a dizer.



O SR. JOÃO GRANDÃO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Tem V.Exa. a palavra, para um breve comunicado.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, comunico a esta Casa e ao País que, após forte mobilização da sociedade de Dourados, de toda a comunidade política da região e de seu centro universitário, ontem, aproximadamente às 19h, o Ministro da Educação comunicou-nos que foi autorizada a criação da Universidade Federal da Grande Dourados.

Agradeço às autoridades a oportunidade de participar desse processo, e ao Governo Lula, na pessoa do Sr. Ministro da Educação, essa conquista para o povo sul-mato-grossense, particularmente o de Dourados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto à tribuna para fazer uma pergunta sobre a reforma política: a quem interessa a chamada lista fechada?

Tenho acompanhado de perto os debates sobre a reforma, e há um grupo bem pequeno nesta Casa interessado em nela incluir a lista fechada de votos. Isto é, o povo não vai mais votar no candidato a Deputado Federal, a Deputado Estadual ou a Vereador. O povo não vai saber quem será eleito. Isso interessa a 10 ou 12 partidos de âmbito nacional e aos 27 donos de partidos nos Estados, onde, lamentavelmente para eles, a grande maioria está em decadência política e, a cada ano, a cada eleição, mingam os votos a eles destinados. Portanto, é uma estratégia para serem recolocados como os primeiros da lista, e os que trabalham junto ao povo pelo voto acabam não se elegendo. Os que se elegem são os caciques eleitorais, os coronéis regionais da política.

Sr. Presidente, a atual conjuntura pode não ser perfeita, mas é a melhor que temos, porque o candidato vai a campo, vai à luta no corpo-a-corpo buscar seu voto. Mesmo que alguns encontrem muita dificuldade para se elegerem, marcam presença no seu Município para, no futuro, elegerem-se Prefeitos ou Deputados Estaduais. Marcam presença e, pelo menos, têm direito de sonhar. Mas, com a lista fechada nos Estados do Norte, onde temos 8 Deputados Federais, 15 Deputados Federais, o terceiro e o segundo colocados da lista sequer têm direito de sonhar.

Faço um apelo aos companheiros aqui presentes, àqueles do chamado baixo clero desta Casa, para que não nos deixemos usar como massa de manobra das



elites políticas do País. Devemos dizer “não” à lista fechada. Se o que temos não é o ideal, pelo menos, é o melhor até o momento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por outro lado, muito se tem falado e discutido sobre a situação da mulher no mundo, no Brasil e, no caso, no Pará. São as heroínas anônimas, as batalhadoras incansáveis que criam seus filhos sozinhas, sem a presença e, muito menos, a colaboração obrigatória por lei, de seus parceiros. São as Marias da vida, perdidas no interior e na Capital, levando vida de desespero e aflição, cuidando de crianças doentes e com fome. Os parceiros se vão e elas ficam sozinhas, chefiando famílias numerosas, como acaba de constatar o IBGE. No Pará, 13,8% das mulheres maiores de 15 anos têm filhos, não têm cônjuge e sustentam a casa sozinhas.

O preconceito e a discriminação são agravados pela exclusão social, o que leva essas pobres criaturas a ter uma renda — sim, renda — menor que meio salário mínimo! Cerca de 38% das mais de 250.000 mães solitárias e chefes de família do Pará urbano têm renda *per capita* de até meio salário mínimo! Se considerarmos o problema em âmbito nacional, sabendo que o Brasil tem, no mínimo, 8 milhões, 810 mil e 207 mulheres sem cônjuges, com filhos e residentes em domicílios particulares, poderemos dimensionar a imensidão do grave problema social.

A pobreza esconde nuances cruéis. Na maioria das vezes, atuando inicialmente como empregadas domésticas, acabam tendo o primeiro e o segundo filho. Então, a situação se complica: não dá mais para trabalhar fora de casa. Com quem deixar as infelizes crianças? Onde deixá-las? Como dar-lhes de comer? Roupa, nem se fala. É artigo quase desconhecido. Vejamos o exemplo de uma supermãe paraense: D. Maria das Graças mora numa casa que se pode dizer de



alvenaria, com 2 netos pequenos, a mãe, de 80 anos e a filha de 29, grávida de 6 meses, do terceiro filho. Estudou até a 8ª série e nunca contribuiu para a previdência social. Ganha menos que meio salário, vendendo salgadinhos e picolés em casa. Para onde vai este País com tanta miséria? Onde está o Fome Zero? Onde estão os recursos da assistência social? Que presente e que futuro têm esses seres humanos? Onde está o direito de sobrevivência digna?

Agora surge outra questão, mais dolorosa ainda. A prevista reforma da Previdência quer tirar de outras mães, igualmente pobres e batalhadoras, cujos cônjuges contribuem para a Previdência Social, valores incrivelmente altos, a partir de 30% do valor da pensão a que essas honradas batalhadoras, mães da pobreza, têm direito. Diminuir a pensão de órfãos e viúvas é acabar de matar quem luta por sobreviver. Bem disse um articulista dia desses: será que o Governo está preparando uma “pensão celestial” para essa camada da população? Será que o objetivo do Governo de diminuir os já poucos valores devidos a órfãos e viúvas vai tornar o Brasil mais rico, forte e poderoso? Onde está o respeito pela dignidade desses pobres seres humanos? Onde fica a dignidade da mulher que, por perda do cônjuge, ainda vê sua pensão aviltada pela cobiça de governantes que querem, tirando o que lhes é devido por lei, trabalhar para o que pensam ser o desenvolvimento do Brasil? Ou melhor, desenvolvimento da fome, aumento da fome no País?

Faço aqui uma pausa: paremos para pensar nos milhões de mães, de mulheres lutadoras, que criam seus filhos na labuta de cada dia, com o esforço dos poucos valores recebidos por seus maridos e, na hora que se vêem sozinhas, perdem esse mínimo valor. Sim, mínimo, porque se já é pequeno o que o marido



podia trazer para casa, tornar-se-á minúsculo após sua ausência. E as despesas com remédios, comida, roupa, agasalhos, moradia, escola para seus filhos? Não venham me dizer que o Governo, cheio de boas intenções, suprirá essas necessidades básicas. Sabemos, historicamente, que nunca foi assim. Seria correto se o fosse... Paremos para pensar, nobres colegas de Parlamento, não em nossas famílias que, pela graça de Deus, têm condições de viver, mas em milhões de mulheres que choram em cima da miséria, sem assistência, sem pão, sem agasalho. Vamos, ainda, concordar, em sã consciência, em tirar-lhes o pouco a que têm direito? Isto é correto? É honesto? É digno? Um minuto de reflexão é suficiente para discordarmos, de pleno, da intenção governista de diminuir a pensão nesses casos.

Que Deus proteja as mulheres, as crianças, os órfãos, os idosos que vivem com meio salário mínimo, ou menos. Esta é a realidade de nosso Brasil.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



A SRA. SELMA SCHONS (PT-PR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna trazer minha contribuição ao debate da reforma agrária, porque acredito que a movimentação social no campo, que tem tomado espaço na mídia nas últimas semanas, é um fato alertado há muito tempo pelo Partido dos Trabalhadores. A diferença agora é que estamos no Governo Lula, no qual as lutas sociais, sobretudo a luta pela terra, ganham maior visibilidade.

Sr. Presidente, o meu Estado, o Paraná, um dos mais ricos do País em terras agricultáveis, é classificado hoje como um dos grandes focos de tensão no campo. As imagens de trabalhadores sendo atacados por jagunços contratados por fazendeiros chocam, mas confirmam outro fator denunciado pelo PT: a formação de milícias armadas pelos fazendeiros.

Temos no Paraná 13 mandados de reintegração de posse determinados pela Justiça e à disposição do Secretário do Trabalho, do Emprego e da Promoção Social e Presidente da Comissão de Mediação de Conflitos Agrários, Padre Roque, que com muito diálogo e competência tem conseguido conduzir a questão agrária sem violência.

E apesar de se tentar creditar toda a articulação no campo ao MST, quero dizer, Sras. e Srs. Deputados, que nem todas as ocupações no meu Estado são feitas pelo Movimento. Das cerca de 65 propriedades ocupadas, 40 ocupações são de responsabilidade do Movimento e dos 58 acampamentos à beira de estradas, 25 são do MST.

Esses números revelam que não faz sentido essa tentativa dos ruralistas de criminalizar o Movimento dos Sem-Terra, visto que a situação de emergência do



campo está na pauta de todos os movimentos de trabalhadores rurais organizados que atuam no Brasil.

Vivemos uma situação de emergência. Houve grandes momentos de debate, nos anos 50, com as ligas camponesas. Depois, em 1964, o debate suscitado pelo Governo João Goulart. Mas o Brasil ficou para trás na possibilidade de fazer a reforma agrária. Os países desenvolvidos já a fizeram, e nós ainda não. Por isso, estamos nesta situação. Um país com essas dimensões não pode deixar de atender a esse imenso contingente de brasileiros que depende da posse da terra para viver com tranquilidade, criar seus filhos, alimentar a família e ajudar o desenvolvimento nacional.

Acredito no compromisso do Presidente Lula de tirar a questão da terra das páginas policiais e transformá-la em política de Estado.

Porque, Sras. e Srs. Deputados, reforma agrária é um tema mais amplo, faz parte de um modelo agrícola e agrário para este País. Não é só dar terra. É preciso assentar os trabalhadores em seus Estados de origem, fornecer alimentos aos assentamentos, dialogar com os movimentos sociais, estimular a agricultura familiar, dar apoio tecnológico, facilitar o acesso ao PRONAF e, como este Governo já anunciou, conceder microcrédito a juros baixos e negociar as dívidas dos agricultores, incentivando-os a agregar valores aos seus produtos, pela agroindústria.

Isso só será possível com a colaboração desta Casa, legislando com justiça e pensando no futuro deste País.

Para concluir, quero destacar que essa tem sido a preocupação do Núcleo Agrário nas inúmeras reuniões e debates que promovemos no sentido de acompanhar o funcionamento das medidas já anunciadas pelo Governo, sempre com a perspectiva de melhorar a vida do nosso homem do campo.

Muito obrigada.



O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o novo estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, amplamente divulgado pela imprensa brasileira esta semana, mostra que o Brasil subiu apenas quatro posições no *ranking* das nações no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano, que, balanceado com o índice de renda *per capita*, dá a exata dimensão de um país no concerto internacional, em termos de desenvolvimento. Infelizmente, o Brasil, com um IDH de 0,777, ainda se alinha à Bósnia-Herzegovina, à República Dominicana, à Romênia e à Tailândia, que apresentam índices um pouco piores que o nosso, e situa-se abaixo do Panamá, da Líbia, das Ilhas Maurício, da Rússia e da Colômbia. Na América Latina, Argentina, Cuba, México e Chile, para citar apenas alguns, estão em melhor posição que o nosso País.

Como se sabe, o IDH é um indicador que mede a qualidade de vida de um país considerando três aspectos: a educação, a longevidade e a própria renda. Na avaliação da ONU, o Brasil avançou pouco: de 0,772 para 0,777. No relatório de 2003, com base em dados de 2001, o PNUD mostrou que a renda do brasileiro cresceu apenas 0,71%, passando de US\$ 7.349,00 para US\$ 7.360,00. Em termos relativos, o Brasil está situado entre as nações de médio desenvolvimento humano, mas atrás da Argentina (34º lugar no *ranking*), do Uruguai (40º) e do Chile (43º), para mencionar alguns países mais próximos com os quais mantemos hoje em dia ativas relações comerciais.

A educação tem exercido um papel importante na elevação do nosso IDH, mas a renda continua baixa, afetando a classificação nacional. Os “bolsões de



miséria” situados no Norte, Nordeste e em algumas áreas do Centro-Oeste são o maior desafio ao crescimento socioeconômico do País.

Parece difícil atingirmos no Brasil a meta de redução da pobreza extrema até 2015 fixada pela ONU, em que pesem os ganhos de alguns projetos sociais, tais como o acesso ao ensino básico universal, a igualdade entre os sexos, a autonomia das mulheres, a erradicação da fome, a redução da mortalidade infantil, o acesso à água e o esgotamento sanitário básico.

Lamentavelmente, como assinalou o economista Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, em artigo recentemente publicado pela *Folha de S.Paulo*, na edição de 8 de julho, o crescimento econômico não tem sido acompanhado pela redução dos índices de pobreza. Isso vem ocorrendo na América Latina apesar de a maioria dos países do continente ter seguido as recomendações do chamado Consenso de Washington, que incluem a redução de tarifas alfandegárias, a liberalização do câmbio, a privatização da economia e a liberação do fluxo de capitais *in* e *out*. Esses países, entre eles o Brasil, não definiram políticas industriais internas e preferiram não subsidiar as empresas nacionais, ou protegê-las com barreiras alfandegárias, deixando também abertas as Bolsas ao influxo de capitais especulativos.

Se vamos querer assistir, como disse recentemente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao “espetáculo do crescimento”, teremos de promover uma política industrial de proteção às nossas empresas, que passa necessariamente pela diminuição da carga fiscal, dentro da reforma tributária em discussão no Congresso, assim como pela redução dos juros e pela promoção das exportações de produtos agrícolas e industriais, com todos os mecanismos disponíveis de incentivos fiscais e financeiros.

Muito obrigado.



O SR. SIGMARINGA SEIXAS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é dramática a situação dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal. Problemas como a falta de material básico, instalações precárias, conselheiros com formação deficitária e ausência de políticas públicas comprometem o atendimento de meninos e meninas em situação de risco.

Criados há 13 anos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares têm a missão de zelar pelo cumprimento dos direitos de meninos e meninas de até 18 anos. Instalados nos Municípios brasileiros, esses Conselhos recebem diariamente denúncias de maus tratos, negligência, violência psicológica e abuso sexual contra crianças e adolescentes. Cabe aos conselheiros adotar medidas de proteção às vítimas. As ações vão desde o aconselhamento dos responsáveis até o registro de ocorrência policial e o encaminhamento do jovem a um abrigo. Chegam ainda aos Conselhos Tutelares pais em busca de aconselhamento, pedidos de matrícula em escolas de ensino básico e até de atendimento prioritário em postos de saúde.

Entretanto, os problemas enfrentados pelos Conselhos do Distrito Federal têm impedido que eles atendam todos os casos recebidos.

A grave situação levou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa a promover, na semana passada, uma audiência pública com os representantes desses órgãos — e aproveito, Sr. Presidente, para parabenizar os Parlamentares daquela Casa pela louvável iniciativa. Na audiência, os conselheiros denunciaram várias dificuldades. Os problemas começam pela falta de itens essenciais de trabalho, como resmas de papel, tinta de impressora, envelopes, selos para correspondência e até material de limpeza.



Sem recursos, os conselheiros improvisam. No Conselho Tutelar do Paranoá, as requisições são feitas à mão. Em Santa Maria, os conselheiros recorreram à comunidade, pedindo doações de material de limpeza. Outros serviços acabam prejudicados. O Conselho Tutelar de Brazlândia tem mais de um caso de crianças que não conseguem matrícula nas escolas por falta de certidão de nascimento. São meninos e meninas que vieram de outros Estados sem o documento. Mas, sem envelopes nem selos para correspondência, os conselheiros não conseguem enviar os pedidos de certidão a outros Estados.

A falta de transporte é outro problema. Cada Conselho do Distrito Federal dispõem de uma Kombi que os conselheiros usam para chegar ao local da denúncia, transportar meninos e meninas para abrigos e outras necessidades, mas em alguns deles o veículo está quebrado há meses porque não há verba para o conserto.

Há ainda outra grave dificuldade: a precariedade das instalações. Os Conselhos do Distrito Federal funcionam numa sala pequena, com uma única divisória; espremidos, os conselheiros não dispõem de um espaço reservado para conversar com pais, crianças e adolescentes. A maior dificuldade está nos casos de violência, em que as vítimas têm vergonha de falar e os pais precisam de rígido aconselhamento.

Os casos de violência exigem preparo dos conselheiros; os Conselhos Tutelares do Distrito Federal, porém, não contam com seus próprios psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais para orientar os membros do conselho, que também não contam com programas de capacitação.

A falta de políticas públicas voltadas para meninos e meninas também prejudica o bom funcionamento desses órgãos. Muitos pedidos e denúncias não



podem ser atendidos porque faltam vagas em creches e abrigos, e os programas de ressocialização que existem deixam a desejar.

Os problemas revelam o descaso das autoridades locais com as crianças e os adolescentes em situação de risco. Vale lembrar que a verba destinada aos Conselhos é cada vez menor. Em 2002, por exemplo, foram aprovados R\$ 54,1 mil para os 8 Conselhos do Distrito Federal. Os recursos são insuficientes. E o mais grave: da verba total, apenas R\$ 14,8 mil foram repassados aos Conselhos.

Infelizmente, o problema é nacional. O relatório da III Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que analisou 877 Municípios de 8 Unidades Federativas, incluindo o Distrito Federal, mostra que em apenas 41,5% deles existem Conselhos Tutelares. Isso significa que em mais da metade dos Municípios os Conselhos Tutelares não foram sequer instalados, como manda o Estatuto da Criança e do Adolescente. O relatório mostra ainda que a estrutura, os equipamentos e o funcionamento dos Conselhos instalados são deficitários, comprometendo a visibilidade e a eficácia desses órgãos perante o Estado e a sociedade.

O quadro é lastimável e muito preocupante. Os Conselhos são o primeiro canal da comunidade com o Estado quando o assunto são crianças e adolescentes. Se funcionassem bem, evitariam que centenas de jovens caíssem na marginalidade. A criança criada em um ambiente violento está mais vulnerável às drogas e ao mundo do crime, e tem maior probabilidade de se transformar num adulto violento.

A reestruturação dos Conselhos Tutelares do Distrito Federal e de todo o Brasil é urgente. Ao garantir a proteção dos direitos de meninos e meninas, o Governo estará automaticamente combatendo, e de maneira eficaz, o aumento da violência.



O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Antes de passar ao Grande Expediente, saúdo os alunos e professores do ensino fundamental que estão visitando a Câmara dos Deputados. E quero informar que, tendo em vista que as pessoas que vêm a esta Casa querem interagir conosco, querem ver os Deputados, solicitarei ao Presidente João Paulo Cunha que seja retirada a vidraça que nos separa das galerias, pois neste momento sequer podemos ver as centenas de estudantes que nos visitam por causa dessa muralha.

Vivemos novos tempos. Por isso, vou sugerir ao Presidente João Paulo, na próxima reunião da Mesa, que faça essa alteração, com o que a nossa Casa ficará ainda mais aberta a essa interação.



O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Vander Loubet, do PT do Mato Grosso do Sul.



O SR. VANDER LOUBET (PT-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta é a segunda vez que venho ao Grande Expediente. Honrado por ocupar este privilegiado espaço de discussões e decisões nacionais, quero, antes de tudo, reafirmar o que já havia dito no pronunciamento de 25 de fevereiro: a esperança venceu o medo. Mas cada brasileiro quer estar seguro de que é verdadeiramente o maior beneficiário dessa vitória. Cada brasileiro quer que essa segurança vá além das palavras e do generoso crédito de confiança que vem dando ao seu Presidente. Cada brasileiro, que já esperou demais pela cidadania plena, sabe melhor do que ninguém o quanto é difícil permanecer ancorado nessa condição que se chama paciência.

Ainda assim, paciência e serenidade continuam fundamentais na relação entre o Governo e a sociedade, porque vivemos um outro tempo, uma outra conjuntura de poder. O País está sendo conduzido por um operário democrata, um militante de esquerda que não governa somente para a Esquerda, mas se revela um estadista. Ao consagrar a magistratura do cargo sem rasurar nem arquivar suas convicções ideológicas, o Presidente Lula vem provando a cada dia que é um líder preparado para governar, e nessa relação de confiança com o povo tem total autoridade para pedir a paciência e a serenidade que abastecem sua determinação de dar ao processo de mudanças um curso definitivo.

Nesta hora de olhar para a frente e enfrentar os desafios, reconhecendo as lições do passado, gostaria de apontar o exemplo do nosso Mato Grosso do Sul, que potencializou suas esperanças nos compromissos assumidos pelos Governos de Zeca do PT e Luiz Inácio Lula da Silva. São compromissos cuja resolução depende não somente da bancada do PT, ou da base governista, mas de todo o Parlamento,



com o apoio, com a crítica, com a ação propositiva, enfim, com a já comprovada responsabilidade dos interlocutores da sociedade.

Esse papel, permitam-me frisar, vem sendo exercido pelo conjunto do Congresso. Particularmente, faço reverência aos meus colegas Deputados Antônio Cruz, Antônio Carlos Biffi, Waldemir Moka, Murilo Zauith, Nelson Trad, Geraldo Resende e João Grandão, e os Senadores Ramez Tebet, Juvêncio César da Fonseca e Delcídio do Amaral, com os quais tenho a honra de comungar o esforço em defesa dos interesses coletivos. Todos, acima das diferenças partidárias e ideológicas, ou mesmo por causa delas, superam-se na defesa dos mais legítimos interesses do Estado de Mato Grosso do Sul e do País.

Quero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta modesta intervenção, realçar os desafios que instigam o Brasil e insistir nas condições que meu Estado e o Centro-Oeste oferecem para o enfrentamento da conjuntura interna e externa, renovando minha profissão de fé doutrinária e política de que a justiça social, o combate à fome e à miséria e o desenvolvimento da economia com prosperidade humana não serão possíveis sem o crescimento e a democratização do sistema econômico.

A Nação reivindica um modelo consistente de afirmação da soberania nacional e da maturidade democrática. Nesse sentido, além de lutarmos pela baixa dos juros, precisamos empenhar-nos para que os assalariados, os consumidores, na ponta, sejam os primeiros beneficiados, com a redução dos juros incidentes sobre o crediário, o cartão de crédito e o cheque especial, a exemplo do que aconteceu com a gasolina. Não adiantaria diminuir o preço do combustível nas refinarias se ele não diminuísse na bomba. Esse é o nosso papel também na questão dos juros.



Ouçõ com prazer o aparte do nobre Deputado João Grandão.

O Sr. João Grandão - Nobre Deputado Vander Loubet, em primeiro lugar, parabenizo V.Exa. pelo brilhante discurso e pela forma competente como tem trabalhado para Mato Grosso do Sul. O Governo Zeca do PT segue efetivamente o caminho traçado no discurso de V.Exa. Já nos 4 primeiros anos vimos as transformações, que agora estão acontecendo com ainda mais rapidez, em função da dedicação e da vontade política do Governo Lula em relação à economia brasileira. Quanto a Mato Grosso do Sul, estamos muito tranquilos, porque, com um Governo democrático, nosso Estado rumo para a prosperidade, acima de tudo.

O SR. VANDER LOUBET - Obrigado, companheiro João Grandão. Quero lembrar que para ampliar nossas expectativas de progresso é essencial o fortalecimento do bloco sul-americano, e um passo importante nesse rumo foi a viagem do Presidente Lula ao Paraguai, na reunião da Cúpula do MERCOSUL, missão da qual também participou nosso Governador Zeca do PT, que teve a oportunidade de debater, junto com o Presidente, os rumos e os desafios do nosso bloco regional.

O pacto econômico sul-americano não pode mais ser simplesmente uma sigla. Urge estreitarmos nossas relações sociais e econômicas com nossos vizinhos, Paraguai, Bolívia, Chile, Uruguai e Argentina, de que ainda continuamos afastados por causa das absurdas barreiras alfandegárias que alegam os grandes mercados da Europa e da América do Norte e nutrem sua expansão.

Em Mato Grosso do Sul, é densa e consistente a relação entre os povos fronteiriços. São vizinhos de línguas e nacionalidades diferentes que compartilham o mesmo dia-a-dia em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, Mundo Novo e Salto



Guirá, Coronel Sapucaia e Capitán Bado, Bela Vista e Bella Vista Norte, Porto Murtinho e Carmello Peralta, Corumbá e Puerto Suarez. São quase 2 mil quilômetros de fronteira cujos habitantes não admitem servir de referência para o noticiário do tráfico, do contrabando e do crime organizado.

Há entre nós e nossos vizinhos uma profunda relação social, cultural, histórica e física. Posso citar a utilização de serviços públicos essenciais, hospitais, o comércio entre as cidades, a música do chamamé e do rasqueado, o trabalho no campo, o intercâmbio universitário. E é com imensa alegria que cito como exemplo o projeto realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelo Centro de Análises de Difusão da Economia Paraguaia — CADEP, pela Faculdade UNAES, de Campo Grande, e pelas Prefeituras de 4 Municípios, 2 brasileiros, Ponta Porã e Bela Vista, e 2 paraguaios, Pedro Juan Caballero e Bella Vista Norte, que estão realizando conjuntamente seus planos diretores.

Sr. Presidente, estamos muito próximos dos portos do Pacífico, de Iquique e Antofagasta, no Chile, e de Ilo, no Peru. E o que isso significa para o Brasil? Significa uma economia de 8 mil quilômetros para o comércio com os mercados asiáticos e com a costa oeste dos Estados Unidos, que juntos somam 3 bilhões de consumidores em potencial. Isso significa competitividade comercial, significa vantagem para os produtos brasileiros do Centro-Oeste e do Mato Grosso do Sul. Podemos descer o Rio Paraguai, através de Porto Murtinho, até o Uruguai, e depois subir para o Pacífico. Mas outra rota muito mais rápida e prática está a menos de 600 quilômetros de se tornar uma realidade. Ela começa em Campo Grande, passa por Corumbá, entra em território boliviano, cruzando as cidades de Puerto Suarez, Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e La Paz, e enfim chega ao Chile.



Com o Governador Zeca do PT, participei de reunião com a diretoria da Bolsa de Mercadorias & Futuros — BM&F, realizada em São Paulo no dia 13 de maio, quando tomamos conhecimento de um estudo realizado pela entidade e pudemos mostrar que, ao se falar em rota bioceânica, não se alcançam os portos do Oceano Pacífico sem atravessar o Mato Grosso do Sul. A diretoria, os empresários e os pesquisadores da Bolsa ficaram impressionados com a importância geográfica e estratégica do nosso Estado. Em julho estarão em Campo Grande, realizando uma reunião em que será lançado o Fundo Privado da Construção da Rota Bioceânica, ocasião em que uma missão de empresários conhecerá *in loco* essa nova alternativa para a produção brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando digo que Mato Grosso do Sul vive um novo momento, não quero com isso desqualificar ou desmerecer quem quer que seja. Na verdade, evito o hábito impiedoso e implacável de viver preocupado em botar a culpa no passado. Mas não posso deixar de ressaltar a realidade que o Governo de Zeca do PT vem construindo, inclusive com ações que complementam iniciativas de Governos anteriores. E essa realidade tem medidores sólidos e insuspeitos; basta conferir o novo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Nos últimos anos, o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH de Mato Grosso do Sul subiu para a 8ª colocação no plano nacional.

É importante lembrar que esse índice foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano a partir dos indicadores de educação, esperança de vida e renda. Na escala de 0 a 1, Mato Grosso do Sul apresenta um índice de 0,769, um número muito próximo dos altos índices de desenvolvimento humano. Não



queremos mascarar nem maquiar o cenário brutalmente dramático de exclusão e de miséria, males que ainda perduram, mas se há imensos e crescentes bolsões de pobreza espalhados País afora, há também, no mapa de nosso Estado, uma nova paisagem, indicadora de melhor qualidade de vida, e isso é resultado da soma dos fatores que vêm norteando o Governo de Zeca do PT: inclusão social, desenvolvimento regional, promoção da infra-estrutura, industrialização e geração de empregos.

O primeiro grande programa do Governo de Mato Grosso do Sul foi o Bolsa-Escola. Aproximadamente 100 mil crianças recebem do Governo um auxílio mensal de R\$ 136,00, e a única obrigação de suas famílias é fazer com que elas freqüentem a escola; duas faltas não justificadas suspendem a família do programa. O dinheiro do Bolsa-Escola é utilizado para compra de material escolar, roupas, agasalhos, calçados, comida, leite, pão. O Presidente Lula disse, em seu primeiro discurso, que só ficaria satisfeito no dia em que todos os brasileiros pudessem fazer 3 dignas refeições todos os dias. Em Mato Grosso do Sul, isso já é uma realidade: 60 mil famílias recebem uma cesta com 32 quilos de alimentos de primeira qualidade. Somam-se a esses programas o Banco do Povo, que já financiou R\$ 10 milhões para pequenos empreendedores e informais, o Prove Pantanal, de industrialização da pequena agricultura familiar, o Cursinho Universitário Popular e a Bolsa-Universitária, recém-lançada pelo Governo Popular. Como resultado dessa política de inclusão social, o PIB de Mato Grosso do Sul subiu de R\$ 9,2 bilhões em 1997 para R\$ 11,8 bilhões em 2000, e o PIB *per capita* subiu de R\$ 4.656,00 para R\$ 5.697,00, no mesmo período.



A passos largos, o Mato Grosso do Sul caminha em busca de seu desenvolvimento. O Gasoduto Bolívia—Brasil transporta 3,280 milhões de toneladas de gás natural. No começo, nós de Mato Grosso do Sul serviríamos apenas e tão-somente como “barriga de aluguel”. O gás cortaria o Estado de oeste a leste, de Corumbá a Três Lagoas, sem nenhum aproveitamento. Graças à luta política do nosso Governo, desengavetamos nossa companhia de gás, que só existia no papel, e começamos a utilizar o gás boliviano em usinas termelétricas e em veículos. Mas queremos mais. O gás boliviano ainda está muito caro. O Governo Lula, porém, vem, por meio de articulações, tentando sensibilizar as autoridades bolivianas, e o passo final para a concretização do pólo minero-siderúrgico de Corumbá é uma questão de tempo. Não faz sentido nossos minérios de ferro e de manganês descerem brutos o Rio Paraguai. É absurda a diferença entre o preço do minério bruto que desce o rio Paraguai, de US\$ 15 a tonelada, e o do minério industrializado, de US\$ 90 a tonelada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a produção de grãos do Estado do Mato Grosso do Sul subiu de 14 milhões para quase 17 milhões de toneladas da safra anterior para a atual — que ainda não está fechada; fruto da recuperação de áreas degradadas, dos incentivos à produção e da recuperação de estradas vicinais, nossa área de colheita já ultrapassou os 2 milhões de hectares colhidos na safra passada.

As exigências sanitárias dos mercados internacionais não nos preocupam. Parcerias entre o Governo do Estado, a União e os produtores rurais erradicaram completamente as doenças sanitárias de nossos rebanhos. Somos área livre de peste suína e de febre aftosa. O certificado foi entregue ao Governador Zeca do PT,



em Paris, há 2 anos. Não há barreira verde que detenha a carne mais succulenta e saborosa do mundo: a carne brasileira, a carne do nosso Estado de Mato Grosso do Sul. Nosso rebanho bovino já atingiu 23 milhões de cabeças, somando 15% do rebanho nacional. Nosso rebanho suíno atingiu 800 mil cabeças, e as aves abatidas em 2002 totalizam 240 mil toneladas. Esses números consolidam no Estado o complexo grãos/carnes — milho, soja e farelo —, sinônimo de alimento.

Mas de nada adianta essa gigantesca riqueza na produção agropecuária se não agregarmos valor à nossa terra, gerando novas indústrias e mais postos de trabalho. Precisamos também da continuidade dos elos na cadeia da carne. Precisamos de recursos humanos capacitados para podermos avançar em outros setores, como o de curtume, por exemplo. Hoje, o couro sul-mato-grossense é industrializado apenas até a primeira fase. Precisamos incorporar ao nosso couro outras indústrias, como as de cadarços e solas de sapato.

No ano passado o Centro-Oeste contribuiu com 5% das exportações brasileiras, o que representa 10% da balança comercial. Foram R\$ 3 bilhões em produtos exportados. Neste ano, até abril, já exportamos R\$ 1 bilhão. Mato Grosso do Sul contribuiu com R\$ 400 milhões em 2002 e com R\$ 100 milhões neste ano, até agora.

Quero tranquilizar alguns nobres colegas que ocuparam esta mesma tribuna para manifestar preocupação quanto às questões agrárias, ao direito à propriedade e à paz no campo. Nosso modo petista de governar incentiva a produção, a lei e a ordem, sem abrir mão da bandeira da reforma agrária, sem inquietar aqueles que produzem. Nossos produtores rurais, no início de 1999, achavam que o campo se tornaria uma baderna, sede de conflitos e problemas, e no final de 2002 ficaram



aliviados e tranqüilos, com a reeleição do Governador Zeca do PT. Assumimos Mato Grosso do Sul com mais de 100 invasões; no ano passado só existiam duas fazendas ocupadas, ambas em processo pacífico de negociação.

A paz e a tranqüilidade que reinam no campo de Mato Grosso do Sul serão as mesmas que tomarão o Brasil inteiro.

O Governo Zeca do PT assentou um número de acampados jamais visto na história de Mato Grosso do Sul. E para nós reforma agrária não é só dar a terra. Reforma agrária é dar terra, casa, educação, infra-estrutura básica e garantia de produção, é a soma de ações de inclusão social com políticas de inclusão econômica. O Presidente Lula conheceu pessoalmente o projeto do Assentamento Itamarati; são 1.200 famílias assentadas, totalizando mais de 5 mil pessoas, numa área de 25 mil hectares. Nossos assentados produzem sua agricultura de subsistência, e em grande escala, naquela área que um dia foi o símbolo do capitalismo da grande produção.

Mas de nada adianta o Estado produzir e industrializar se não houver um sistema de transporte capaz de escoar essas riquezas. Somos banhados por 2 importantes rios brasileiros: o Paraná, na costa leste, e o Paraguai, na costa oeste. Pela Bacia Paraguai-Paraná temos capacidade potencial de escoar toda a produção do Centro-Oeste. Nas cidades pantaneiras de Porto Murtinho e Corumbá possuímos terminais hidroviários estrategicamente localizados. O de Porto Murtinho está ao lado da região da Grande Dourados, maior produtora de grãos de Mato Grosso do Sul, e o de Corumbá está junto à nossa produção mineral. E temos duas importantes ferrovias: a FERRONORTE e a NOVOESTE. O Presidente Lula garantiu há poucos dias, em Alto Araguaia, que a conclusão da FERRONORTE é um compromisso de



seu Governo. Norte, Centro-Oeste e Sudeste, até o Porto de Santos, totalmente interligados por uma ferrovia moderna — é um sonho que sonharemos junto com o Presidente da República.

Há alguns meses, no Palácio do Planalto, o Presidente anunciou o plano ferroviário brasileiro, e muito nos orgulha saber que o saudoso Trem do Pantanal é também uma meta do Governo Federal. Nós da bancada federal do Estado e nosso Governador Zeca temos trabalhado diuturnamente para conseguir os recursos necessários para a volta desse trem, que será o destino de 10 de cada 10 turistas estrangeiros que visitarem o Brasil.

Ainda quanto ao sistema de transporte, no modal rodoviário, quero destacar o trabalho conjunto que a bancada suprapartidária do Centro-Oeste vem realizando para sensibilizar o Ministério dos Transportes para a duplicação de rodovias que são eixos de integração econômica e social entre nossos povos.

O momento que vivemos é histórico. Nunca o Centro-Oeste esteve tão unido, nunca o Governo Federal foi tão comprometido com o povo.

É hora de buscarmos o diálogo, seja no Centro-Oeste, seja no MERCOSUL, seja nas nossas relações políticas, para superarmos nossas diferenças, visando mais ao que nos une do que ao que nos separa.

Muito obrigado.



O SR. MAURO BENEVIDES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a região jaguaribana movimentase para comemorar, no próximo domingo, o centenário de nascimento do ex-Prefeito de Russas, João de Deus, um dos mais destacados políticos daquela faixa territorial do Estado, com projeção nos círculos empresariais e partidários, graças ao seu dinamismo e espírito empreendedor.

Eu o conheci de perto, nos primórdios de minha atuação no cenário da vida pública, dele sempre recebendo estímulos para que me posicionasse sempre na defesa dos interesses legítimos de nossa gente, particularmente no incentivo à cultura da carnaúba, que sempre o empolgou e lhe permitiu construir razoável patrimônio, legado aos seus descendentes.

Ontem, os seus amigos fizeram publicar matéria nos principais órgãos da imprensa de Fortaleza, com realce para o currículo que possuía e a sua trajetória como figura da maior respeitabilidade entre os seus conterrâneos.

A nota, com a qual me solidarizo, está vazada nos seguintes termos:

“Centenário de Nascimento de João de Deus

Nasceu em 10/7/1903 em Russas-CE, aprendeu as primeiras letras nesta cidade e mais tarde foi estudar no Colégio Cearense em Fortaleza.

Casou-se com Dulcinéia Santiago, de cujo enlace nasceram os quatro filhos: Leuzanira, casada com Jeová Costa Lima, Simonídes, casado com Zenaide, e



Deuzinda, casada com Pedro Roberto Carvalho, e Antônio João.

Ainda jovem, João de Deus tornou-se um próspero produtor e comerciante de cera de carnaúba. Manteve por uns bons cinqüenta anos o armazém da cidade. Como comerciante e líder na atividade, seguiu construindo sua vida na pauta do ideal e do otimismo, fatos que o impulsionaram a política. Fundou em 1944 a UDN deste município, foi prefeito por duas vezes (1947–1951) e (1963–1967). É sabido, que em suas gestões administrativas sempre trabalhou pelo progresso e desenvolvimento Russano.

Ingressou na vida pública em 1944. Era carismático, destemido, vigoroso, bom caráter, articulador e comandante político — falava alto e de modo direto, natural e sem demagogia, e sobretudo por sua enorme identificação com sua gente e sua terra querida. Não fingia ser populista nem prendia-se a discursos ridiculamente sentimentais com a intenção de ganhar as bases eleitorais. Marcou sim, o cenário político de Russas. Contou, é verdade, com fortes aliados. Mesmo seus opositores sempre o consideraram e o respeitaram. Nunca afastou-se da UDN. Foi correto, leal e sincero ao



partido e legenda que defendeu seus correligionários em todos os seus embates, habilitando-o a diversas vitórias.

Sua família mandará celebrar no próximo dia 12 (sábado), às 17 horas, na Igreja São João de Deus, no distrito do mesmo nome, Missa em Ação de Graças.

Convidamos os amigos da família a se fazerem presentes.

Sua presença será uma alegria para todos nós!"



O SR. PRESIDENTE (João Caldas) - Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes, do PMDB do Pará. S.Exa. dispõe de até 25 minutos para seu pronunciamento.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pretendia limitar o meu pronunciamento, hoje, a um tema nacional preocupante e que está a inquietar a sociedade brasileira. Refiro-me aos graves problemas da violência no campo e nas cidades. Mas, caro Deputado Raul Jungmann, os últimos dias foram repletos de acontecimentos importantes para o meu Estado, capazes de determinar um novo rumo ao seu desenvolvimento, particularmente na minha região, o sul do Pará, que não me poderia omitir de fazer, neste momento, registro desses fatos tão auspiciosos.

Na semana passada, realizou-se em Marabá a 17ª Feira Agropecuária do Município. Evidentemente que Marabá é o Município pólo da região e congrega não apenas os produtores rurais do Município e da região, mas também agricultores que já ultrapassaram as fronteiras do Estado. Foram participar da exposição de gado bovino da melhor qualidade. Hoje, meu caro Deputado Mauro Benevides, nosso rebanho concorre em igualdade de condições com os centros mais adiantados de pecuária, como Minas Gerais e São Paulo.

Disputamos nas feiras de Uberaba e Barretos e já temos títulos nacionais de gado de alta linhagem, graças ao esforço, ao denodo, ao espírito empreendedor de verdadeiros bandeirantes do século XX, que no século passado se aliaram aos paraenses natos, acreditaram em nosso Estado e para lá correram, desbravaram, implantaram suas fazendas e, com alta tecnologia, produziram um rebanho verdadeiramente invejável.



Ouçó o nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Asdrubal Bentes, gostaria de inserir, neste contexto de grandes eventos relacionados com exposições agropecuárias, aquele que anualmente se realiza na região do Cariri, não sei se no mesmo nível do realizado em Marabá ou se semelhante ao que ocorre em Uberaba. Aliás, Uberaba tem reclamado a presença do Presidente da República, o que já é uma tradição. A Exposição Agropecuária do Crato, no gênero, talvez seja o maior evento que se realiza na região nordestina. Amanhã, portanto, instala-se a EXPOCRATO que se vai prolongar por toda a semana. É bem provável que, no domingo, eu tenha o privilégio de assistir mais uma vez à instalação desse evento. Da mesma forma que V.Exa. se congratula com o êxito alcançado pela exposição de Marabá, espero que, no Cariri, no meu Estado, aquela promoção tenha dimensão e abrangência assemelhadas àquela que trouxe V.Exa. à tribuna para um registro especialíssimo. Portanto, a exposição do Crato, que se instala amanhã, fará com que nós, cearenses e nordestinos daquela região adjacente, também nos regozijemos, como V.Exa. o faz, com o êxito daquela grande promoção.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Meu caro Deputado Mauro Benevides, acolho o aparte de V.Exa. como uma homenagem à população sul-paraense, particularmente à classe de agropecuaristas da minha região, e associo-me às homenagens de V.Exa. ao valoroso povo da região do Cariri. Esperamos que nós, do Norte e do Nordeste, unidos, possamos superar as dificuldades para minimizar as desigualdades regionais.

Sr. Presidente, retomando a minha exposição, a EXPOAMA não se resumiu a uma feira de negócios e à parte festiva. Realizaram-se fóruns de debates sobre



problemas importantes para a nossa região — ambientais, trabalhistas e fundiários — que não apenas dificultam, como também entravam o desenvolvimento, muitas vezes pela impossibilidade de cumprirmos os dispositivos legais totalmente inaplicáveis à nossa região. Talvez aplicáveis ao Centro-Oeste, ao Sudeste, mas inaplicáveis ao Norte e Nordeste. Esses foros foram importantes. Deles participou o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.

Ainda há pouco, ouvi de um Deputado do partido do Governo uma moção de repúdio ao Ministro Roberto Rodrigues. Causou-me estranheza, porque quer-me parecer que neste Governo não se fala a mesma língua. Logo depois, o Deputado que me antecedeu fez rasgados elogios à agricultura sob a batuta de Roberto Rodrigues. Deixo bem claro — o Brasil inteiro sabe — que os agronegócios hoje são responsáveis por 30% do PIB nacional.

O Dr. Roberto Rodrigues, com quem me solidarizo, apresentando o meu desagravo pela ofensa que lhe foi dirigida, merece não apenas a minha confiança e a deste Parlamento, mas também a do povo brasileiro pelo homem competente, sério, trabalhador e honesto que é.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Zonta.

O Sr. Zonta - A propósito da menção que faz V.Exa., gostaria também de apresentar a minha solidariedade ao Ministro Roberto Rodrigues. Estamos preocupados com os depoimentos feitos pelos Deputados Adão Pretto e Tarcisio Zimmermann contra o Ministro Roberto Rodrigues, membro da equipe do Governo, homem do mais alto quilate, de respeitabilidade nacional e internacional, que representa o cooperativismo brasileiro no Governo Lula e o setor que está dando sustentação econômica e social ao País, o agronegócio. Não podemos entender o



repúdio feito pelos 2 Parlamentares contra o Ministro Roberto Rodrigues — com certeza, não é contra a pessoa do Ministro. Essa atitude demonstra a falta de sintonia, o que pode prejudicar o grande momento que vivem a agricultura e a pecuária . Este é o momento de somar, de fortalecer as lideranças que defendem o setor e não de desestabilizar. Isso não ajuda o Brasil. Por isso, permito-me neste aparte apresentar a minha solidariedade ao Ministro Roberto Rodrigues, repudiando a decisão dos Parlamentares que nos antecederam de se mostrarem contrários à posição de fortalecimento da agricultura e da pecuária nacionais por parte do Ministro. Muito obrigado.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Agradeço a V.Exa., Deputado Zonta, o aparte que enriquece meu pronunciamento e contribui para o fortalecimento do eminente Ministro Roberto Rodrigues.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar os produtores rurais do Estado do Pará, particularmente os de Marabá e da região sul do Estado, pela grandiosa festa que culminou com o leilão de 3.000 bois, cujo resultado foi revertido para o Programa Fome Zero, numa demonstração cabal e inequívoca de que os produtores rurais do meu Estado e da minha região têm compromisso com o social e não estão preocupados apenas com o lucro.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Asdrubal Bentes, às vezes as exposições agropecuárias devem muito ao estímulo conseqüente dos financiamentos pelos bancos que atuam na região. No caso de V.Exa., seriam o Banco do Brasil e o BASA. Na nossa região, mais especificamente o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, e a esses dois se somam bancos particulares que também



estavam dispostos a financiar os criadores na aquisição de animais considerados de pura linhagem, expostos nos estandes das respectivas exposições. Acredito que o Estado do Pará, com o potencial que possui, deve ter conseguido financiamento para que os produtores e os criadores obtivessem os recursos destinados à aquisição daqueles animais que, a juízo de cada um deles, poderiam melhorar o plantel de suas fazendas e propriedades.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Com certeza, Deputado Mauro Benevides, a participação do BASA e do Banco do Brasil no evento foram fundamentais para o bom êxito da feira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, também em Marabá, ocorreu um evento cultural. Quando se fala em cultura neste País, não há a mesma repercussão dos eventos ligados ao agronegócio, à indústria ou até mesmo ao esporte. A cultura, lamentavelmente, como já se vê a partir do que lhe é destinado no Orçamento Geral da União, não tem, para os dirigentes do País, a importância que merece e que lhe deveria ser dispensada.

Trata-se do lançamento do livro de poemas *Rebanho de Pedras*, de autoria do advogado, jornalista e poeta Ademir Braz, marabaense de boa cepa, nascido e criado às margens do Tocantins e do Itacaiunas, que consegue, ora com doçura, ora com fel, por vezes lírico, descrever através da poesia, mas sempre com acendrado amor pela sua terra e nunca esquecendo o social, cenas do dia-a-dia dos ribeirinhos, dos homens do campo e dos citadinos.

Ademir Braz, pela sua obra, já deveria ter ultrapassado as fronteiras do Pará, porque sua poesia não fica em nada a dever a quaisquer dos melhores poetas do País.



O poeta paraense João de Jesus Paes Loureiro, ao prefaciар a obra, afirma que, tangendo *“este belo Rebanho de Pedras no pasto fértil de um conflito entre o ‘eu’ individual e a consciência social, o local e o universal, a cidade e o campo, o poeta segue o seu caminho ascendente como os pastores das cordilheiras.*

*Como a lavadeira que os panos leva
aos girassóis da fonte matinal
é todo estilhaços pelo teto
o mar luar, silenciosamente
ó matéria precária das manhãs
o silêncio morrendo como inseto
esmagado...
até que tu, só tu, aurora minha,
raies sobre as velas do meu canto.*

Pastoreando um vocabulário onde se cruzam imprevistas veredas, imagens inesperadas e, muitas vezes, inquietantes, o poeta segue, ora acentuando a aspereza das pedras desses rebanho verbal, ora recobrando-as com a seda de uma aveludada relva de ternura”.

Prossiga, meu caro poeta Ademir Braz, em sua caminhada a bom tanger esse rebanho de selva da palavra, fazendo poesias para o engrandecimento e o reconhecimento de Marabá, dos marabaenses e de todos os paraenses.

O Sr. Mauro Benevides - Deputado Asdrubal Bentes, sei o quanto fala ao seu sentimento, de conterrâneo, quando vê o poeta, agora mencionado por V.Exa., lançar mais um livro com repercussão favorável junto à crítica especializada. Permito-me, neste instante, relembrar a V.Exa. que no dia de ontem transcorreu o



primeiro aniversário da morte de um dos maiores poetas populares do Ceará, do século passado, que se estendeu até este milênio, Patativa do Assaré, a quem V.Exa. conheceu de nome e que foi uma das grandes manifestações de talento e de criatividade fulgurante. Ele foi um dos maiores cearenses do século. Tanto que, quando se fez certa pesquisa para saber quais os cearenses que mais se haviam destacado no século, Patativa do Assaré ali estava posicionado, a ponto de haver sido agraciado com o troféu denominado Sereia de Ouro, concedido pelo grupo empresarial Edson Queiroz, num acontecimento extraordinário para os círculos intelectuais, políticos e sociais do Estado do Ceará. Portanto, aproveito o pronunciamento em que V.Exa. enaltece aquele poeta que, pelo que se apreende das estrofes mencionadas por V.Exa., é um homem extraordinário, que merece a sua homenagem, da mesma forma que o Patativa do Assaré, figura notável, verdadeiro ícone da criatividade popular no Nordeste brasileiro.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Recebo, caro Deputado Mauro Benevides, o aparte de V.Exa. Quero dizer-lhe que conheci Patativa não apenas de nome, mas pela sua obra e talento. Quero também associar-me às suas justas homenagens póstumas.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao mesmo tempo em que me regozijo com os auspiciosos acontecimentos em Marabá e no sul do Pará, o meu pensamento está voltado para Belém do Pará, onde os poderosos da Vale do Rio Doce deverão, a estas horas, estar reunidos com o Governador Simão Jatene para entregar-lhe o relatório da consultoria responsável por estudos para definir o local de instalação do pólo siderúrgico, se no Pará ou no Maranhão. A respeito do assunto já nos manifestamos reiteradas vezes, desta tribuna, nas Comissões, em reuniões com



a sociedade paraense, na Assembléia Legislativa, enfim, em todos os rincões do Pará e em todos os momentos.

Minha posição, que não é passional, é por todos sobejamente conhecida: a instalação do pólo siderúrgico deverá ser no Pará, de onde é extraída a matéria-prima, para agregar valores e gerar empregos e renda em nosso Estado. Se, contudo, por razões de natureza técnica, o pólo siderúrgico tiver que ser instalado no Maranhão, a Vale deverá compensar o Pará pela perda de sua riqueza natural que irá ser beneficiada em outro Estado, criando-se mecanismos para gerar emprego e renda para os paraenses. Não podemos nem devemos aceitar balas de açúcar, cala a boca na forma de eventuais e aleatórios convênios. Esta recompensa deverá ser permanente, duradoura, pelo prazo de concessão para a exploração de nosso subsolo de uma riqueza não renovável, evitando-se o crime que se cometeu contra o povo do Amapá, na exploração do manganês da Serra do Navio.

As ferramentas e os instrumentos legais para esta guerra estão em nossas mãos:

1º) O minério está no subsolo paraense;

2º) Para sua exploração, imprescindível, antes de qualquer autorização, de quem quer que seja, a concordância do povo paraense, que exige uma compensação pela perda dessa riqueza e pelos ônus sociais causados pela empresa. Esta cobrança deverá ocorrer com a aprovação do PL de autoria dos Deputados Estaduais Ana Cunha e Mário Couto, que autoriza a cobrança de ICMS sobre os minérios explorados, eis que o minério é bem da União, enquanto mina, mas o produto da lavra é propriedade do concessionário nos precisos termos do art. 176, da Constituição Federal:



“Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra”;

3º) Da mesma forma, segundo o entendimento do Governador Simão Jatene, que desde que assumiu o Governo, em nenhum momento tergiversou em defesa dos direitos do povo paraense e, espera-se, não tergiversará, é justo que se contribua para o desenvolvimento nacional, mas é imperioso que o façamos, em primeiro lugar, com o nosso próprio desenvolvimento.

Por isso, caso o beneficiamento do ferro não se concretize em Marabá e o seja no Maranhão, passaremos a cobrar o ICMS, já que sua desoneração é para exportação *in natura*. Uma vez transformado em aço para exportação, perfeitamente cabível a cobrança do ICMS sobre o valor da matéria-prima, extraída no Pará, posto que não alcançado pelo benefício constitucional. Existem, ainda, outros instrumentos de pressão que certamente serão usados, de forma legítima e legal, para evitar que, mais uma vez, o Pará seja lesado.

O certo é que não se pode, nem se deve, em hipótese alguma, aceitar as migalhas da Vale. Nem o Estado, nem os Municípios, nem os sindicatos ou associações, ninguém, ninguém mesmo deve se deixar levar por suas promessas, que têm um só objetivo: dividir-nos, enfraquecer-nos, fragilizar-nos para aumentar os lucros da Vale e torná-la cada vez mais forte às custas do minério e da fome do povo paraense. A sociedade paraense está atenta, vigilante e não perdoará os



Judas paraenses, que por eventuais vantagens pessoais, pecuniárias ou políticas, sem que com ela tenham sido previamente discutidos, firmarem compromissos com a Vale. O julgamento será fatal e importará na sua condenação e execração, afastando-os definitivamente de seu convívio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, abordo, neste momento, tema nacional, objeto do meu pronunciamento no período do Grande Expediente. O País vive momentos de inquietude no campo e na cidade. O que se vê hoje é a total dissonância entre os membros do Governo. Parece que uns falam português e outros grego. Tivemos a oportunidade de presenciar, nesta sessão, pontos de vista totalmente opostos, quando se fez referência ao Ministro da Agricultura.

Na realidade, se analisarmos os fatos ocorridos hoje no campo e na cidade, concluiremos que há muita semelhança entre aqueles que ocorreram na década de 60, que culminaram com o movimento de 31 de março de 1964. Àquela altura, o Parlamento bradava contra as desigualdades sociais, que fazem o cidadão pobre cada vez mais pobre e o rico cada vez mais rico, e contra as diferenças, que tornam os Estados mais favorecidos cada vez mais fortes e os menos favorecidos cada vez mais fracos. Hoje, o Parlamento também brada contra tais desigualdades.

Naquela ocasião, também clamava-se pela reforma agrária. A reforma agrária que, àquela altura, era pregada como a grande panacéia que solucionaria todos os problemas do País. Bradava-se até a favor da reforma agrária na marra. À época, existiam as ligas camponesas que certamente o Deputado Raul Jungmann conheceu, porque elas tiveram forte atuação em Pernambuco.



Hoje, temos o MST. Exige-se a reforma agrária segundo a lei ou na marra. Temos as invasões de propriedades, rotuladas de ocupações, e as invasões de prédios públicos, também assim denominadas.

Ouçó com prazer o nobre Deputado Josué Bengtson.

O Sr. Josué Bengtson - Deputado Asdrubal, ouço o pronunciamento de V.Exa. e quero parabenizá-lo por falar de tópico tão importante que preocupa a todos os brasileiros. Na atual política agrícola brasileira, o setor primário responde por quase 30% do PIB e é o responsável pelo grande superávit da balança comercial brasileira. Estamos observando no Governo, que apoiamos, grande dissonância, na medida em que, por exemplo, enquanto o Ministro do STF prega a legalidade, ao dizer que a invasão em qualquer área no campo ou na cidade é crime, o Procurador Fonteles já apresenta outra versão totalmente diferente sobre o assunto. Tal fato nos preocupa. V.Exa. mencionou os acontecimentos que antecederam a Revolução de 1964. Recordo-me, quando ainda jovem, no interior de São Paulo, de que as pessoas eram arregimentadas para fazer parte do chamado Grupo dos Onze, pois assim teriam garantido o direito à terra. E deu no que deu. Sou totalmente favorável à reforma agrária, e não há um brasileiro que também não o seja. Porém, ela deve ocorrer dentro da lei, para aquelas pessoas que têm sua história de vida no campo e precisam do seu pedaço de terra para plantar. Não podemos desestabilizar a economia do País, que vai bem. Assim como V.Exa., o Presidente da República tem as melhores intenções. Não vamos permitir que pessoas irresponsáveis incendeiem o campo e ponham em risco a democracia. Muito obrigado.



O SR. ASDRUBAL BENTES - Agradeço a V.Exa o aparte. A reforma agrária está sendo cantada em verso e em prosa. Lamentavelmente, todos queremos a reforma agrária com ordem, mas a queremos com respeito à lei e à Constituição. A reforma que está sendo implantada, com todo o respeito e admiração que tenho pelo ex-Ministro Raul Jungmann, estudioso e apaixonado pelo tema, e que muito lutou para implantá-la neste País, infelizmente, transformou-se em elemento concentrador de terras. O assentado lá do cafundó-do-judas, sem escolas, sem estradas para escoar os seus produtos, sem saúde, enfim, sem infra-estrutura, mais cedo ou mais tarde, vende ou abandona o seu pedaço de terra e vai inchar a periferia da cidade.

Assim, caro Jungmann, teremos de fazer a reforma da reforma agrária. Não interessa a quantidade, mas, sim, a qualidade, para melhorar também a condição de vida de vida dos assentados.

Ouçó, com muito prazer, o Deputado Raul Jungmann.

O Sr. Raul Jungmann - Nobre Deputado Asdrubal Bentes, ouço com atenção o discurso de V.Exa., conhecedor da matéria. V.Exa., inclusive, serviu à causa e, se não me engano, foi funcionário do INCRA. A par disso, V.Exa. representa a região em que, há bem pouco tempo, tínhamos a fratura exposta da questão fundiária brasileira. Portanto, sobram-lhe qualificativos para fazer este discurso que só repete o padrão das suas intervenções anteriores. Creio, entretanto, que a reforma agrária no Brasil não se fará da forma que muitos esperam, e, por pertencer à Esquerda, continuo a imaginá-la possível. Mas, nobre Deputado, sobre o assunto logo mais me pronunciarei, oportunidade em que espero tecer considerações mais alongadas sobre o assunto sem tomar tanto tempo do seu discurso que, obviamente, a todos e a mim, em particular, interessa ouvir. Muito obrigado.



O SR. ASDRUBAL BENTES - Nobre Deputado Raul Jungmann, agradeço a V.Exa. a importância que faculta ao meu pronunciamento, e o aparte de V.Exa. certamente o enriquece.

Ouçó o nobre Deputado Sebastião Madeira.

O Sr. Sebastião Madeira - Nobre Deputado, nesta oportunidade, desejo dar o meu testemunho. Na minha base no Maranhão, região concentrada em Imperatriz, houve dezenas de assentamentos nos últimos anos no Governo Fernando Henrique, na gestão do então Ministro Raul Jungmann, com o Dr. José Abraão e o Sr. Orlando Muniz, que também deu bela contribuição numa das diretorias, um dos postos importantes do Ministério da Reforma Agrária. Nesses assentamentos, embora possa se dizer que sejam nos cafundós, as pessoas não foram abandonadas; em quase todos há abastecimento de água, casas, incentivos para produção. Era esta minha contribuição para o pronunciamento de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Peço ao nobre Deputado para concluir, pois seu tempo está esgotado.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, foram tantos os apartes que eu pediria uma compensação, a exemplo do que a Vale vai ter de fazer com o Pará. Tive a paciência de esperar por mais de uma hora e meia o início do Grande Expediente. Por isso, solicito a V.Exa. um pouco de complacência para com este humilde representante do sul do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Vou conceder-lhe mais um minuto, porque há extensa lista de oradores inscritos no Grande Expediente.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Agradeço a V.Exa.



Nobre Deputado Sebastião Madeira, o Maranhão é abençoado, porque o INCRA, via de regra, foi dirigido por maranhenses e talvez, porventura, possa contar com essa infra-estrutura tão necessária e fundamental que falta ao Pará e ao resto do Brasil.

Sr. Presidente, faço este pronunciamento não com o intuito exclusivo de criticar o Governo Federal, que, aliás, está no seu início e certamente pretende acertar, reparar os erros cometidos que se vêm acumulando ao longo dos anos.

Acreditamos que o Presidente Lula, do alto da sua autoridade embasada nos milhões de votos que recebeu, tem a obrigação de dirimir esses erros. Para isso contará com nosso apoio, porque não queremos radicalizar posições ideológicas ou de política partidária. Queremos, sim, contribuir para que, ao final de seu mandato, S.Exa. corresponda à grande expectativa do povo brasileiro. Certamente, tudo fará para retribuí-los.

Essa minha inquietação se deve àqueles dias que antecederam 1964, e, também, à árdua luta pela redemocratização do País. Não queremos ser taxados de omissos caso algo venha a ocasionar retrocessos políticos no Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Asdrubal Bentes, o Sr. João Caldas, 4º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonardo Monteiro, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, o Superior Tribunal de Justiça já julgou a questão das terras indígenas pertencentes aos pataxós, na Bahia, numa reserva de 54 mil hectares, mas, lamentavelmente, a Justiça está concedendo liminares aos chamados fazendeiros que ocupam essas áreas.

Conversamos muito com o Ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, que se comprometeu a julgar, em 60 dias, essa questão que se arrasta há 20 anos. Já morreram mais de 14 índios nessa peleja — inclusive o índio Galdino, que todos conhecem.

Estamos pedindo, portanto, neste exato momento, que haja compreensão dessa instância superior, para que apresse esse julgamento e possamos, de uma vez por todas, definir a demarcação da reserva indígena pataxó. Precisamos evitar novas mortes e, principalmente, devolver aos índios as áreas conquistadas desde a origem do nosso País.

Deixo, portanto, nosso protesto diante do conjunto de liminares concedidas em favor desses fazendeiros que querem explorar as terras dos índios pataxós.



O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Concedo a palavra ao Deputado Sebastião Madeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda esta semana todos ficamos espantados com as declarações do Ministro José Dirceu, que chamou o Governo Fernando Henrique Cardoso de corrupto.

Desejo neste instante tecer comentários sobre o editorial de ontem, dia 10 de julho, do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulado *Um Cacoete do Passado Recente*, que passo a ler:

“Os petistas no poder às vezes fazem lembrar o personagem central do clássico Dr. Strangelove, de Stanley Kubrick, interpretado no filme por Peter Sellers. Trabalhando para o governo americano, depois de servir a Hitler, e pretensamente convertido à democracia, ele padece de um cacoete incontrolável: quando menos se espera, o seu braço direito, como se tivesse vida própria, se estende para fazer a saudação nazista. O mesmo acontece, metaforicamente, no Governo Lula.

Também quando menos se espera, personagens centrais da nova administração, quando não o próprio Presidente, parecem sucumbir a impulsos atávicos, que se supunham sob controle ou até mesmo curados, e surpreendem o País com declarações inconvenientes — quando não irresponsáveis — do gênero daquelas que



faziam parte do fracassado plano de desestabilização do Governo Fernando Henrique, que conseguiu, no entanto, manter no rés do chão o nível do debate público no País.

Nesse molde se enquadra a afirmação do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, de que, 'em um passado recente', a corrupção predominou 'inclusive em decisões que foram tomadas em áreas importantíssimas, como foi o caso das privatizações'. O Ministro, de quem se pode dizer tudo, menos que seja um político sujeito a repentinos, discursava no ato de apresentação do novo relatório da ONU sobre desenvolvimento humano.

É possível que a acusação fora de hora, lugar e propósito se deva ao desconforto de Dirceu com o fato de os números desse levantamento comprovarem que a qualidade de vida dos brasileiros, ao contrário do que denunciavam os petistas, melhorou no governo anterior, graças, principalmente, aos avanços alcançados na educação.

Como o País conhece à exaustão, o PT e Procuradores Federais identificados com o partido acusaram o governo de tentar beneficiar um dos grupos participantes do leilão de privatização da TELEBRÁS. O denunciamento ruiu quando o mesmo Tribunal de Contas



mencionado por Dirceu concluiu, por unanimidade, que o governo não havia cometido ilícito algum.

O importante é que o bem informado 'Primeiro Ministro' de Lula há de saber que o Governo Fernando Henrique foi mais longo do que qualquer outro na criação de instrumentos institucionais para prevenir, investigar e punir lesões ao Tesouro na esfera do Executivo, a única sobre a qual um Presidente da República tem legitimidade para atuar.

Graças à institucionalização de mecanismos de acompanhamento e fiscalização da burocracia — mediante, por exemplo, a criação da Corregedoria-Geral da União e o seu fortalecimento como Controladoria-Geral da União —, Lula herdou uma estrutura administrativa incomparavelmente menos vulnerável à corrupção do que aquela encontrada por Fernando Henrique.

Mas tampouco é o caso de omitir que a deplorável manifestação do Ministro veio em má hora para ele também. Afinal, como o Estado vem noticiando nos últimos dias, o inquérito sobre o denunciado esquema de corrupção na Prefeitura de Santo André apura, cada vez mais, evidências de envolvimento do braço direito do ex-Prefeito Celso Daniel, Sérgio Gomes, que dirigia o carro no qual ele foi seqüestrado para ser assassinado



logo depois. Daniel, segundo seu irmão, se rebelou contra a extorsão da empresa de ônibus na cidade, ao saber que o dinheiro arrecadado não iria para os cofres do PT, então sob a Presidência de José Dirceu”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agora apontar um outro fato: o recuo do Governo Lula. Vou mostrar as manchetes dos principais jornais nos últimos dois dias: *Correio Braziliense*, de 9 de julho — *Governo cede e negocia aposentadoria integral*; *O Estado de S. Paulo*, de 10 de julho — *Líderes do governo aceitam mudar reforma*; *O Estado de S. Paulo*, de sexta-feira — *Recuo abala confiança dos Governadores*; ainda *O Estado de S. Paulo* — *O acordo da Previdência divide governo e PT, Aposentadoria integral divide o governo e o PT, e O desastre anunciado.*

Isso mostra que o Governo, embora tenha o apoio da população, é fraco, porque não tem coragem de tomar decisões. Um governo é constituído pela população para tomar decisões e não pode pautar-se apenas por traços e por números de pesquisa; tem de ter a coragem de tomar decisões, mesmo quando impopulares. Um governo é eleito não para ser permanentemente ovacionado pela população, mas para tomar decisões.



O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Concedo a palavra ao Deputado Raul Jungmann, do PMDB de Pernambuco, que disporá de até 25 minutos.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PMDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Leonardo Monteiro, a quem saúdo em nome de todos os Parlamentares desta Casa, tocou a mim falar no Grande Expediente desta sexta-feira a respeito de um tema com o qual desenvolvemos proximidade e contigüidade em razão do tempo em que ocupamos a Pasta do Desenvolvimento Agrário, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao longo de 6 anos.

Hoje, vemos o Brasil voltar a debater esse tema, assim como o seu retorno às manchetes, e temos, obviamente, todo um conjunto de opiniões, de pontos de vista, de visões críticas negativas, algumas exclusivas, algumas de entendimento de que esse tema caminha para a solução definitiva.

Sr. Presidente, quero dizer que o nosso discurso terá 3 momentos. O primeiro deles visa buscar responder à pergunta: qual é o problema fundiário brasileiro que temos hoje? Sem fazer essa pergunta, não é possível responder à seguinte: qual reforma agrária estamos em condição de fazer e com a qual podemos sonhar?

Sr. Presidente, responder à primeira das interrogações — que questão fundiária temos no Brasil? — implica voltar no tempo. Precisamos retroagir a 1850, século XIX, à Lei de Terras nº 601, como é conhecida, que foi a pedra de toque da passagem do regime escravocrata, do regime estribado no trabalho escravo e servil, para o chamado trabalho livre.

Ficou claro às elites de então que a continuidade do regime escravocrata já não era mais possível. Então, a alternativa que se buscou para manter o trabalho na grande plantação, na *plantation*, seja de café, seja de cacau, seja da cana-de-



açúcar, foi a imigração, ou seja, a atração de populações excedentes que havia na Europa de então, que se dirigiam para cá, mas, sobretudo, para os Estados Unidos e a Austrália.

Mas a elite brasileira tomou uma decisão de profundas repercussões, diria de malévolas repercussões. Por quê? Porque, para tornar o trabalho livre, fez a terra escrava.

A terra, até então, era toda pública, pertencia à Coroa, portanto, ao Estado brasileiro. A Lei nº 601 determinou que, doravante, a terra poderia pertencer a sujeitos ou agentes privados. Ora, ao fazê-lo e ao atrelar a propriedade da terra ao seu pagamento, excluiu-se, ao contrário do que fizeram os Estados Unidos, em 1862, com o Homestead Act, tanto os libertos do trabalho escravo como também os imigrantes que não tinham recursos nem condições de acesso à terra. Liberou-se, portanto, o trabalho, mas fechou-se a terra para amplos contingentes de trabalhadores brasileiros.

É evidente que isso era funcional diante daquilo que se queria então. Liberando-se a mão-de-obra escrava e se tratando de incorporar o trabalho livre, o temor das elites de então era exatamente de que esses novos trabalhadores obtivessem terras devolutas onde pudessem plantar; assim, poderiam faltar braços na cafeicultura, que, naquele momento, eclodia não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Feito esse ato político, Sr. Presidente, tivemos efetivamente a articulação dessa mão-de-obra, tanto a que provinha do trabalho escravo, como a dos imigrantes, nas grandes lavouras. Ocorre que daí advieram contingentes populacionais sedentários. E, se isso tinha uma razão ou uma lógica, ainda que



reacionária, conservadora, hoje, evidentemente, e ao longo de todo esse período, deixou de tê-la.

Aí está o cerne da nossa questão fundiária, agrária. Entretanto, cabe perguntar, passado mais de um século e meio: afinal, temos uma questão agrária no Brasil? Se formos compulsar os clássicos, identificaremos que o sentido mais preciso da questão agrária é exatamente aquele que diz que a propriedade, o uso ou a tenência da terra impedem o desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, no regime capitalista, o próprio processo de reprodução ampliado do sistema.

Ora, isso não existe mais no Brasil, porque aqui não temos uma questão agrária clássica.

Então, o que temos no presente? Sem sombra de dúvida, estilizando muito na resposta, e pelo pouco tempo disponível, é preciso dizer que são 2 os grandes problemas que levam ao estado atual. Em primeiro lugar, o descompasso que vai existir, sobretudo a partir dos anos 1980/1990, entre a procura e a oferta de emprego no meio urbano. Ou seja, a grande esponja urbana industrial deixou de absorver os enormes contingentes de brasileiros que migraram nas décadas de 1970 e 1980, quando temos um processo de modernização conservadora, promovido pelo regime militar — do latifúndio, da tecnificação, da *green revolution* e, obviamente, da expulsão de grandes contingentes de trabalhadores e agricultores familiares do campo.

Temos também, na passagem dos anos 1970 para os anos 1980, a agudização da crise do grande sistema de emprego e de ocupação no campo, que é exatamente a agricultura familiar. É daí que deflui o problema agrário brasileiro. E eu



digo isso porque precisamos nos entender a respeito do problema para podermos aviar uma solução.

Se este é o centro da questão, alguns mitos a respeito da questão agrária brasileira precisam ser revistos. Em primeiro lugar, o Brasil não é o campeão de concentração de terras, como se fala. A rigor, o Brasil, mesmo nas Américas, de acordo com a FAO, ostenta a 9ª posição. Não é verdade que 1% dos proprietários brasileiros detenham 48% de todas as áreas. Não é verdade que o último censo agrícola brasileiro tenha identificado a expulsão de mais de 400 mil famílias. Não é verdade que tenhamos 4,5 milhões de famílias correndo atrás de uma reforma agrária. Isso, Sr. Presidente, significaria 22 milhões de brasileiros, enquanto o IBGE atesta que o número de trabalhadores no campo não ultrapassa 17 milhões, dos quais 13,8 milhões se encontram na agricultura familiar.

Se esses mitos continuarem toldando nossa visão, independentemente da posição que tenhamos com relação à reforma agrária, efetivamente não vamos alcançar aquilo que queremos.

Então, gostaria de sintetizar este primeiro ponto. A reforma agrária está ligada à questão do emprego, da renda, da estagnação econômica e aos problemas fiscais do Estado brasileiro. O setor urbano caracteriza-se pela inovação tecnológica e pela poupança do capital, em detrimento da inovação tecnológica da agricultura e, evidentemente, do seu avanço. Precisamos entender isso para achar soluções para o problema.

Passo ao segundo ponto. Que modelo de reforma agrária temos hoje vigendo neste País? O modelo que aí está herdamos da ditadura, Sr. Presidente — o do Estatuto da Terra. E aqui não vai uma crítica a esse diploma, que, na verdade, teve



uma consistência e representou para nós, no Brasil, o fato de que a reforma agrária passava a fazer parte das preocupações normativas do Estado brasileiro.

Aquela questão agrária era pensada pelos militares sob a égide de um Estado unitário. Vivíamos na ditadura e não na democracia. Hoje, graças a Deus, temos movimentos sociais atuantes; antes não tínhamos. E há organização do povo brasileiro para isso.

Resulta daí que a visão que se tem do modelo e a institucionalidade da reforma agrária, além de unitária e autoritária, não funciona.

Não vamos conseguir uma reforma agrária massiva e de qualidade com o sistema vigente. Digo isso com a autoridade de quem durante 6 anos foi Ministro da Reforma Agrária. Ou esta Casa enfrenta este problema — e quero deixar isto bem claro, Sr. Presidente —, ou vamos continuar a conviver com essa sangria, esses atritos. Independentemente dos atores em causa, não vamos conseguir resolver o problema.

Reforma agrária reclamada, massiva e rápida, por milhões de brasileiros só existiu na história no momento em que houve uma ruptura institucional. Logo, faço uma pergunta aos brasileiros: estão dispostos a trocar a democracia por uma reforma agrária, por mais importante e por mais significativa que seja?

Ora, ninguém está disposto a fazê-lo.

Portanto, a reforma agrária possível, a que poderíamos no passado ter feito, e a qual, durante décadas, nós da esquerda defendemos, vai ser processual, conflitiva e democrática. Não adiantava cobrar do Governo Fernando Henrique, como não adianta cobrar do Governo Lula uma reforma massiva, sem ao mesmo tempo dizermos: *“Abrimos mão da democracia”*.



É isso que está em jogo, quando se fala de reforma agrária feita na marra, quando se afirma *“quero assentar um milhão de famílias”*. Isso não será possível, dentro do ritmo e do processo democrático que aceitamos. Em que pesem os melhoramentos que se possam fazer na lei, isso jamais acontecerá.

Logo, não nos vamos impor tarefas impossíveis. Fazem-no os falsos democratas, aqueles que pedem reforma agrária massiva, mas que, na verdade, querem o retorno de certas bandeiras que no passado tivemos, como ditadura do proletariado, coletivização dos meios de produção, sovietação do campo, assim por diante. Não me parece ser esse o ideário de uma esquerda progressista, moderna e contemporânea.

Diante disso, é preciso ousar, mudar esse modelo e, sobretudo, sermos capazes de, a partir desta Casa, de mãos dadas com o Executivo, forjar um sistema de financiamento que possibilite efetivamente uma reforma agrária sustentável.

No atual estado de esgotamento das finanças do Estado brasileiro, inexistente espaço para essa reforma agrária esperada por tantos brasileiros. No Brasil, reforma agrária ainda não conta com vinculação de recursos, que propicia tanto à saúde como à educação manterem-se em condições de avançar e obter os progressos que até aqui, malgrado as deficiências, têm alcançado.

E mais. É preciso entender que, sem a participação normativa de Estados e Municípios, também não vamos a lugar nenhum. Até aqui os Municípios não têm recebido nenhuma atribuição legal e competência no que diz respeito à reforma agrária. E sabemos que os avanços que obtivemos, seja na área de saúde, seja na área de educação, ocorreram em razão da aliança com o poder municipal. Aí estão



o SUS — na verdade, a primeira grande reforma do Estado brasileiro —, o FUNDEF, o Bolsa-Escola.

Num País de 854 milhões de hectares, não é possível imaginar que, dentro da normalidade institucional, possamos fazer uma reforma agrária massiva e de qualidade.

Como homem de esquerda, socialista, o meu sonho é de que não exista aqui um palmo de terra improdutiva e não ocorra uma única morte por questão de terra neste País. Mas quero deixar bem claro que, ou bem repensamos o que estamos querendo fazer ou, infelizmente, vamos ficar num diálogo de surdos.

Hoje, a um Governador de Estado só compete intervir em processos de reforma agrária no momento em que a Justiça determina. Depois do triste episódio de Eldorado dos Carajás, ainda bem que existe uma grande prudência quanto a esse tipo de intervenção.

Recordo-me de discussões que tive com o saudoso Governador Mário Covas. Certa vez eu lhe dizia: *“Algo está profundamente errado. O Governo de São Paulo, com o segundo orçamento da Nação, com 800 mil funcionários, não tem nenhuma obrigação com a reforma agrária, e eu, com apenas 132 funcionários, no INCRA, tenho de fazê-la?! Obviamente, não vai dar certo!”*

Esse era o regime da intervenção, volto a dizer, durante o regime militar. Mas o País mudou. Temos uma nova Constituição. Ou revemos o financiamento, a descentralização e, sobretudo, a questão agrária brasileira, ou, efetivamente, não iremos muito longe, meu caro Deputado Arruda, na direção que queremos.

Ouçó, com prazer, o Deputado Ivan Ranzolin.



O Sr. Ivan Ranzolin - Nobre Deputado, desejo fazer um aparte breve. Não poderia me furtar de dizer que valeu a pena ter ficado aqui até esta hora para ouvir o pronunciamento de V.Exa. Vê-se que V.Exa. conhece profundamente o assunto. Aliás, o Ministério lhe deu muitas condições para dizer o que está dizendo — consciente, objetivo e apontando caminhos, porque, na realidade, é possível se fazer uma reforma agrária com respeito à lei, organizada, desde que, realmente, o Governo estabeleça princípios e metas, como aponta V.Exa. E espero que V.Exa. continue nessa luta, porque, quando o Estado não assume, em qualquer sentido, alguém assume. É por isso que os movimentos estão cada vez mais crescentes e organizados. Faço este aparte para cumprimentá-lo, nobre Deputado. Suas palavras são muito conscientes, seu discurso é determinado e busca um objetivo, e é assim que tem de ser.

O SR. RAUL JUNGSMANN - Agradeço a generosidade das palavras e considerações do nobre companheiro. Espero oportunamente voltar a discutir o tema.

Algumas coisas, entretanto, já estão encaminhadas. A agricultura familiar tem 4 milhões e 100 mil unidades produtivas e envolve quase 14 milhões de brasileiros ocupados. O PRONAF, que surge no Governo Fernando Henrique de uma prática aliança entre a CONTAG e os agricultores familiares, representa um avanço, e o Presidente Lula, justiça seja feita, em boa hora vem procurando ampliar este programa. Entretanto, é preciso que se compreenda que, sem fontes de financiamentos saudáveis e estáveis, não vamos conseguir fazer com que esse elástico se estique muito adiante.

Ouçó o aparte do nobre colega Deputado Sebastião Madeira.



O Sr. Sebastião Madeira - Faço minhas as palavras do nobre colega que me antecedeu. Valeu a pena esperar até quase 13 horas, nesta sexta-feira, para testemunhar seu pronunciamento, feito com a autoridade de quem conhece uma perspectiva histórica, mas, principalmente, com a autoridade de quem fez os 6 anos mais produtivos da reforma agrária no Brasil. Acompanhei de perto. Era uma equipe pequena, porém motivada, que sabia que a cada dia estava construindo uma catedral. A equipe era formada pelo Dr. José Abrão, o meu conterrâneo do Maranhão, Dr. Orlando Muniz, o então Procurador, hoje Presidente do INCRA, e Dr. Sebastião Azevedo. Volto a afirmar: aquele foi o período mais produtivo, em toda história do Brasil, em termos de reforma agrária. Sou testemunha também do que ocorreu meu Estado, onde milhares de famílias foram assentadas sem violência, até à revelia do MST. Havia muitas pessoas que apenas queriam trabalhar no campo. E isso lhes foi permitido, mesmo sem participarem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Quero parabenizar V.Exa. e dizer que a autoridade do seu pronunciamento está assentada naquele que teve oportunidade de fazer e fez, participando de um Governo que tornou a reforma agrária uma prioridade. E, rememorando o que V.Exa. disse, o preço para uma reforma agrária maciça a sociedade é que tem de saber se quer pagar. Lembro-me de que o Presidente Fernando Henrique, em entrevista, ao ser questionado por que a reforma agrária não era feita com celeridade, dizia que a sociedade é que devia saber se estava disposta a pagar o preço de uma reforma agrária mais rápida e mais ampla. Ele falou no valor econômico. E aqui V.Exa. agrega o valor institucional. Quero, pois, parabenizar V.Exa. e dizer-lhe que valeu a pena permanecer neste plenário para ouvir seu pronunciamento.



O SR. RAUL JUNGMAN - Muito obrigado, nobre Deputado Sebastião Madeira. V.Exa. deve ter observado que evitei fazer até aqui uma espécie de panegírico do governo anterior ou da nossa administração.

Os sofridos 6 anos, mas também felizes 6 anos à frente da questão agrária brasileira, impuseram-me a responsabilidade de apresentar este tema, que está além do meu papel de oposição. Em que pesem todos os desejos de felicidade, de sucesso e as expectativas que temos em relação ao Governo Lula, eu não cometeria perjúrio eleitoral. Eu apoiei o candidato José Serra, fui derrotado e este é o meu lugar. E não existe promessa de cargo, fisiologismo ou o que quer que seja que me retire deste lugar — obviamente, o lugar onde se encontra o meu eleitor. Entretanto, isto não significa, em momento algum, desconhecer que, na oposição, tenho responsabilidades, se não com o Governo, pelo menos com a governabilidade, e que a crítica que hoje se dirige ao PT é por ter excluído do seu papel de oposição aquilo que lhe competia: a manutenção da governabilidade. Daí, muitas vezes, a crítica que se faz a respeito das mudanças de posição. Mas isso é uma outra questão, que pode ser objeto de outro pronunciamento.

Repito: ou revemos o fenômeno fundiário brasileiro ou continuaremos na mesma. Precisamos entender — os democratas das diversas posições e matizes, a esquerda sobretudo, sem qualquer rótulo, e todos os demais — qual é o problema para então buscar uma solução. Porque do jeito que vamos, Deputado Arruda, Deputado Ranzolin, não vamos. Estamos falando de coisas que não existem mais, que não estão postas aí. O debate, tanto à esquerda quanto à direita e mesmo ao centro, é de surdos. Não é que sejamos iluminados, mas, de certa forma, é preciso começar a combater os mitos e tirar o nevoeiro que cerca esse debate, se é que se



deseja chegar a algum lugar, com a competência dos companheiros e dos demais que aqui se encontram.

Sr. Presidente, que saídas temos? Primeiro — retomo o tema —, descentralizar. Os Estados também devem ter atribuição. Descentralizar... Essa é uma boa discussão que precisamos ter. Segundo: Brasília não deve cuidar de terras. Por que não especializar o INCRA, como instituto nacional de terras, só para cuidar disso? Infra-estrutura e assistência técnica não têm que ficar aqui na Capital, porque não dá certo, não funciona — vamos deixar isso claro — em um país de 854 milhões de hectares. Fez assim na ditadura. Mas agora, na democracia, como é possível fazer isso a partir de Brasília?! Isso é um absurdo! Se educação e saúde deram o salto que deram foi porque fizeram alianças com o poder estadual e municipal. Num país federativo, que está a crescer mais e mais — e dizê-lo federativo é dizê-lo democrático; e dizê-lo democrático é dizê-lo organizado, que é o que espero —, não tem sentido continuarmos a imaginar que vamos tomar o “Palácio de Inverno”, porque não vamos fazer mais isso, tampouco queremos. E aqui refiro-me à esquerda, particularmente a uma esquerda católica e agrária, que é a principal vocalista deste tema. Se algum palácio existe a tomar, que seja o das consciências, através da persuasão e do processo democrático.

Pegar o ITR — defendo que tem de passar pelos Estados — é um grande equívoco, porque, ainda que os recursos sejam poucos, a Receita Federal não gosta de fiscalizar o ITR e não está aparelhada para isso.

Passando para o Estado, melhora a arrecadação? Melhora, mas vai para a conta única; não vai para a reforma agrária, tira-se dinheiro da reforma agrária. Então, ou se articula um fundo para fazer infra-estrutura e assistência social ou



ocorrerá um grave erro. Peço, portanto, ao Presidente, pertencente que é ao principal partido de sustentação do Governo, que cuide de promover ou propor alguma coisa nesse sentido.

Há outro aspecto, com o qual concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente: a lei. É fundamental, gostemos ou não, numa situação de conflito, ainda que nos doa e ainda que sofram, aplicar a lei, porque, boa ou má, é aqui que ela tem que ser mudada, porque lá fora ela tem que ser aplicada. No instante em que o Poder Público abre mão disso, efetivamente retira-se do conflito. O conflito privatiza-se e cresce.

Se algum conselho eu pudesse dar ao Sr. Presidente da República, seria este: *“Presidente, cumpra a lei, porque a lei lhe legou a sua eleição e o seu mandato. Se não usarmos a lei, Presidente, a espiral de violência que aí está e que, no passado, trouxe vidas e governos, sem sombra de dúvida, algo que jamais poderemos aceitar, poderá até colocar em risco o seu Governo”*.

E não queremos que isso aconteça, pois se trata de Governo histórico e democrático.

Sr. Presidente, muito mais teria a dizer, mas meu tempo está esgotado. Agradeço a compreensão e generosidade de V.Exa. Agradeço a todos que nos ouviram. Em breve esperamos voltar a esta tribuna, não apenas para debater, mas também para discutir as modificações necessárias para que a reforma agrária possível, sonhada pelos brasileiros, possa de fato acontecer, não estribada em mitos e lendas nem na desinformação, mas, sobretudo, na discussão racional, pois democrática é a discussão informada.

Muito obrigado. *(Muito bem!)*



O SR. IVAN RANZOLIN - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Mattos) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. IVAN RANZOLIN (PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Lei nº 9.472, de julho de 1997, que criou no Brasil os órgãos reguladores, em seu art. 8º institui a Agência Nacional de Telecomunicações, sob o regime especial das autarquias, e no art. 19 concede à ANATEL poderes para celebrar convênios e contratos e homologar reajustes.

Hoje o Brasil inteiro está reclamando dos reajustes das tarifas telefônicas, de até 41%, concedidos pela ANATEL. E quero aqui dar ressonância a essas reclamações, aplaudindo todos os juízes que estão concedendo liminares para coibir esses aumentos abusivos que a ANATEL recentemente homologou.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, a oportunidade concedida.



O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilberto Nascimento, para uma Comunicação de Liderança pelo PSB.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, li no jornal *Folha de S.Paulo* a seguinte notícia:

“Governo usa R\$ 5,3 bi para gerar empregos.

O Governo Federal anunciou a liberação de R\$ 5,35 bilhões de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para estimular a geração de emprego e renda.

O conjunto de medidas, apelidado de ‘pacote do emprego’, pode gerar 195 mil novos postos, segundo o ministro do Trabalho, Jaques Wagner.

Entre as medidas há desde linhas de crédito para exportadores até financiamento de material de construção para pessoas de baixa renda.

O Tribunal de Contas da União pediu a suspensão do repasse do dinheiro do FAT a centrais sindicais e à Fiesp por irregularidades”.

Sr. Presidente, quero deixar claro que hoje uma das grandes preocupações do povo brasileiro é exatamente com o desemprego. No Estado de São Paulo, que represento nesta Casa, quase 20% da População Economicamente Ativa estão desempregados. Algumas pessoas, logicamente, estão recorrendo ao subemprego,



mas o fato é que, pelas estatísticas oficiais, 20% dos trabalhadores do Estado de São Paulo estão desempregados.

O que acontece em São Paulo é um reflexo do que acontece também nos demais Estados. Acho, porém, que o Governo está no caminho certo. Realmente, é preciso colocar esse dinheiro na praça por intermédio dos bancos oficiais; é preciso abrir linhas de crédito, por exemplo, no Banco do Brasil. O que não quero ver e entendo que não vai acontecer é esse dinheiro ser movimentado por bancos que não os oficiais. Se isso ocorrer, infelizmente, quem vai ganhar serão os banqueiros, com as altas taxas de juros que hoje praticam e com a cobrança de *spread*, que é um verdadeiro absurdo.

Repito: entendemos que se trata de um plano lançado no começo do Governo para, com esses R\$ 5,3 bilhões, criar 200 mil empregos; temos de aplaudir a iniciativa, mas há necessidade de redução dos juros, Sr. Presidente, pois o grande problema, hoje, são exatamente os altos juros. É preciso haver a redução dos juros; aí, sim, não precisaremos de linhas especiais de crédito, e o desemprego será combatido, exatamente porque haverá mais financiamento e mais empregos na praça.

Concluo dizendo que a atitude do Governo é louvável, mas há necessidade de se reduzirem os juros para criarmos empregos em todas as frentes.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Roberto Arruda, que disporá de 25 minutos na tribuna.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PFL-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Raul Jungmann, que nos brindou com um pronunciamento importante hoje, que saiu da mesmice na análise da reforma agrária, que não discutiu quem colocou o chapéu de quem e trouxe uma proposta objetiva de descentralização da responsabilidade sobre a reforma agrária entre Estados e Municípios.

O ex-Ministro Raul Jungmann e hoje Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, como conhecedor do assunto, deu-nos uma aula sobre como pode ser feita de verdade uma reforma agrária pacífica e justa no Brasil.

Em segundo, Sr. Presidente, quero, de forma construtiva, com a mesma ênfase com que critiquei e que, na Comissão de Constituição e Justiça, votei contra a proposta encaminhada pelo Governo para a reforma da Previdência — com a mesma ênfase, repito —, cumprimentar a postura do Governo Federal de entender que, no Estado democrático, o Congresso Nacional tem de ser ouvido em qualquer proposta que se remeta a sua análise.

No momento em que flexibiliza suas posições, tem o gesto de vir ao Congresso e ouvir as sugestões de toda a sociedade brasileira, no momento em que admite mudanças importantes na reforma da Previdência, o Governo Federal deve ser cumprimentado por mim.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ninguém deseja o colapso das contas públicas, a má gestão continuada e a intranquilidade que isso acarreta ao



trabalhador do setor privado ou do setor público. Somos favoráveis à reforma da Previdência.

A questão é que reforma desejamos. Uma reforma estrutural, que crie instrumentos ágeis de cobrança dos grandes devedores, de fiscalização eficaz dos contribuintes e com regras permanentes e justas para o sistema contributivo e para o sistema de benefícios seria um caminho. Um caminho, reconheço, de construção difícil, mas de permanência e eficácia inquestionáveis.

O outro caminho, escolhido pelo Governo, é uma pseudo reforma que coloca toda a culpa do desequilíbrio do sistema no servidor público e no aposentado, esquece a má gestão histórica, não toca nos megadevedores e desrespeita direitos constitucionais, além de ser claramente arrecadatória e confiscatória.

As inconstitucionalidades são claras.

Ao insistir na idéia de contribuição dos inativos, contraria disposições do art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição, quando fere não apenas um direito adquirido, mas também um ato jurídico perfeito.

Na prática, a taxação reduz o salário do aposentado e modifica um "contrato" aprovado pelo INSS, segundo regras que ele mesmo estabeleceu.

Alertei o Governo anterior, do qual fui Líder, sobre esse equívoco. Fui voto vencido. E a derrota foi inevitável. E ela se repetirá agora, ou no Congresso, ou nas inevitáveis ações judiciais.

O Relator da reforma incluiu, ainda, outra flagrante inconstitucionalidade, ao querer atingir, além dos aposentados, também os pensionistas, e alterou para tanto o art. nº 40 da Constituição, que sequer foi objeto de mudança na proposta original do Governo.



Aí, um fato inédito. Com a desculpa de uma emenda saneadora, o Relator mudou o que nem a proposta do Governo havia ousado mudar, tornando a viúva solidária (essa foi a expressão acrescentada) numa dívida que o Governo inventou e decidiu impor ao contribuinte titular depois da sua morte.

Votamos também contra essa “maldade póstuma” na Comissão de Constituição e Justiça, sustentada pelos mesmos que, antes, se declaravam contra a reforma da Previdência e para tanto foram eleitos.

Na mudança da idade mínima para aposentadoria, outro equívoco. Ao aumentar a idade limite de 53 para 60 anos, para homens, e de 48 para 55 anos, para mulheres, a proposta do Governo inovou para piorar. Ao invés de uma regra de transição que levasse o servidor, gradativamente, a trabalhar mais tempo, criou uma regra para ele receber menos, com 5% de desconto por ano.

Imagine-se um cidadão com 52 anos de idade. Aos 53 aposentar-se-ia pelas regras atuais. Na proposta do Governo ele poderá se aposentar nessa idade, mas com um desconto de 35% no salário. Desconta também a contribuição de 11% e o Imposto de Renda. Portanto, um desconto maior que 50%, o que, segundo jurisprudência do STF, é confisco.

Nesse caso, a emenda que apresentamos é no sentido de que o servidor trabalhe 20% a mais do tempo que faltar para se aposentar pelas regras atuais. Se faltar 1 ano, que ele trabalhe mais 24 meses, e assim por diante.

Há ainda a tentativa de aplicar as mesmas regras para as carreiras típicas de Estado e para os militares. Um plano de aposentadoria próprio, diferenciado, é necessário para compensar os riscos e as limitações dessas carreiras, em termos de direitos civis, tais como o impedimento de greve. Sem isso, nenhum profissional



competente vai querer ser juiz, promotor, procurador, policial ou fiscal da Receita, por exemplo.

Outras emendas apresentadas

Não à taxação dos inativos. Acaba com a cobrança de contribuição de 11% de aposentados, inconstitucional porque reduz os proventos do aposentado e fere direitos adquiridos.

Direito das viúvas. Impede que se reduza as pensões de órfãos, viúvas e viúvos, ao contrário da proposta do Governo.

Direito dos professores. Devolve o tempo mínimo de 25 anos de serviço para aposentadoria dos professores.

Direito de Estados e Municípios. Autoriza os Governos de Municípios, Estados e do Distrito Federal a instituírem contribuição previdenciária patronal e de empregados para cobrir déficits atuariais dos seus planos de aposentadoria.

Emenda 65. Admite a cobrança de contribuição de pensionistas e inativos desde que incidam apenas sobre aumentos e reajustes de proventos que ocorrerem após a aprovação da reforma, preservando os atuais rendimentos dos aposentados.

Como fomos derrotados na Comissão de Constituição e Justiça, partimos para a ação política. Convencidos de nossas teses, saímos a campo. Visitamos o Presidente do STF. Aí começou a mudança. Debates com o Ministro da Previdência. Conversamos com os colegas Deputados e apresentamos emendas corrigindo tudo o que nos pareceu injusto e ruim. E o que era, há um mês, impossível, agora já se viabiliza, com o Governo admitindo a negociação de pontos fundamentais da reforma.



Estou esperançoso. Temos um encontro agendado com o Ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, na terça-feira, num clima novo, não mais naquele clima messiânico de que ninguém na face da terra poderá tocar numa proposta enviada ao Congresso Nacional. A postura agora é democrática.

Aliás, essa postura democrática guarda coerência com a própria vida do Presidente da República, que pressupõe a harmonia entre os Poderes, recolhe as sugestões do Poder Judiciário, admite as críticas e sugestões nascidas de forma suprapartidária no Congresso Nacional e sua incorporação ao texto final da reforma da Previdência.

Sr. Presidente, penso que agora estamos num caminho mais próprio na busca de uma reforma previdenciária que não traga nenhum truque, que não tente apagar um déficit de 40 anos gerado pela má gestão e, muitas vezes, pelos devedores que não são cobrados. E isso ninguém vai fazer.

Espero que pelo menos tenhamos condições de criar um sistema previdenciário justo e razoável daqui para frente em termos de cálculos atuariais.

Repito: é preciso que tenhamos a coragem de oferecer um sistema previdenciário justo, equilibrado e sem surpresas.

Mas essa é uma luta que não termina aqui.

É necessário que todos se conscientizem da reforma que precisamos e queremos e manifestem ao Governo esse desejo: uma reforma estrutural, que nos dê um regime previdenciário que seja justo com o trabalhador, bem gerido e saudável nas suas contas. Uma previdência que, digna do nome, previna o futuro contra surpresas desagradáveis tanto para o Governo, quanto para as famílias brasileiras, trazendo para todos tranqüilidade. Uma Previdência de verdade.



O SR. MARCOS DE JESUS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Monteiro) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCOS DE JESUS (PL-PE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o dólar continua em franca descida, e os preços dos combustíveis, ainda que no sobe-desce, baixa-não-baixa, prenunciam melhores tempos. São ambos fatos que em qualquer lugar do mundo estariam refletindo-se numa tendência geral de queda de preços, menos no Brasil, onde a distância entre a macroeconomia e o bolso do consumidor continua enorme, eu diria mesmo intransponível, cercada de mistério, fruto de uma cultura de todos os modos perversa, que sempre acaba apenando sobretudo os mais fragilizados, do ponto de vista socioeconômico.

Na prática, nobres colegas, os preços têm resistido inclusive à retração do consumo, numa triste demonstração de falta de visão, ganância e absoluta indiferença em face das dificuldades dos mais carentes. E perdemos todos, a sociedade em seu conjunto.

Atenhamo-nos, Sr. Presidente, às cotações do dólar, tornado o grande vilão da alta do custo de vida dos últimos tempos, quando passou a ser muito comum esse e aquele setor da produção alegarem a total impossibilidade de manejo para baixo dos preços ou de não-remarcação para cima, devido à variação cambial. À medida que o Governo Lula deu mostras de controle da economia, intensificou medidas de ajuste fiscal e conseguiu inverter a expectativa inflacionária — em outras palavras, virada a página da transição, razão de todo o alvoroço que se testemunhou no mercado (diga-se de passagem, injustificadamente) —, o quadro não pode permanecer como estava.



Neste momento, porém, Sr. Presidente, o que se verifica é que nenhum produto que subiu em função do aumento da moeda norte-americana teve seu preço reconsiderado e trazido de volta aos níveis anteriores.

Ora, nobres colegas, das duas, uma: ou se especulou antes, forçando a alta de maneira aleatória e infundada, ou se especula hoje.

O que se sabe é que muitas tabelas foram alteradas sob a alegação de aumento de custos. Com efeito, pressões houve realmente, tanto pela influência do valor do dólar sobre as matérias-primas, como pelo seu impacto sobre a energia, as telecomunicações e o preço dos combustíveis. A conta de luz, por exemplo, ficou em média 17,5% mais cara, a gasolina 22,37%, o *diesel* — usado, como se sabe, nos caminhões que transportam mercadorias — 33,18% e o álcool 72,36%.

Vejam, nobres colegas, o que aconteceu entre agosto de 2002 e maio de 2003: enquanto o dólar, depois dos percentuais alcançados, caiu 4,84%, a carne bovina teve uma variação para mais de 20,20%; o frango, de 40,30%; o pão francês, de 21,70%; o macarrão, de 29,71%; a farinha de trigo, de 48,77%; o arroz, de 61,71%; o óleo de soja, de 36,10%; o açúcar, de 84,06%; o sabão em pó, de 27,99%.

É óbvio que esses produtos dependem, em maior ou menor grau, de uma gama bastante variada de insumos importados, mas não deixa de possuir também enorme significância o fato de que as altas se tenham dado em patamares tão elevados.

É por isso, Sr. Presidente, que de minha parte, entre a hipótese de termos sido ludibriados e a hipótese de estarmos sendo ludibriados por alguns setores,



prefiro ficar com uma terceira opinião: os abusos ocorreram, sim, e continuam ocorrendo, conforme qualquer um pode verificar numa simples ida ao supermercado.

De que outra maneira explicar, Sr. Presidente, que o custo de vida continue tão elevado, apesar das sucessivas baixas do preço de matérias-primas?

Quanto ao que passou, infelizmente, a sociedade já amargou os prejuízos, restando aos órgãos de defesa da economia popular esforçarem-se para apurar a verdade, muito embora neste País não se tenha o hábito de devolver o que foi tomado por golpe. Todavia, nobres colegas, com relação ao que se está vendo, não há como temporizar. O Governo do Presidente Lula, cioso da importância de honrar os compromissos assumidos perante o povo brasileiro, não pode admitir que se continue a fraudar a norma vigente.

Os cidadãos que direta ou indiretamente traem, escorcham, fustigam a população doravante não pensem que terão guarida, e os que não assimilarem por bem a idéia de que estamos vivendo um novo tempo de um novo Brasil hão de fazê-lo por força da punição severa, sob o primado da lei, sem contemplação nem meias medidas. Para esses, a cadeia até, se preciso for. Mais do que de lógica, trata-se de um assunto de justiça; mais do que de justiça, de uma questão de moral.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonardo Monteiro) - Concedo a palavra à nobre Deputada Vanessa Grazziotin, em permuta com este Presidente.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a benevolência e a gentileza da permuta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de qualquer comentário em torno dos últimos fatos que envolvem as reformas em andamento nesta Casa, gostaria de ressaltar o que vem sendo antecipado por nosso partido, o PCdoB, que acaba de realizar uma conferência nacional vitoriosa. Isso porque, durante amplo processo de debate em todo o País, que culminou com a plenária final realizada recentemente em Brasília, o partido deixou clara sua posição de lutar pelo fortalecimento do Governo Lula como forma de buscar novo projeto político que priorize o crescimento econômico e um Estado nacional forte.

É bom ressaltar que se trata do único partido que realizou conferência para discutir os 6 primeiros meses do Governo Lula e decidir como passaremos a atuar, de forma unitária e coesa, a partir de agora.

Com o olhar um pouco mais atrás, Sr. Presidente, entramos no processo eleitoral com a convicção de que este Governo representaria novo ciclo histórico e político no País, passo fundamental para derrotar um modelo ultraliberalizante e desnacionalizante, que nos acabou deixando incontestável instabilidade e enorme vulnerabilidade do ponto de vista da macroeconomia.

Nestes primeiros meses de Governo Lula, ainda convivemos, infelizmente, com uma herança que muito nos preocupa. Basta olharmos para o passivo externo brasileiro, calculado em torno de 400 bilhões de dólares, resultado da soma de aproximadamente 215 bilhões de dólares da dívida externa pública privada com o



estoque de capital estrangeiro aqui investido. Só o custo de amortização desse passivo chega a 50 bilhões de dólares anuais, ou seja, 1 bilhão de dólares por semana.

Em abril, a dívida pública brasileira — interna e externa — representava 52,18% do PIB, fato que se tem agravado ainda mais por conta das elevadas taxas de juros que vêm sendo praticadas pelo Banco Central como forma de atrair capital estrangeiro, viabilizar a rolagem da dívida, dar maior segurança e credibilidade, principalmente externa, ao País e ao novo Governo que se instalou e “acalmar” — entre aspas — o tal mercado financeiro, para quem, aliás, os Governos anteriores entregaram o verdadeiro poder do nosso País.

Diante do elevado e crescente índice de endividamento e do comprometimento de significativa parcela dos recursos públicos com o pagamento dos encargos e serviços da dívida, o superávit primário da balança comercial, apesar de elevadíssimo, não tem sido suficiente para equilibrar as contas do Governo.

Esse agravamento tem levado à estagnação da produção industrial, à diminuição do investimento produtivo no País e, até mesmo, ao aumento do desemprego.

Nossa conferência discutiu profundamente tal conjuntura. Saímos dela com a clareza do quadro assumido pelo atual Governo, cuja situação, como vimos, extremamente grave e delicada, requer cautela e nos impõe um período de transição para que se preparem as condições necessárias à aplicação de mudanças na política econômica capazes de gerar desenvolvimento, criar empregos e melhorar a



distribuição de renda, elementos fundamentais exigidos pela maioria dos segmentos populares e produtivos do País.

Temos consciência do papel histórico e fundamental da frente político-partidária que propiciou a chegada de Lula à Presidência, que, compondo as forças governistas, tem o grande desafio de operar as mudanças anunciadas durante a campanha eleitoral e antes dela, mudanças que têm como centro o rompimento com a política neoliberal que enfraquece o Estado nacional, gera desemprego, rebaixa o nível de produção, o poder aquisitivo dos trabalhadores e piora a qualidade de vida de toda nossa gente.

Destacamos, portanto, a necessidade de lutarmos a cada momento para o êxito do Governo Lula, entendendo que seu êxito é o do povo brasileiro e de todas as forças progressistas e avançadas do País.

Nesse sentido, apontamos a necessidade de mudanças profundas que levem em conta os interesses maiores da nossa população, como geração de emprego, distribuição de renda e retomada do crescimento econômico. A ótica financista de mercado não pode prevalecer em detrimento de grandes e necessários investimentos em infra-estrutura, educação, saúde e saneamento.

É nesse contexto que estamos atuando desde que o Presidente Lula determinou como prioridade de seu Governo a efetivação das reformas previdenciária, tributária, trabalhista e política. Ou seja, ao manifestar apoio aos propósitos do Governo, nosso partido, o PCdoB, tem expressado de forma clara a necessidade de que as reformas contenham como princípios básicos a manutenção da ampliação dos direitos dos trabalhadores e servidores e o fortalecimento do caráter democrático, independente e soberano do País.



É nessa linha que nosso partido e nossa bancada na Câmara dos Deputados têm-se portado diante das reformas apresentadas. Quanto à reforma previdenciária, nossa bancada apresentou 6 emendas coletivas à PEC nº 40. Elas foram centradas no resgate do Regime Geral de Previdência Social, com garantia de financiamento e inclusão social, elevação do teto dos benefícios, com sugestões para o valor desse cálculo, criação da previdência complementar pública e a não-taxação dos inativos. Em suma, são emendas que adotam como critério a defesa da inclusão social.

Quanto ao Regime Geral de Previdência Social, Sr. Presidente, Deputado Renildo Calheiros, as emendas apresentadas têm como objetivo definir um teto de benefícios que proporcione ao trabalhador a segurança de uma aposentadoria digna e a manutenção de seu poder aquisitivo; alterar a fórmula de cálculo dos benefícios; e assegurar a cobertura dos 60% dos trabalhadores do setor privado, que, por conta do desemprego, da informalidade ou da desconfiança, estão fora de qualquer sistema de previdência no País. Propõe ainda a cobertura do seguro-acidente de trabalho a cargo do INSS, não mais da iniciativa privada, e a criação de mecanismos para que a concessão de isenções e renúncias fiscais sejam cobertas pelo Tesouro, para que suas conseqüências não recaiam exclusivamente sobre o segurado urbano, como ocorre atualmente. Permite também que todo e qualquer incentivo ou benefício de natureza tributária relativo a créditos do INSS seja coberto pelo Tesouro Nacional e considerado para cálculo do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Geral de Previdência Social.

Quanto ao regime próprio dos servidores públicos, as emendas do PCdoB abordam questões centrais como a integralidade, o fundo de previdência complementar pública e a taxação dos inativos.



A criação da previdência complementar pública, proposta em emenda apresentada pela bancada comunista, abre a possibilidade de a previdência complementar do servidor ser pública, o que não é permitido no atual texto constitucional.

É extremamente importante a emenda para criação de um regime complementar público facultativo, contributivo, de capitalização, administrado pela União e aberto à filiação de todo e qualquer trabalhador e trabalhadora brasileiros. Nesse sentido, inclusive, o PCdoB apresentou uma PEC, que tramita há algum tempo na Casa e está devidamente apensada à proposta do Governo. Consideramos fundamental a discussão e, quem sabe, a aprovação da emenda, visto que desde 1995 a Casa tenta aprovar a matéria.

Quanto à taxação dos inativos, à integralidade e à paridade do regime público de previdência, apresentamos para debate proposta no sentido de não ser efetivada a taxação daqueles que já estão aposentados.

Ouçó o aparte do Deputado Almir Sá.

O Sr. Almir Sá - Deputada Vanessa Grazziotin, são importantes as suas ponderações. Com muita propriedade, sempre que ocupa a tribuna desta Casa, a nobre Deputada registra posições firmes, dignas do povo brasileiro e especialmente do povo do Amazonas. V.Exa. está de parabéns! O povo do Amazonas tem uma voz que enaltece nesta Casa toda a nossa região, o que fortalece uma grande área com milhões de habitantes que contam com nosso apoio.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN - Sou eu que agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado. Espero que possamos juntos — nós, que representamos na Casa



a Região Norte — fazer um belo trabalho em favor de todos brasileiros. Agradeço a V.Exa.

Quanto ao regime público de previdência, dizia eu, entendemos haver diferenças significativas entre este e o regime geral. O setor privado tem na livre remuneração de seus trabalhadores e na participação nos resultados da empresa os mecanismos de premiação e cooptação de quadros. No setor público, a realidade é bastante diferente. A vinculação à legalidade, à impessoalidade e ao interesse público impõe, sem dúvida nenhuma, restrições a salários, gratificações e benefícios. Assim, o direito à aposentadoria responde a essas limitações premiais e valorativas do trabalho. E não deveria ser diferente, porque são necessárias compensações para que a Administração Pública possa competir com o setor privado na seleção dos bons profissionais. A sociedade não merece menos que as empresas privadas. Ao limitar os benefícios pagos pelo regime público de previdência ao teto do regime geral, a reforma atinge especialmente os servidores mais capacitados, responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento das principais atividades de Estado, garantidoras dos direitos à saúde, educação, justiça, fiscalização, controle, segurança, desenvolvimento tecnológico, entre tantas outras.

Outro argumento muito utilizado e invocado pelos que defendem a reforma é a necessidade de isonomia entre servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada. A nosso ver, esse argumento desconhece uma diferença básica entre o combate aos privilégios — aliás, apoiado fortemente pelo nosso partido — e o reconhecimento de que existem diferenciações legítimas entre os dois setores, derivadas dos diferentes laços que unem o servidor ao Estado e o trabalhador à empresa privada.



E desiguais, Sr. Presidente, não podem ser tratados de forma igual.

É preciso considerar também que o fim desse modelo de aposentadoria exigirá — a menos que estejamos intencionados a fazer decair ainda mais a qualidade do serviço público — compensações outras aos servidores. Pode-se esperar compensações que significarão mais gastos fiscais ou piora na qualidade dos serviços públicos.

Outro problema presente na proposta de reforma e que precisa ser enfrentado pelas forças mais avançadas da sociedade são os paradigmas diminutivos que a emenda cria ao estabelecer maiores requisitos e piores condições para a aposentadoria do setor público do que os existentes hoje para o regime geral.

A proposta do partido estabelece como requisito para a aposentadoria integral a ampliação das carências para 20 anos no serviço público e 10 no cargo. Os demais servidores poderão se aposentar pelas regras atuais, calculando-se o benefício pela média das últimas 60 contribuições. Não altera os limites de idade, mantendo a situação atual. Determina que as pensões poderão ser reduzidas em no máximo 30%, ponderando-se a situação econômica e o grau de dependência econômica do beneficiário — a PEC propõe redução de, no mínimo, 30%, aplicável a todos os pensionistas.

Vejam, Srs. Deputados, a diferença: a proposta da bancada do PCdoB permite redução de, no máximo, 30% e ainda leva em consideração a situação econômica e o grau de dependência econômica do beneficiário.

Em resumo são essas as contribuições que o partido apresentou ao conjunto da sociedade, ao Ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, e ao Chefe da Casa Civil, José Dirceu. No nosso entendimento, essas propostas estão em sintonia com



nossa história de luta junto aos setores organizados da sociedade e, principalmente, junto aos que defendem um Estado forte, soberano e nacional e que ponha fim ao tempo perdido, mais de uma década em que convivemos com as mazelas decorrentes do desmonte do Estado brasileiro.

Portanto, não se trata de nenhuma investida corporativista, mas de uma ação coerente com nosso passado e presente de lutas — aliás, bem sintonizado com as manifestações populares e com a luta dos servidores públicos, que acabam de deflagrar grande e significativo processo de mobilização.

Entendemos, Sr. Presidente, que defender um direito dos servidores públicos brasileiros — e não os privilégios, pois nossas propostas objetivam exatamente atacá-los — é defender o fortalecimento do Estado brasileiro.

Recentemente tive oportunidade de participar da solenidade de instalação de uma mesa de negociações entre o Governo Federal e os sindicatos representativos dos servidores públicos, a qual contou com a presença de 8 Ministros. Os temas a serem tratados são os mais diversos: a elaboração de um plano de cargos e salários para o conjunto dos servidores públicos; a necessidade de discussão sobre a atuação do serviço público como instrumento efetivo do fortalecimento do Estado brasileiro; a necessidade de realização de concursos públicos, visto que nos últimos 8 anos o Governo passado quase nada fez em relação a isso — atualmente grande parte dos serviços públicos é terceirizada e executada por trabalhadores que não compõem os quadros da carreira de Estado, o que prejudica e enfraquece o País, o Estado e, portanto, o Governo.

Destaco, Sr. Presidente, que a mobilização social e, principalmente, a ponderação sobre os ganhos fiscais permitiram que nos últimos dias o Governo, em



conjunto com as lideranças partidárias, sinalizasse mudanças concretas e efetivas na proposta original da reforma da Previdência — a PEC nº 40. Essas mudanças apontam para a manutenção da aposentadoria integral e da paridade entre o reajuste dos servidores públicos da ativa e o dos em inatividade, de acordo com critérios extremamente rígidos. Como bem disse ontem nosso colega Deputado Nelson Pellegrino, Líder nesta Casa do PT, o partido do Presidente Lula, “*essa proposta dialoga com o Judiciário, com a Magistratura e com os servidores*”.

Assim como o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, ao analisar a mudança de posição a que assistimos, entendo que, ao contrário do recuo que a imprensa procura registrar, o Governo e, principalmente, as lideranças políticas avançaram, e muito, em direção ao entendimento, pois as propostas de alteração da PEC são justas, uma vez que asseguram a integralidade dos benefícios e sua paridade com os salários dos servidores da ativa, propondo-se em troca — como disse, de acordo com justos critérios — maior tempo de serviço. Não se trata de manutenção de privilégios, que, repito, nosso partido sempre combateu, mas de valorização e reconhecimento do papel do servidor, que vai trabalhar por mais tempo que os trabalhadores da iniciativa privada para garantir sua aposentadoria integral. É bom destacar, Sr. Presidente, que os servidores públicos que pela regra atual já poderiam se aposentar ficarão no exercício de suas funções por, pelo menos, mais 4 anos, algo importante para o Governo que se instala.

Pelas contas do Governo, as perdas, com a proposta alternativa, seriam insignificantes. Segundo os cálculos apresentados pelo Ministro Berzoini e publicados fartamente pela imprensa, essas perdas — embora não possamos considerar isso como perda, mas como um ganho efetivo, uma vez que elas



ocorrerão a partir do ano de 2013 — ficariam em torno de 1,5 bilhão de reais nos próximos 20 anos, mas só teriam reflexos efetivos a partir do ano de 2013. Ou seja, do ponto de vista fiscal, podemos até considerar a proposta alternativa melhor do que a apresentada na PEC nº 40.

Portanto, Sr. Presidente, não vejo por que o mercado e alguns Governadores e oposicionistas posicionam-se contra uma medida que busca o consenso entre todos os agentes sociais e que garante o eixo central da reforma, que é a busca do equilíbrio fiscal da Previdência Social.

Ora, Sr. Presidente, dizer que o eixo central da reforma é acabar com a integralidade é uma grande bobagem! O eixo central é buscar o equilíbrio da Previdência, para que a situação econômica e fiscal do País melhore efetivamente; e, pelos cálculos, a proposta alternativa é tão boa quanto ou até melhor que a apresentada anteriormente.

Então, não há razão para alvoroço no mercado, ao se dizer que a proposta mexe no centro da questão. Se o faz, é para melhorar e não para piorar a redação apresentada originalmente.

Enfim, além de louvar essa iniciativa das lideranças dos partidos políticos que compõem a base do Governo, a iniciativa do próprio Governo, creio que foi aberto um importante canal para que possamos avançar ainda mais na busca do fortalecimento do Estado, da manutenção dos direitos dos trabalhadores e da construção de uma sociedade mais justa para todos.

Acreditamos, Sr. Presidente, e muito, na capacidade de diálogo deste Governo. Acreditamos, e muito, na capacidade de o Governo Federal manter



diálogos, conversas com as lideranças políticas, com os Governadores, inclusive, e com o conjunto dos servidores públicos.

Entendemos que, neste momento, que não é o fim nem o início, mas o meio do debate, um momento importante do debate, não cabem as manifestações precipitadas contrárias às negociações. Tampouco podemos aceitar o argumento daqueles que dizem que a abertura das negociações representa um sinal de fraqueza do Governo. De jeito nenhum! Pensamos exatamente ao contrário: que esse é o sinal de um novo tempo que privilegia o debate e a negociação na busca de soluções que contribuem com a Nação brasileira.

Como bem disse o Presidente Lula, em Portugal, o Congresso é o grande responsável pelas negociações e pelas mudanças que estão sendo sinalizadas. Aliás, o Presidente não disse isso agora, mas quando trouxe pessoalmente a esta Casa do Congresso Nacional as PECs nºs 40 e 41, da reforma previdenciária e da reforma tributária.

Então, temos que prezar este grande momento em que vivem o Parlamento brasileiro e os setores políticos do País.

Há uma proposta inicial do Governo, porém, mais de 400 emendas foram apresentadas, boa parte delas por Deputados da própria base governista. O que fazer diante disso? Sentar à mesa, num clima de harmonia e cordialidade, principalmente com os olhos voltados para os interesses nacionais, e negociar aquilo que seja de interesse do Estado brasileiro, dos servidores e melhor para a situação econômica do Brasil.

Sr. Presidente, vejo este momento como importante. Não há, de um lado, um Congresso Nacional intransigente e, de outro, um Governo igualmente intransigente.



Temos a vontade e o desejo de abrir as negociações, de abrir o diálogo e, por fim, decidir por aquilo que deverá ser o melhor para todos nós e para o País.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Vanessa Grazziotin, o Sr. Leonardo Monteiro, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renildo Calheiros, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Renildo Calheiros) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro, que nesta Casa integra a combativa bancada do Estado de Minas Gerais. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero começar meu pronunciamento nesta sexta-feira fazendo o registro de uma manchete do *Diário do Rio Doce*, jornal da minha cidade, Governador Valadares, que circula no leste de Minas Gerais. Estampada na página do jornal está a notícia do massacre que sofreu uma senhora de 70 anos, trabalhadora rural atingida física e moralmente, de forma brusca, supostamente a mando do Prefeito da cidade de Tarumirim, naquele Estado.

Sr. Presidente, quero, portanto, denunciar e repudiar veementemente a agressão sofrida pela trabalhadora rural sem terra Francisca Mansueta da Silva, a D. Chica, de 70 anos. Ontem, pela manhã, ela foi vítima de espancamento na fazenda onde está acampada há 18 anos. Trata-se de terra do Estado, onde funcionava uma escola agrícola desativada há muitos anos. Nessa área, na região de Tarumirim, há mais de 30 famílias acampadas, entre elas a de D. Chica. Ela foi surpreendida por 2 desconhecidos, que lhe deram vários socos no rosto, no pescoço e nas costas, quando ela se dirigia ao pasto da propriedade em busca de um cavalo. Os 2 homens estavam escondidos atrás de uma moita. Um deles se aproximou e a agrediu; em seguida, tentaram afogá-la em um córrego próximo ao local.

“Eles deram pra matar. Na hora que caí no chão acharam que eu estava morta e foram embora”, relatou D. Francisca, após ser atendida no Hospital Municipal, em Governador Valadares. D. Chica teve escoriações profundas no olho direito e na mão, cortes na orelha e abaixo do olho esquerdo, onde recebeu 9



pontos. No hospital, D. Chica recebeu a visita de várias pessoas, parentes e amigos, que foram dar sua solidariedade e se encontravam indignados com o acontecimento.

O pior, nobres Deputados, é que existe forte suspeita de que o mandante do crime seja o Prefeito da cidade de Tarumirim, João Caboclo. O motivo, segundo D. Chica, seria o desejo do Prefeito de fazer com que as 30 famílias do MST se retirassem da fazenda que ocupam há aproximadamente 18 anos. O Prefeito sempre quis tomar a terra dos acampados.

O Prefeito João Caboclo tem colocado capangas nas áreas perto da fazenda. D. Chica chegou a ser ameaçada, antes, por eles, que lhe diziam que o dia dela estava marcado. D. Chica afirma que chegou a comunicar o fato à Polícia Militar por telefone. Várias outras pessoas no acampamento têm recebido ameaças dos capangas do Prefeito, e alguns deles chegaram a arrancar cercas da fazenda e atear fogo na pastagem.

Questionado quanto à denúncia de manter os capangas na fazenda, o Prefeito João Caboclo alegou que são apenas vigias, e que não poderia responder por qualquer ato praticado por eles.

Queremos, desta tribuna, Sr. Presidente, manifestar nosso repúdio e exigir providências para que responsáveis sejam presos e punidos, principalmente os mandantes.

Encaminharemos a denúncia ao Ministério da Justiça, à Secretaria Especial dos Direitos Humanos e ao Governador de Minas Gerais, Sr. Aécio Neves, por meio do ITER — Instituto de Terras, de Minas Gerais.

Não podemos admitir mais essa violência no latifúndio. A corda tem sempre arrebitado do lado dos mais fracos.



Queremos deixar registrada, Sr. Presidente, nossa indignação. Solicito a V.Exa. que a matéria publicada no *Diário do Rio Doce*, de Governador Valadares, seja anexada ao meu pronunciamento.

Passo ao assunto principal que me traz à tribuna, Sr. Presidente.

Cumprimentamos o Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Deputado João Paulo Cunha, os demais componentes da Mesa Diretora, os companheiros de bancada do Partido dos Trabalhadores e os dos demais partidos, principalmente do nosso Estado de Minas Gerais que representam, sobretudo, as populações do Vale do Rio Doce, do Vale do Mucuri, do Vale do Jequitinhonha e da Zona da Mata.

Nosso pronunciamento é sobre a SUDENE. O Presidente Lula já determinou ao Ministro da Integração Regional, Ciro Gomes, a reestruturação daquele órgão para atender às regiões mais pobres do nosso País, algumas delas localizadas no nordeste mineiro e parte do Espírito Santo.

Quero informar sobre a participação do nosso mandato na instituição de um fórum de debates para elaboração de um projeto de desenvolvimento da região leste de Minas Gerais. Esse fórum foi sugerido na última segunda-feira, em Governador Valadares, durante uma reunião na Associação dos Municípios do Rio Doce — ARDOCE, na qual tivemos a oportunidade de assistir a uma palestra (*“A Verdadeira Radiografia da Ocupação do Vale do Rio Doce”*), apresentada pelo Vice-Reitor da Universidade Vale do Rio Doce e Prof. de História, Dr. Haruf Salmen Spíndola. Naquela reunião, que contou com a presença dos Deputados Estaduais José Bonifácio Mourão e Márcio Passos, além de mais de 20 Prefeitos da região, filiados à ARDOCE e à ASSOLETE, foi discutida a inclusão de 69 Municípios do Vale do Rio Doce na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste, a atual



ADENE — e, se Deus quiser, daqui a alguns dias, a SUDENE, que esperamos seja reestruturada —, assim como no Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste, o IDENE, que está sendo reestruturado.

A ocupação do Vale do Rio Doce, Sr. Presidente, teve início no século XX através dos portos de canoas ao longo do Rio Doce. De 1930 a 1940 foi construída a Estrada de Ferro Vitória—Minas, hoje Companhia Vale do Rio Doce.

Nessa mesma década surgiram a cafeicultura, a extração da madeira, a siderurgia e a produção do carvão vegetal, aproveitando a mata existente naquela região. Atividades econômicas com visão extrativista, como as serrarias, a agricultura de produção de grãos, a mica, o minério de ferro e a pecuária, resultaram em degradações ambientais, tais como desaparecimento de florestas, esgotamento dos solos, comprometimento dos cursos d'água e redução da sustentabilidade econômica da nossa região.

Assistimos, nas décadas seguintes, ao esvaziamento demográfico do Vale do Rio Doce, com a emigração dos nossos trabalhadores para outras regiões do Brasil e para o exterior, como os Estados Unidos da América e Portugal. A migração de capitais e o fim de atividades produtivas geraram involução do mercado regional e graves problemas ambientais, tendo hoje o Vale do Rio Doce o maior nível de degradação do Estado.

Vimos, nobres Deputadas e Deputados, o crescimento do Brasil e de Minas Gerais, no período de 1968 a 1981, com a modernização e industrialização elevando o PIB a 17%, em 1974, e, no início da década de 1990, com a consolidação da agroindústria. Nesse período em que cresciam a cafeicultura e pecuária e surgiam as fronteiras agrícolas, o Estado ficou entre a vocação agrícola e o projeto industrial.



Surgiram então grandes projetos siderúrgicos, a regionalização e o tradicionalismo. A modernização e a industrialização tiveram seu auge entre 1969 e 1980.

Enquanto isso acontecia no Estado, houve a transferência da dinâmica econômica para as regiões do Triângulo, Noroeste e Alto Paranaíba, com a estagnação do sul de Minas e a involução dos Vales do Rio Doce, Jequitinhonha, Mucuri e Zona da Mata.

Por outro lado, Sr. Presidente, nossa região, como o restante do Brasil, enfrentou mudanças institucionais ocorridas entre 1985 e 1995, tais como: 4 mandatos presidenciais; economia e política conturbadas e instáveis; uma nova Constituição, a de 1988; 7 planos de estabilização econômica; 6 moedas; hiperinflação em 1989; forte recessão em 1991; formação de um bloco comercial regional, o MERCOSUL; abertura externa em 1991; estabilidade monetária e inflação baixa, em 1994-95; congelamento de preços na época da comercialização da safra; política de juros elevados, que provocou graves crises de inadimplência no pós-Plano Cruzado, no pós-Governo Collor e no Plano Real; abertura do mercado, que arrastou a economia mineira para a crise, em função da concorrência desleal e da supervalorização da moeda brasileira; esgotamento do modelo de financiamento da agricultura, baseado no crédito rural farto e barato, que despenca dos 29,8 bilhões de reais, em 1986, concedidos a juros reais negativos, para 6,7 bilhões, em 1996, com juros corrigidos por taxas positivas e elevadas; fim da Política de Garantia de Preços Mínimos, que sustentou a modernização da agricultura centrada no cerrado brasileiro; desmembramento do programa de Abastecimento do Governo Federal e do aparato público de financiamento da agricultura; desregulamentação e



privatização; esgotamento da capacidade de investimento público; abertura econômica e MERCOSUL.

Todas essas alterações contribuíram para mudar o perfil da agricultura, nos seguintes pontos: resultados expressivos em termos de expansão da produção e produtividade: salto de 54,8 milhões de toneladas, na safra 1985/1986, para 69 milhões de toneladas, na safra 1995/1996, expandindo-se em 26%; a área cultivada com grãos decresce de 41,9 milhões de hectares, em 1985, para 33 milhões de hectares em 1995/96; eliminação de propriedades rurais: de 1985 a 1995-96, pela primeira vez, desde o Censo de 1950, constatou-se a diminuição do número de estabelecimentos agrícolas no Brasil, com a redução de 941.944 estabelecimentos.

Quero, Sr. Presidente, com esta rápida explanação, justificar nosso Projeto de Lei nº 467, em tramitação nesta Casa, que altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, propondo a inclusão dos 69 Municípios do Vale do Rio Doce na área de atuação da ADENE, ex-SUDENE, e que, com certeza, será a chave que destravará o crescimento do leste mineiro, dando aos seus Municípios as mesmas oportunidades estendidas às cidades anteriormente incluídas na antiga SUDENE: parte do Jequitinhonha, do Mucuri e do norte do Espírito Santo.

Faz-se necessário fomentar o desenvolvimento daquela região, incentivando e abrindo corredores para o escoamento da produção agrícola, respeitando e recuperando o meio ambiente.

Essa foi a pauta da reunião que tivemos ontem em nosso gabinete com a Secretária de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, Profa. Tânia Bacelar; o Presidente da Associação dos Municípios do Médio Rio Doce — ARDOCE, Prefeito Sinval Miranda; o Presidente da Associação dos Municípios da



Microrregião do Leste Mineiro — ASSOLESTE, Prefeito Firmino Gonçalves; e o Deputado João Magalhães.

Obtivemos da Secretária uma informação que nos surpreendeu: a possibilidade de que, com o projeto da nova SUDENE, ser desconsiderada a Medida Provisória nº 2.156/03, que incluiu o Vale do Mucuri na ADENE, não incluindo porém o Vale do Rio Doce.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a inclusão do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri, que já são participantes como membros na ADENE, é de fundamental importância na reestruturação da SUDENE, como também de parte do leste mineiro, que, como dissemos, ficou empobrecido durante os últimos anos.

Apresentamos à Secretária o nosso Projeto de Lei nº 467. S.Exa. comprometeu-se em estudar nossas justificativas e dar uma resposta, na próxima audiência, no dia 22, aqui, no Congresso Nacional.

A realidade do Vale do Rio Doce exige esforço conjunto e integrado do Poder Público, da sociedade, da Universidade, das escolas públicas da nossa região, para responder aos desafios econômicos, ambientais e sociais, com a reconversão histórica fundamental de produzir uma nova realidade.

Para isso, conto com a bancada do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional, assim como com todos os Deputados daquela região, para que possamos aprovar o Projeto de Lei nº 467 o mais breve possível.

Queremos agradecer a oportunidade de falar no Grande Expediente desta sexta-feira para os nobres Deputados e Deputadas e para todo o Brasil, através da *TV Câmara*.



Solicitamos o empenho de todos os nossos pares e também do nosso Governo Lula. Compreendemos a seriedade da reestruturação da SUDENE, de forma que se possa atender principalmente às regiões mais pobres do País. Por isso, esperamos que a nossa região, que muito empobreceu nos últimos anos, como dissemos em nosso pronunciamento — e falamos sobre a forma histórica com que ela foi explorada, não só econômica, mas também politicamente —, possa contar com o apoio de todos os nobres Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR



(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINA 557)



O SR. PRESIDENTE (Renildo Calheiros) - Concedo a palavra à ilustre representante do Distrito Federal filiada ao Partido dos Trabalhadores, a Deputada Maninha. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

A SRA. MANINHA (PT-DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero agradecer a V.Exa. suas palavras tão delicadas. Os nordestinos são geralmente muito delicados quando se referem a nós mulheres.

É sempre bom falar numa sexta-feira, porque podemos fazer uma avaliação do que aconteceu durante a semana e então dirigir-nos a todo o povo brasileiro, em especial ao povo do Distrito Federal, para que nessa avaliação constatem algumas situações que de fato merecem reflexão.

Sou mineira de Januária, mas moro no Distrito Federal há aproximadamente 34 anos. Sinto-me candanga. Aqui fiz minha vida, estudei Medicina e tornei-me política. Portanto, sou uma defensora da nossa Capital Federal.

No período de minha vivência política na Câmara Legislativa do Distrito Federal, no meu primeiro mandato, fui Relatora da principal CPI que aquela Casa instalou, a chamada CPI da Grilagem de Terras Públicas, no ano de 1995. Esse trabalho, Sr. Presidente, redundou num belíssimo relatório, que, mais do que contar a história da grilagem de terras públicas no Distrito Federal, demonstra cabalmente como o Poder Público se entrelaçou com bandidos, grileiros e pessoas da sociedade brasiliense para constituir o que chamamos de máfia da grilagem de terras do Distrito Federal.

É evidente que, no momento da instalação desta Capital, ocorreu o que se chamou de mudança do estado jurídico destas terras. O Estado, então, por meio de



recursos jurídicos, apossou-se delas e aqui instalou-se, e os antigos detentores da posse foram, naquele momento, indenizados.

Ora, Sr. Presidente, passados tantos anos desde aquela CPI de 1995, hoje todos os jornais do Distrito Federal e do País estampam uma notícia escandalosa: o Deputado Distrital José Edmar foi preso pela Polícia Federal como grileiro de terras públicas e membro de uma grande quadrilha.

A mim isso não causa espanto, ao contrário. Quero lembrar que algumas daquelas pessoas que estão sendo citadas hoje nas notícias que todos os brasilienses estão vendo nos jornais e na televisão já eram conhecidas há muito tempo pela Polícia, pelo próprio Governo e pelo Ministério Público; foram inclusive denunciadas no relatório da CPI da Grilagem.

Sr. Presidente, sabemos que essa história teve começo e não ficará sem fim. Tem de ter um fim, que só poderá vir se de fato o Ministério Público e a Polícia Federal, com a força-tarefa que foi constituída, possam colocar as mãos nesses bandidos.

Naquele ano de 1995 já dizíamos que havia um conluio entre o Poder Público, entre o próprio Governo do Distrito Federal e os grileiros que estavam apossando-se das terras públicas. Naquela época demonstramos no relatório da CPI e comprovamos com documentos entregues ao Ministério Público que havia uma máfia constituída com a participação de cartórios, os quais autenticavam alguns “laranjas” como proprietários de terras no Distrito Federal, inventando inclusive personagens, fazendo mortos ressuscitarem como donos daquelas propriedades, que em seguida eram vendidas por 10 milhões, 20 milhões de reais. Chegou-se ao cúmulo, de acordo com o levantamento feito por um jornalista da *TV Bandeirantes*,



de se constatar que ultrapassava 1 bilhão de reais o volume que estava sendo manipulado pelos grileiros com esse grande negócio na Capital Federal. Quero lembrar que àquela época o jornalista Fábio Pannunzio, da *TV Bandeirantes*, conseguiu, num cartório das redondezas do Distrito Federal, tirar uma documentação que lhe permitia — pasmem! — vender a Esplanada dos Ministérios num negócio, entre aspas, “legal”!

Sr. Presidente, vou citar os nomes das pessoas que estão sendo denunciadas no momento: Srs. João Sudário e Vitorino de Abreu, que formam uma quadrilha que vende terras no Distrito Federal juntamente com o Deputado José Edmar, cidadão que é sobejamente conhecido nas instâncias da Polícia do Distrito Federal e tem folha corrida. Investigamos, à época da CPI, sua tentativa de vender um condomínio chamado Tomahawk — isso consta do relatório. Esse condomínio situado às margens do Lago Paranoá, na região norte de Brasília, foi vendido. Levantamos o preço àquela época, e constatamos que a venda rendeu 34 milhões de reais. Como se vê, em 1995, tomar posse de terras públicas, vendê-las para um adquirente de boa-fé e ter um lucro líquido de 34 milhões de reais, sem intervenção do Poder Público, era um negócio fácil.

Naquela época, investigamos também o famoso Condomínio Rancho Karina, cuja negociação se tornou possível depois que um ex-Ministro do Governo, o Ministro Pacini, recebeu a concessão daquela área para ali instalar a sua chácara; acontece que o tal Ministro foi iludido por um posseiro e a partir daí estabeleceu-se o negócio. Instalou-se então o chamado Condomínio RK. O relatório da CPI denunciava tudo isso. Infelizmente, não pudemos concluir o processo, porque o prazo se expirou e a principal testemunha evaporou-se. Mas alertamos para o fato



de que esse condomínio era a ponta do *iceberg*, demonstrando que o Governo do Distrito Federal daquela época, o Governo Roriz de 1994, estava conivente com a instalação desse Condomínio RK, cujo loteador, a figura por trás de toda essa história, é o hoje Deputado Distrital Pedro Passos. Era exatamente o braço da família Passos estabelecendo-se no Distrito Federal.

Relatamos a existência de 3 grandes braços, um que atuava na região de Sobradinho, nos condomínios de Sobradinho, capitaneado por Germano Carlos Alexandre; outro na região do Lago Norte, capitaneado pelo Pastor Duarte, que não era pastor de igreja alguma, apenas um loteador que estava ficando, rico à custa do adquirente de boa-fé; outro na região do Lago Sul, capitaneado exatamente pela família Passos, pelo atual Deputado Distrital Pedro Passos.

Venho hoje a esta tribuna, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, porque, passados tantos anos, finalmente aquilo que demonstramos naquela CPI e encaminhamos ao Ministério Público começa agora a ser tratado pela Polícia Federal e pelo próprio MP. Esperamos que de agora em diante o povo do Distrito Federal não seja mais iludido por loteadores e grileiros que inclusive atuam dentro da própria Assembléia Legislativa. Esperamos também que o problema da habitação, principalmente o da classe média, seja resolvido com políticas habitacionais sérias.

Concluo meu pronunciamento, Sr. Presidente, sem utilizar todo o tempo de que disponho, dizendo apenas que a Câmara Distrital hoje tem sobre os ombros uma responsabilidade sem tamanho. Aquela Casa, tão nova, mas já com todos os vícios de uma Casa velha, agora se defronta com a realidade de ter de decidir, na próxima segunda-feira, se vai ou não relaxar a prisão do Deputado José Edmar. Se



assumir a responsabilidade pelo relaxamento da prisão de alguém que foi preso em flagrante e está sendo investigado pela Polícia Federal, ficará desmoralizada; nesse caso, à população do Distrito Federal só restará fazer um grande movimento, no sentido da moralização de um Poder para cuja existência o Distrito Federal se empenhou numa grande luta, durante muitos anos.

Lutamos muito para ter a nossa representação política. Fui eleita por 2 mandatos para aquela Casa, e como eleitora desejo continuar acreditando que a Câmara Legislativa existe para fazer a defesa do povo brasiliense. Aquela Casa não poderá ser conivente com o que está acontecendo neste momento. Cabe à Câmara fiscalizar, cabe à Câmara defender a população. Não lhe cabe o papel de ser conivente, o papel de dar liberdade a quem foi preso em flagrante, pois a imunidade parlamentar existe para a defesa da Política — com “p” maiúsculo. A imunidade não existe para proteger Parlamentar que comete um crime contra a população ou contra o cidadão.

Portanto, Sr. Presidente, creio que o dia D para a Câmara Legislativa do Distrito Federal será a próxima segunda-feira, quando espero vir a esta Casa fazer um discurso em seu louvor, não um discurso chamando a população do Distrito Federal para uma campanha de moralização, a fim de resgatar o que de ético ainda exista naquela Casa.

Não podemos ser coniventes com essa situação. E será conivência o relaxamento da prisão do Deputado José Edmar, que foi preso em flagrante e está sendo investigado pela Polícia Federal. Deixo registradas essas palavras, e pretendo, na próxima segunda-feira, registrar outras de louvor, e não de descrédito.



Quero dizer aos eleitores do Distrito Federal que estarei atenta aos fatos deste final de semana e da próxima segunda-feira, para que possamos ter, no Distrito Federal, a Política com “p” maiúsculo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Renildo Calheiros) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Professor Irapuan Teixeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PRONA.

O SR. PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA (PRONA-SP. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a esta tribuna para a leitura de um pronunciamento mais adequado, dentre outros que já fiz, sobre o que acontece hoje em nosso País.

Atualmente, o Brasil vive mais um momento delicado, de todos os que compõem sua história política.

O Governo Federal, legitimamente eleito pelo povo ordeiro que compõe a Nação, às vezes tem tomado atitudes que, por seu simbolismo, expressam formas de comportamento que podem colocar em risco a estabilidade política do País.

Entre tantas atitudes impensadas, ou talvez bem pensadas, criou apreensão o discurso de que só Deus poderia criar obstáculos à tenacidade do Governo de fazer o que quer e como quer. Nem o Legislativo nem o Judiciário seriam respeitados, veladamente implícito no discurso está essa assertiva, caso criassem óbices à vontade governamental.

Em outra oportunidade, de uma forma que até pareceu ingênua, mas que não acreditamos ser, o Presidente da República colocou biscoitos na boca de ativistas do movimento chamado de sem-terra e até, num gesto simbólico e com toda a força dos signos, aquiesceu a colocar outro símbolo daquele movimento em sua cabeça, no célebre caso do boné.



Seguindo a mesma premissa, indicada pela Exmo. Sr. Presidente de nossa República, o Procurador-Geral da União disse ontem, em entrevista ao *Diário de São Paulo*, que concorda com a invasão em terras ditas improdutivas.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, já está difícil definirmos claramente o que é um movimento ideológico-político com intenção clara de agressão à ordem estabelecida, ainda mais estabelecer no vazio um critério a respeito do que é improdutivo e do que é produtivo.

Primeiro que o conceito está errado, mesmo na visão daqueles que usam o termo. Segundo que a invasão de qualquer propriedade privada é condenada pela própria Constituição brasileira.

Mas, vejamos, Sr. Presidente, terra improdutiva é aquela que não produz. Então, para que o Governo quer fazer reforma agrária em terra que nada produz? Para que o movimento chamado de sem-terra quer a reforma em terras que não produzem?

Se o próprio conceito já está errado, imaginem incentivar pessoas a invadirem propriedades a bel-prazer, sem terem essas pessoas e os próprios incentivadores clareza quanto ao uso da terra, aos meios de uso dessa terra, às formas de uso dessa terra, etc.

Terras para reforma agrária têm que ser as terras inaproveitadas, somente aquelas que seus proprietários tenham deixado em abandono: não as usam; não plantam; não criam gado; estão acéfalas. Estas, sim, estariam passíveis de reforma agrária. Está cheio desse tipo de propriedade em nosso País, inclusive terras sob a guarda do próprio Governo.



Definindo-se claramente que tipo de terras seriam passíveis de desapropriação para reforma agrária, caberia, então, ao Governo, e a nenhuma outra instituição autodesignada como defensora de sem-terra, implantar um projeto de redistribuição de áreas para legítimos trabalhadores, legítimos plantadores, e não aproveitadores de oportunidades, aliciados, proprietários urbanos e/ou possuidores de bens outros que se constituem em patrimônio pessoal e não os habilitam à condição de pobreza ou falta de oportunidade para o trabalho ou para desenvolver meios para seu sustento.

Vi, Sr. Presidente, pequenos proprietários urbanos sendo aliciados para a invasão de terras, em reportagem feita por uma tevê brasileira. Vi, Sr. Presidente, chegarem para a invasão de terras pessoas em veículos motorizados de uso próprio, com a clara intenção da Lei de Gerson: tirar vantagem em tudo. Isso, sim, Sr. Presidente, deve preocupar aqueles que são os responsáveis em garantir a lei e a ordem em nosso País.

A terra, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, deve ser redistribuída a quem efetivamente conheça o trabalho a ser feito, a quem tenha vivência nas lides do campo, a quem não a utilizará para prover meio imediato de ganho ao revendê-la tão logo a receba, ou a abandone por falta de competência e/ou conhecimento daquilo que se propôs, talvez, a fazer.

Sei que aqueles que compõem o Governo, aqueles que são responsáveis pela garantia da lei e da ordem em nosso País estão atentos a tudo isso que dissemos e que os deslizes cometidos podem ser sanados com decisões firmes, que garantam o respeito e a ordem em nosso País. Que aqueles trabalhadores que realmente não tenham emprego, que necessitem de meios para o trabalho, sejam



olhados com atenção redobrada. E que aqueles que querem incitar a desordem e a baderna não mais tenham a atenção do Governo do País, legitimamente eleito pelo nosso povo para garantir-lhe a tranqüilidade, o direito à sua propriedade, o direito à sua liberdade, enfim, o seu legítimo e inalienável direito de ser cidadão.

Agradeço ao Deputado Almir Sá, próximo orador do Grande Expediente, a oportunidade.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Renildo Calheiros) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Almir Sá.

O SR. ALMIR SÁ (PL-RR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muito prazer que hoje ocupo esta tribuna, para falar sobre a complexidade da questão fundiária em Roraima.

Pelo que se ouve constantemente nos pronunciamentos feitos nesta Casa, os problemas fundiários se arrastam nos 4 cantos do País. Mas o caso de Roraima é especial, porque só com a Constituição de 1988 o antigo Território transformou-se em Estado. A situação em que se encontra Roraima é preocupante: temos a questão fundiária, a indígena, áreas de preservação ambiental e áreas de interesse militar. O Estado passa hoje por grandes dificuldades no setor agropecuário, sua maior vocação.

Com grande potencial para a atividade agropecuária, o Estado de Roraima, desde sua criação, em 1988, com a promulgação da Constituição, vem sofrendo, ao mesmo tempo, ações ambíguas que tornam seu desenvolvimento lento, quiçá inerte, tudo decorrente de questões fundiárias, e a luta entre facções, manipuladas por organismos internacionais, que desejam abocanhar grandes áreas de terras produtivas e de vocação mineral.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tivemos 2 períodos na história do Estado de Roraima: antes e depois da época de ouro da mineração nas áreas indígenas, e de pretensão pela FUNAI.

Nosso povo, acostumado com a riqueza pujante da época dos garimpeiros, nossa população, inchada com a prática de políticas eleitorais, viu-se entregue às esmolas do Governo Federal, já que inexistia ação concreta no sentido de trazer o



desenvolvimento para a região, com a atração de indústrias em diversas áreas e o fortalecimento do setor rural.

Sofremos hoje os efeitos da ação de pessoas como o ex-Presidente Fernando Collor, que, em 1990, em visita a Boa Vista, prometeu a toda a sociedade que não iria demarcar a reserva ianomâmi e assim mesmo o fez quando recolhido ao conforto do avião presidencial. Foram 9,6 milhões de hectares de terras entregues a pouco mais de 6 mil índios, que servem hoje de pára-choque aos anseios de desenvolvimento da sociedade, enquanto que milhares de pais e mães de família sofriam o desespero de ver suas fontes de renda lhes serem tomadas de chofre e, ao mesmo tempo, sentiram o desgosto de serem tratados como bandidos, tal como o foram no início da Operação Ianomâmi, em 1993, quando milhares de garimpeiros foram presos como malfeitores e passaram meses “hospedados” na Polícia Federal de Roraima.

Toneladas de ouro estão hoje no subsolo, sem exploração e à mercê das organizações não-governamentais que atuam na região, sobre as quais recai a suspeita da prática de biopirataria. Enquanto a maior parte do povo passa necessidade, e até fome.

A área indígena Raposa/Serra do Sol é hoje objeto de desejo de inúmeras organizações não-governamentais, que, sob o falso dogma de defesa dos direitos de sobrevivência desses povos, vêm tolhendo relações fraternais que existiam entre as populações indígenas e ditas “brancas”. Nesse local, Sr. Presidente, moram centenas de fazendeiros e pequenos produtores, vejam bem, há mais de 100 anos, tendo sido essas pessoas os bandeirantes da colonização do verdadeiro extremo norte do Brasil. Mas, com a “incitação” à guerra que hoje é feito por ONGs



estrangeiras e pseudo-igrejas, conflitos inter-raciais se multiplicam em nosso Estado, colocando em xeque gerações e mais gerações de convivência pacífica.

Assim aconteceu com a Reserva São Marcos: após anos de luta para a demarcação da reserva pela FUNAI, não somente os índios, como patrimônios culturais e históricos de nosso Estado estão em completo abandono.

Na reserva em questão, como em todas as demais existentes no Estado, a ação dos funcionários da FUNAI em benefício das populações é quase que inexistente, porque postos médicos e escolas são mantidos com recursos do Governo Estadual. Não obstante tais acontecimentos, na atualidade, o povo de Roraima não pode mais ter acesso a certos pontos do Estado, pois é impedido pela FUNAI.

Vale fazer o seguinte parêntese com relação a tal fato: hoje em dia, não existem mais os chamados índios nativos e selvagens em Roraima. Vivem em Roraima os chamados caboclos, em sua grande maioria alfabetizados e que até ocupam cargos de destaque. Já tivemos índio Prefeito, índio Vereador, temos um Secretário índio e até um Parlamentar com ascendência indígena, o Deputado Federal Dr. Rodolfo Pereira.

A área Raposa/Serra do Sol agrega 3 Municípios de Roraima: Pacaraima, Uiramutã e Normandia, todos em áreas de fronteira. Na região, encontra-se um dos maiores pólos de produção de arroz irrigado, custeado por empresários que lá trabalham há mais de 20 anos. Sr. Presidente, é importante registrar que essa é uma das maiores produções do grão por hectare do Brasil, superando até mesmo a do Rio Grande do Sul. O arroz é exportado para o Amazonas, além de abastecer o Estado de Roraima.



Com a pretensão da FUNAI de demarcar a área Raposa/Serra do Sol de forma contínua, sem excluir os Municípios ali encravados, e as rodovias federais, dentre outros aparelhos públicos e privados, chega-se ao cúmulo de podar o direito de toda a população de crescer com o suor de seu trabalho.

Estamos em momento crucial de nossa existência como unidade federada da Nação brasileira e, como tal, devemos ser tratados com o devido respeito.

Já tivemos a oportunidade de recepcionar os então Ministros da Justiça Maurício Corrêa e Nelson Jobim, que não chegaram a um consenso que satisfizesse as partes envolvidas na questão. Até mesmo o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando de sua visita ao Estado para assinatura do acordo com a Venezuela para a construção do Linhão de Guri, foi colocado a par dos problemas. É premente a necessidade de se pôr um ponto final em toda essa contenda, que inviabiliza o desenvolvimento da região.

Famílias de fazendeiros que viviam na região em litígio há mais de 100 anos, que desbravaram o interior, firmaram suas terras e ajudaram a colonizar o Estado, foram retiradas sem as devidas e justas compensações financeiras pelo patrimônio que ali edificaram.

Muitos projetos de desenvolvimento, investimentos externos e até de brasileiros, deixaram de ser implementados pela incerteza quanto à questão fundiária e indígena, porque hoje em dia não sabemos se é válida a máxima expressa em nossa Constituição que exalta a igualdade de direitos entre todos os cidadãos, visto que todos têm o direito à terra, de que tudo provém.

A falta de definição que atenda aos interesses de todos os envolvidos no processo inviabiliza o investimento econômico e social em políticas públicas sérias.



E, para tal objetivo ser alcançado, tem o setor agropecuário papel relevante nesse contexto.

Precisamos ter sob o controle do Poder Executivo Estadual as terras do Estado para titulação, porque a falta de título definitivo emperra o acesso de produtores e empresários de vários setores ao crédito bancário.

Sr. Presidente, é importante registrar o seguinte: o Estado de Roraima ainda não tem suas terras. Desde 1988, a União não transferiu para o Estado o seu grande patrimônio, suas terras para titulação.

Precisamos definir o que é terra indígena ou não, para que se possa trilhar nesse caminho, sem incerteza, dando a César o que é de César. Mas que isso seja feito de forma justa e equilibrada, não para atender aos caprichos de organizações não-governamentais estrangeiras, que advogam em causa própria, que é a dominação da Amazônia, em virtude de sua biodiversidade e do potencial mineral e madeireiro, sobrepostas ao povo que aqui vive e coloniza a região.

A área ianomâmi aumentou ao longo dos anos, a ponto de não respeitar as próprias informações dadas por meio de certidões negativas. Com a criação do Distrito Agropecuário de Caracaraí, o INCRA recebeu resposta por intermédio de certidão que afirmou que aquela área não era pretendida pela FUNAI.

Não obstante a problemática indígena, vemos agora as consequências de tais atos, que atingem centenas e centenas de famílias produtoras no sul do Estado de Roraima. Essas pessoas já foram tiradas de suas terras no norte, foram se acomodar no sul e agora também estão sendo expulsas de lá pelo INCRA, Sr. Presidente, conforme relatamos nesta tarde.



Com o advento da expansão dos fazendeiros nas áreas indígenas e a ausência do INCRA em acomodar os fazendeiros, diria até aceita pacificamente pelos Superintendentes do INCRA anteriores, os fazendeiros e imigrantes ali assentados, alguns até mais privilegiados, passaram a adquirir lotes nos assentamentos da reforma agrária, sem obstáculos, em alguns casos tornando-os fazendas com mais de mil hectares, o que se deu de forma natural, com o objetivo de acomodar milhares de cabeças de gado que haviam sido expulsas das comunidades indígenas, não tinham aonde ir e naturalmente foram se acomodando em pastos nas áreas de reforma agrária.

Hoje, os pecuaristas estão ameaçados por ação reivindicatória ajuizada pela Procuradoria do INCRA, na tentativa de barrar uma atividade que gera empregos e renda. Eu pergunto: para quê, Sr. Presidente? Em Roraima, não existe sem-terra; em Roraima existe terra para todos. Talvez seja um dos poucos lugares do Brasil nos quais podemos dizer que não há esse problema, porque o conflito existente é aquele criado pelo próprio INCRA.

Será que hoje em dia não se pode trabalhar honestamente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados? Os pecuaristas ameaçados reivindicam o direito à propriedade de suas posses, questionando as regras ditadas, que perdem valor com o passar do tempo, referindo-se aos contratos de compra e venda que os proprietários possuem. Cinco proprietários foram despejados, sob a mira de metralhadoras da Polícia Federal, por liminar da Justiça Federal. São pessoas que moram lá há 20 anos e que detêm quase 500 reses. Outros estão sendo despejados, centenas, por meio de ações reivindicatórias. É o contrário do que



ocorre em outras regiões do Brasil e vai criar um grande problema em todos os assentamentos do INCRA, porque todos enfrentam tal situação.

Há uma resolução do INCRA que impede a titulação de mais de 100 hectares para cada colono. Com 80% de reserva, de acordo com medida provisória que dita esse fim, só resta 20% dessas áreas, o que não representa nada para quem mora numa região tão distante, Sr. Presidente. Isso causará um grave problema, porque, com o tempo, tais propriedades foram se juntando e formando propriedades maiores em que estão mais de 200 mil cabeças de gado.

A Superintendência do INCRA se defende ao dizer que as ações são originárias da década de 90, sendo a decisão da Justiça Federal acionada pela Procuradoria do Instituto.

Sr. Presidente, a questão é séria: pode ocorrer um desastre econômico e social em Roraima, sem precedentes, em que não haverá como acomodar milhares de cabeças de gado.

Não obstante a necessidade de se defender que a situação seja adequada às leis que regem a sociedade, é preciso priorizar o bom senso, porque, se de um lado são os índios que querem solapar mais de 55% do Estado, do outro, estão as instituições voltadas ao desenvolvimento agrário que agem contra seus princípios e criam problemas nas áreas de assentamento. Nesse fogo cruzado está comprometido o desenvolvimento agropecuário de Roraima, base de nossa economia. Será que mais uma vez nossos pecuaristas e produtores terão que vagar sem rumo em busca de um rincão para plantar e construir o desenvolvimento de sua terra? Quem vai ressarcir-los dos prejuízos decorrentes dessas ações?



Já foram prejudicados, expulsos do norte, agora vão ser expulsos do sul, porque o Estado de Roraima não possui terras para dar ao seu povo. As únicas terras que possui estão em poder da União, do INCRA, que só titula 100 hectares, dos quais só se pode usar 20 hectares. Onde se assentarão milhares de cabeças de gado, que provêm dos tempos da colonização?

Sr. Presidente, na qualidade de representante do povo de Roraima e defensor da agricultura do meu Estado, apelo ao bom senso dos nossos administradores no Governo Federal, para que haja justa demarcação das terras de Raposa/Serra do Sol, respeitando-se os Municípios existentes, as estradas e as fazendas produtivas, onde milhares de hectares podem acomodar perfeitamente grandes reservas para os indígenas; respeitando-se a boa convivência de centenas de anos de colonização, o que permitirá a estada das fazendas produtivas da região, dando-lhes direito à titulação. Que igualmente se resolva, de forma definitiva, a demarcação das demais áreas indígenas pretendidas, da mesma forma respeitando as fazendas produtivas próximas àquelas áreas, para tornar possível a titulação das referidas propriedades, com o objetivo de gerar estabilidade ao processo de colonização do Estado.

Quando da visita do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a Roraima, em junho passado, sugerimos a transferência ao Governo do Estado das terras da União que estão sob o comando do INCRA, excluindo-se, evidentemente, toda a terra indígena, em especial a região sul do Estado, abrangendo os Municípios de Rorainópolis, São Luís, São João da Baliza e Caroebe, para que eles possam titular seus respectivos proprietários, sem a caracterização e as exigências dos



assentamentos do INCRA. Com esse efeito, permitir-se-ia a acomodação de uma situação e dar-se-ia agilidade ao processo de desenvolvimento da região.

Solicitamos também a realização de estudos sobre a situação fundiária de Roraima que, com a apresentação de documentos e mapas, possibilitem ao Ministro formar concreta opinião sobre a verdadeira situação física do Estado de Roraima, para que com isso possa tomar decisões pautadas na verdade e, sobretudo, definir por vez os conflitos fundiários dessa região.

Para isso, sugerimos a criação de uma comissão interministerial, composta por membros dos Ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente, com a participação do Governo do Estado de Roraima, com o objetivo de levantar todos os dados necessários das áreas de assentamento, áreas já colonizadas, reservas de meio ambiente já decretadas oficialmente, áreas pertencentes ao Exército, áreas de rios, lagos e matas ciliares, bem como áreas alagadas no inverno e no verão, áreas indígenas e áreas de montanhas. Ao final, teremos a real visão das terras de nosso Estado, que tem sob a pretensão de área indígena áreas de proteção ambiental e de controle da União, totalizando mais de 55% de seu território, fato este que inviabiliza qualquer pretensão de desenvolvimento. Temos a preocupação de achar um espaço para a viabilidade do desenvolvimento de Roraima.

Excluindo-se as áreas indígenas e todas que relatei anteriormente, sobra para o Estado, aproximadamente — pasmem, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados —, 7%, talvez menos. Para V.Exas. terem uma idéia, imaginem se apenas 7% do Estado de São Paulo fosse colonizado. Essa a verdadeira realidade hoje do Estado



de Roraima, o que dificulta o progresso do Estado e, sobretudo, desestimula novos investimentos.

A sociedade civil organizada em Roraima apela para o senso de justiça de seus representantes, a fim de que o setor produtivo possa ter um montante de área mais justo para seu desenvolvimento, uma vez que áreas acima especificadas caracterizam-se como de proteção ao meio ambiente, não havendo prejuízo em possibilitar a preservação das áreas de produção existentes e outros espaços para sua expansão, desde que a União transfira as terras para o Estado de Roraima colonizar, a fim de possibilitar o atendimento dos pequenos, médios e grandes e transformar aquela região do Brasil num ponto especial de exportação de soja e milho para os países limítrofes.

É extremamente importante, Sr. Presidente, conciliar os investimentos que querem ir para Roraima, para transformar milhares de hectares em áreas de produção, gerando emprego e renda e acabando com a história do emprego de contracheque, grande mal que atualmente ocorre em nosso Estado.

Encerro minhas palavras, Sr. Presidente, pedindo ao Ministro do Desenvolvimento Agrário e ao Presidente do INCRA que façam uma reflexão, a fim de que tratem Roraima de forma especial, diferente da Amazônia, mesmo estando dentro daquela vasta região. Faço um apelo para que, após os estudos, transfiram-se para o Governo daquele Estado as terras que são legítimas do nosso povo, para que elas possam ser colonizadas decentemente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O Sr. Renildo Calheiros, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Almir Sá, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Almir Sá) - Concedo a palavra ao último orador inscrito para o Grande Expediente, nobre Deputado Renildo Calheiros, do PCdoB de Pernambuco. S.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Almir Sá, é uma enorme satisfação usar a palavra em sessão presidida por V.Exa., que tão bem representa a população de Roraima nesta Casa.

Assomo à tribuna nesta tarde para tratar da reforma política, porque, de todas as que estão em debate no Congresso, considero atualmente a mais importante. É uma pena que as páginas dos jornais e o noticiário das televisões só encontrem espaço para as reformas previdenciária e tributária.

A reforma política poderá dar configuração mais democrática à sociedade brasileira, pois trata do nosso sistema político e eleitoral, da vida e do funcionamento dos partidos políticos, portanto, é de vital importância para o País e, por isso, precisa ocupar maior espaço na mídia.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Renildo Calheiros, permite-me V.Exa. um aparte?

O SR. RENILDO CALHEIROS - Ouço, com muito prazer, o Deputado Mauro Benevides, que engrandece o Parlamento nacional, ilustre representante do povo do Ceará e que em seu vasto currículo político já presidiu o Congresso Nacional.

O Sr. Mauro Benevides - Muito grato pela encomiástica referência de V.Exa. a este companheiro de trabalhos na Câmara dos Deputados. Essa observação com a qual inicia o seu pronunciamento na tarde de hoje já foi objeto também de pronunciamento anteriormente feito. E ontem, no programa de debates da *TV Câmara*, tive o mesmo posicionamento de V.Exa. Causou-me estranheza que,



quando da discussão das reformas tributária e previdenciária, assistamos a uma omissão sem qualificação alguma da reforma política no quadro global das discussões no País. V.Exa., em Alagoas, eu, no Ceará, e o Deputado Almir Sá, em Roraima, seremos cobrados pelos nossos correligionários diante da nossa inação, da nossa desídia, da nossa omissão e até da nossa negligência em deixar de debater, de discutir ou de propor soluções adequadas para a conjuntura política ou partidária do nosso País. Sabe V.Exa. que integro — salvo engano, V.Exa. também — a Comissão de Reforma Política. Até agora, não conseguimos nos fixar em pontos consensuais que permitissem a apreciação de 2 ou 3 projetos que sinalizassem para a intenção de promovermos a reforma política. Ao chamar a atenção da Casa para essa omissão, V.Exa. conta com minha solidariedade e, muito mais do que isso, com meu propósito de trazer tantas vezes quanto necessário for essa matéria a debate, no Plenário ou nas Comissões, a fim de conscientizarmos as lideranças de todas as bancadas para a aprovação da reforma política, inadiável até mesmo como imposição da realidade brasileira.

O SR. RENILDO CALHEIROS - Agradeço ao Deputado Mauro Benevides o aparte.

A reforma política possui alguns temas que têm sido debatidos, a meu ver, com um viés conservador. É comum escutarmos e lermos algumas opiniões que não encontram aderência na realidade política brasileira. Em primeiro lugar, não concordo com essa visão de que o Brasil é um país que não possui um sistema político democrático. Sou um otimista de opinião contrária. Acho que a democracia brasileira é florescente, que o Brasil vem dando passos seguros no caminho da sua construção e consolidação. Se não, vejamos. Durante décadas, o Brasil conviveu



com o fantasma das fraudes nos processos eleitorais. Quem estuda a história política brasileira encontra, com muita frequência, um questionamento duro com relação aos resultados das eleições realizadas no Brasil. Nesta Casa, muito se debateu sobre esse tema.

O que temos hoje? O Brasil possui um dos sistemas eleitorais mais eficientes do mundo. O Brasil se dá ao luxo de realizar uma eleição para Presidente da República, Governadores de Estado, Senadores da República, Deputados Federais e Deputados Estaduais, e, na mesma noite do pleito, a Nação inteira conhece o resultado. E não há um único questionamento de fraude. Esse é um tema que foi abolido das eleições no Brasil.

Na maior potência econômica, política e militar do mundo, os Estados Unidos, a eleição do Presidente George W. Bush ainda hoje é questionada, primeiro, porque se trata de um presidente que se elegeu sem conquistar a maioria dos votos. Segundo, porque a eleição foi decidida pelo Poder Judiciário.

Se alguns votos fossem recontados nos últimos distritos a encerrarem as apurações, o Presidente dos Estados Unidos hoje seria Al Gore e não George Bush. Essa é uma experiência que a democracia brasileira vai desenvolvendo e uma lição que vai dando ao mundo.

Poderia levantar mais uma questão que tem preocupado muito a Comissão de Reforma Política, mas que, no meu entender, diz respeito aos grandes partidos e não tem conteúdo democrático, a insistência dos grandes partidos em aprovar projeto de lei estabelecendo a fidelidade partidária. Sou a favor da fidelidade partidária. A democracia precisa de partidos fortes, mas não apenas disso. É preciso



uma forte convicção democrática na sociedade brasileira. Fidelidade, sim, mas sem autoritarismo.

O que diz a Constituição brasileira sobre a fidelidade partidária? A meu ver, o Constituinte brasileiro foi sábio ao colocar a fidelidade como princípio constitucional que deve vigorar nos partidos políticos. Porém, a mesma Constituição que estabelece a fidelidade partidária também assegura a autonomia dos partidos, ou seja, ela remete a questão da fidelidade partidária para o estatuto da agremiação, o estatuto do partido político, para que o partido trate a questão como prevalecer a convicção de seus membros.

O que ocorre quando a Constituição trata dessa maneira? O meu partido, o PCdoB, adota a fidelidade partidária, o Partido dos Trabalhadores adota a fidelidade partidária, os grandes partidos, principalmente PFL e PSDB, não a adotam. Por quê? Porque não querem a fidelidade partidária nos seus estatutos, mas ela está autorizado pela Constituição brasileira.

Por que eles não colocam a fidelidade partidária nos seus estatutos? Porque, a rigor, não funcionam como partidos políticos. Eles querem a fidelidade, mas não querem colocá-la nos seus estatutos. Eles querem a fidelidade na legislação porque o objetivo não é o da fidelidade, e sim o engessamento do quadro partidário brasileiro, e aí está o risco.

Por quê? Porque a democracia em nosso País é florescente, ainda não está consolidada, está se desenvolvendo, e não devemos ter uma legislação que seja rigorosa demais, que regule em excesso, porque isso vem em prejuízo da renovação política e da alteração do próprio quadro partidário.



O PT, há 10, 12 anos, era um partido pequeno; hoje é o maior partido do País. Tal quadro se modifica, se altera de acordo com aquilo que a sociedade vai entendendo e achando em cada momento.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Renildo Calheiros, V.Exa. praticamente me traz à colação, a partir do momento em que se reporta à elaboração da chamada Carta cidadã, já que me considero extremamente honrado por haver sido partícipe da elaboração da nossa lei fundamental, exercendo, inclusive, a responsabilidade de substituir o Presidente Ulysses Guimarães nas suas eventuais ausências, na condição de Primeiro Vice-Presidente da Mesa da Assembléia. Por isso, sinto-me no dever de explicar a V.Exa. a razão pela qual o dispositivo alusivo à fidelidade partidária não assumiu aquele aspecto coercitivo a que V.Exa. se reporta, considerando que, por essa via, daríamos, digamos assim, mais grandiosidade aos partidos políticos e mais obrigação àqueles que a eles se filiassem. Explico a V.Exa., Deputado Calheiros, o que ocorreu: a carta foi elaborada numa fase de transição entre o autoritarismo de tantos anos e o período de José Sarney, que assinalava para o nosso reencontro com o Estado democrático de Direito, o que veio a ocorrer com a promulgação da nossa Constituição, no dia 5 de outubro de 1988. Então, o Relator-Geral, Bernardo Cabral, com quem discutimos seguidas vezes, defendeu o ponto de vista de que deveríamos oferecer flexibilidade para que as correntes políticas, dentro dos seus procedimentos ideológicos, pudessem se somar no momento adequado para formar estruturalmente um partido político. É por isso que não se deu à fidelidade essa seriedade, esse aprofundamento a que V.Exa. praticamente alude no seu brilhante pronunciamento



desta tarde. O que aconteceu foi exatamente isso, daí a diversificação. Pensávamos, no primeiro momento, que com essa flexibilização chegaríamos ao pluripartidarismo. Hoje vivemos sob a égide do multipartidarismo, já que temos 30 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. V.Exa. se recorda de que na nossa Comissão de Reforma Política, para que conhecêssemos o pensamento de todas as agremiações, propus — em determinado momento esse debate se tornou mais acalorado, V.Exa. estava presente — a audiência de todos os presidentes de partidos, pequenos, médios e grandes, para que reuníssemos aquilo que pudesse significar o consenso nas alterações a serem procedidas na legislação eleitoral. Era o esclarecimento que me sentia no dever de fazer a V.Exa., numa alusão à elaboração constitucional de 1987/1988.

O SR. RENILDO CALHEIROS - Agradeço, mais uma vez, Deputado Mauro Benevides, a V.Exa. a contribuição, não apenas neste debate, mas também na elaboração de nosso texto constitucional.

Essa matéria da fidelidade cabe aos partidos e respeita o princípio da autonomia partidária. Por que certos partidos não estabelecem, no seu estatuto, o mecanismo da fidelidade? Vamos fazer uma reflexão. Há quem diga que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que governou este País por 8 anos, não fez reforma política. Ele fez a reforma política que lhe interessava, infelizmente.

Quando precisou que esta Casa mudasse a Constituição para lhe permitir a candidatura à reeleição, ele mobilizou o Governo, mobilizou a opinião pública, pressionou o Congresso e acabou aprovando o instrumento da possibilidade de reeleição. Ou seja, ele fez a reforma política que lhe interessava. Por que há 6, 8, 10 meses, o Partido do Presidente da República, o PSDB, não pressionou para que se



aprovasse uma legislação estabelecendo a fidelidade partidária? Porque não lhe interessava, porque essa é uma característica do quadro político brasileiro.

O Brasil é um país que, pela sua conformação, pela sua geografia política, está determinado ao exercício dos governos através das frentes políticas. Foi assim que todos os Presidentes governaram o País. E tem de ser assim hoje. Como o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, eleito com votação estupenda, faria para governar o País, para aprovar matérias no Congresso Nacional se não fosse possível a formação de frentes políticas? O Partido do Presidente tem 91 Deputados, esta Casa tem 513. Como fazer a maioria? Imaginem, agora, que existisse em nossa legislação a fidelidade partidária e que o PSDB, o PFL e o PMDB reunissem seus Diretórios Nacionais e tomassem posições contra certas políticas importantes para o desenvolvimento, para assegurar a estabilidade da economia, para assegurar a governabilidade. O País estaria num impasse, porque, com a fidelidade partidária, os Deputados teriam de acompanhar a decisão das suas executivas, sob pena de perderem os mandatos.

Como conquistar a maioria política? Os ex-Presidentes da República Fernando Henrique Cardoso, José Sarney e Itamar Franco compreenderam isso e não aprovaram a fidelidade partidária. Essa questão torna nosso País diferente de outros. Além disso, nossos acadêmicos não podem pretender que nossa legislação sobre o sistema político e eleitoral seja a cópia da legislação de países europeus, porque o Brasil não tem nada a ver com a Europa. Precisamos entender isso, porque não é ruim, pelo contrário, é muito bom. Conhecer a realidade brasileira e nossas raízes deixa-nos em melhores condições de criarmos uma legislação que incorpore melhor nossas necessidades, porque precisamos responder não à



realidade da Alemanha, mas à realidade brasileira, com o potencial, a cultura e a diversidade existentes no Brasil.

Sr. Presidente, não é correto afirmar que este País possui muitos partidos políticos. O Brasil não possui muito partidos políticos. Julgar o quadro partidário brasileiro exagerado é julgar exagerada a pluralidade da sociedade brasileira, porque devem existir tantos partidos quantos a sociedade queira formar. Quem determina o tamanho de um partido político é a sociedade. É ela que vota no candidato, elege os Parlamentares de um determinado partido e faz um partido ser grande hoje e pequeno amanhã. É ela que pega um partido pequeno e o transforma em partido médio. É ela que pode transformar um partido médio em partido pequeno. Esse é um direito da sociedade, e ela deve ter tantas opções quantas queira, para exatamente escolher os Parlamentares, os representantes, os governantes que melhor expressem o seu pensamento, o seu ponto de vista, o seu sentimento nas eleições.

Assim, a sociedade vai dizendo quem governa, quem cresce e quem diminui. Esse é um direito da sociedade, que não lhe pode ser retirado, sob pena de o Brasil enveredar pelo caminho de uma legislação autoritária, que visa impedir a renovação política, a renovação dos quadros políticos, e que visa também engessar nosso quadro partidário. Tal como fizeram alguns países onde sempre existem 2 ou 3 partidos e a sociedade não se sente representada por eles, mas não tem alternativa, porque a legislação não lhe permite manifestar-se de maneira diferente.

Ouçó, com prazer, novamente, o Deputado Mauro Benevides, apenas lembrando que o meu tempo está-se acabando e eu preciso concluir o meu pronunciamento.



O Sr. Mauro Benevides - Eu quero apenas, nobre Deputado Renildo Calheiros, dizer que V.Exa. foi um exegeta absolutamente preciso daquilo que eu pretendi naquele requerimento apresentado à Comissão de Reforma Política, com a presença de V.Exa., no instante em que se abriu o leque de consulta a todos os partidos políticos, a fim de que eles se manifestassem, pequenos, médios e grandes. Com isso, poderíamos extrair aquelas ilações que nos encaminhassem para reformular uma legislação que é reconhecidamente obsoleta e que precisa ser modernizada. Se já temos instrumentos que mostram a nossa competência, como as urnas eletrônicas, como V.Exa. bem ressaltou, como vamos viver nessa estrutura do multipartidarismo, com influência do poder econômico e com outras distorções do processo? V.Exa. interpretou muito bem o que pretendi com aquela ausculta a todos os partidos registrados na Justiça Eleitoral. Muito obrigado.

O SR. RENILDO CALHEIROS - Agradeço, mais uma vez, ao nobre Deputado Mauro Benevides.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no quadro partidário atual, estamos assistindo a vários Parlamentares saírem do Partido da Frente Liberal e do Partido da Social Democracia Brasileira, pois não mais se satisfazem em estar fazendo parte deles.

V.Exa., nobre Deputado, poderia dizer: se eles saem com tanta facilidade desses partidos, é porque nunca pertenceram a esses partidos de fato. Eu concordaria com V.Exa., porque esse é o problema dos grandes partidos políticos do Brasil. O que fez o PFL, por exemplo, na eleição presidencial? No primeiro turno, metade apoiou José Serra e a outra metade se dividiu entre Ciro Gomes e Lula. No



segundo turno, metade ficou com Lula e a outra metade ficou com José Serra. Evidentemente, isso não é posicionamento de partido político.

Agora, o PFL, o PMDB e o PSDB querem impedir o crescimento do PTB, do PL, do PPS e do PSB, todos partidos médios que estão crescendo nesta Casa. Ou seja, eles estão morrendo com seu próprio veneno, porque criaram essa legislação para beneficiá-los quando estivessem no Governo. Agora eles não estão no Governo e estão desesperadamente querendo mudar a legislação a toque de caixa, o que não podemos aceitar.

Esse é um debate que precisa ser travado amplamente pelo Congresso Nacional e pela sociedade brasileira, porque não se trata de uma questão menor, mas da democracia brasileira.

Sr. Presidente, sabemos que construir uma democracia abaixo da linha do Equador não tem sido uma tarefa fácil, principalmente para nós, da América do Sul. Com quantas ditaduras nosso País já conviveu, com quantas ditaduras nosso continente já conviveu? Talvez estejamos agora no melhor período da vida democrática do Brasil em toda a sua história. Mas precisamos desenvolver essa democracia, precisamos consolidá-la, não podá-la. Não devemos ter medo de democracia, devemos ter medo do autoritarismo. Não devemos ter medo do debate, nem do crescimento dos partidos políticos, porque só vão crescer os partidos que tiverem votos, e se tiverem votos é porque estarão correspondendo às expectativas da sociedade ou, pelo menos, neles a sociedade estará depositando suas aspirações.

Ouçó, com atenção, o aparte do Deputado Bispo Rodrigues.



O Sr. Bispo Rodrigues - Nobre Parlamentar, eu estava na Liderança do PL, ouvindo atentamente seu pronunciamento. Estamos brincando como Maria Antonieta brincava com o povo francês: ela jogava brioques enquanto o povo faminto pedia a solução de problemas. Agora mesmo, queremos incluir nesta convocação extraordinária assuntos da reforma política. Pergunto: em que a reforma política vai melhorar a vida de 40 milhões de necessitados? Que emprego será criado com a reforma política? Ela vai reduzir a taxa de juros? Em que percentual? Os caciques partidários, desde a época do PSD, da ARENA e do MDB, sempre fizeram reformas políticas para continuarem mandando. E essa reforma, como está sendo tratada, de maneira açodada, truculenta e antidemocrática, vai aumentar mais ainda o poder dos caciques, dos donos de partido. Sim, porque partido tem dono. Nós, do Partido Liberal, estamos contra isso, porque a convocação extraordinária serve para debater assuntos pertinentes à grave situação que o País enfrenta, herdada de Fernando Henrique, e não para a sobrevivência do PSDB e do PFL. Líderes do PFL estão dizendo pelos corredores que é preciso fazer logo a reforma, caso contrário não sobrará ninguém para apagar a luz, porque estão a cada dia perdendo mais Parlamentares. Não podemos querer fazer uma reforma para resolver o problema de 2 ex-grandes partidos, que ficarão do tamanho que merecem ficar. Também querem colocar nesta convocação a discussão do financiamento público de campanha. Querem dar 1 bilhão para os partidos políticos. Mas não se debate como será a fiscalização da doação desse dinheiro, como será a sua divisão entre os partidos. O funcionário público, após 7 anos sem reajuste, recebeu agora 1%, não conseguimos aumentar de maneira justa o salário mínimo, mas querem destinar 1 bilhão do orçamento para os partidos políticos. Ora, senhores presidentes de partido, o Brasil



não comporta mandar mais 1 bilhão dos recursos que não temos para os partidos políticos. Precisamos pensar 2 vezes se um país miserável como o nosso pode entregar 1 bilhão, a cada eleição, para os presidentes de partido gastarem a seu bel-prazer.

O SR. RENILDO CALHEIROS - Agradeço o aparte, Deputado Bispo Rodrigues. O PL, partido de V.Exa., tem sido um dos alvos preferenciais do PSDB e do PFL nessa grande cruzada que desenvolvem para restringir a democracia no Brasil. Nosso País não precisa de menos democracia. Ao contrário, precisa de mais democracia.

Nosso sistema político deve, exatamente, conformar os mecanismos para superarmos os impasses, para vencermos as crises, para ultrapassarmos as dificuldades, e não buscar mais obstáculos na legislação, o que levaria o País a crises políticas com desfechos completamente desconhecidos.

Mais democracia, e não menos, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Almir Sá) - Concedo a palavra pela ordem ao Sr. Deputado Bispo Rodrigues.

O SR. BISPO RODRIGUES (PL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, deixo registrado um protesto, como Parlamentar do Rio de Janeiro.

A Bayer, em acordo com o Governo do Rio Grande do Sul, mandou várias toneladas de produtos químicos, em tonéis lacrados, para serem estocadas na cidade de Belford Roxo, no meu Estado, Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense está sendo usada pela multinacional Bayer para estocar produto nocivo à saúde e em más condições de armazenamento.

Quero advertir o Ministério do Meio Ambiente e os órgãos públicos, para que amanhã não aleguem que não sabiam. Chegaram àquele Município várias carretas de material químico que faz mal à saúde. Não o quiseram no Rio Grande do Sul e o empurraram para o Município de Belford Roxo, região pobre e carente do meu Estado. Pode-se tornar um problema grave. Lamento que o Rio Grande do Sul, que tem tantas coisas boas, mande para o meu Estado esse lixo tóxico.

Como Parlamentar fluminense, quero protestar. Se o lixo tóxico foi produzido na fábrica da Bayer do Rio Grande do Sul, tem que ficar lá, não tem que ser enviado ao meu Estado. Que mandem para o Rio de Janeiro as coisas boas que o Rio Grande do Sul tem, e não o lixo tóxico, que, inclusive, ficou mal armazenado.

Já oficieei ao Ministério Público. E também à Ministra do Meio Ambiente, para que tome ciência e mande ver o lixo tóxico que estão mandando para um Município pobre, deixando-o em condições de perigo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



VI - PROPOSIÇÕES

O SR. PRESIDENTE (Almir Sá) - Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:



VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Almir Sá) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Almir Sá) - Encerro a sessão, convocando para segunda-feira, dia 14, às 14h, sessão ordinária da Câmara dos Deputados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 012.1.52.E
Data: 11/07/03

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 5192

(Encerra-se a sessão às 14 horas e 48 minutos.)